

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

**"VOZ POR PORTUGALL": CONSTRUÇÕES DE TEMPO E ESPAÇO NA *CRÔNICA*
DE D. JOÃO I, DE FERNÃO LOPES (1383-1434)**

JOSENA NASCIMENTO LIMA RIBEIRO

RIO DE JANEIRO

2017

JOSENA NASCIMENTO LIMA RIBEIRO

**"VOZ POR PORTUGALL": CONSTRUÇÕES DE TEMPO E ESPAÇO NA *CRÔNICA*
*DE D. JOÃO I, DE FERNÃO LOPES (1383-1434)***

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Cabral Coser.

**RIO DE JANEIRO
2017**

N484

Nascimento Lima Ribeiro, Josena

"Voz por portugall": construções de tempo e espaço na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes (1383-1434)

/ Josena Nascimento Lima Ribeiro. -- Rio de Janeiro, 2017.

157

Orientador: Miriam Cabral Coser.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Portugal. 2. Crônica. 3. Fernão Lopes. 4. Tempo. 5. Espaço. I. Cabral Coser, Miriam, orient.

II. Título.

JOSENA NASCIMENTO LIMA RIBEIRO

**"VOZ POR PORTUGALL": CONSTRUÇÕES DE TEMPO E ESPAÇO NA *CRÔNICA*
*DE D. JOÃO I, DE FERNÃO LOPES (1383-1434)***

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Miriam Cabral Coser

Prof^ª Dr^ª Vânia Leite Fróes

Prof^ª Dr^ª Adriana Maria de Souza Zierer

AGRADECIMENTOS

Quero que fique registrado o meu reconhecimento de todo apoio dado pela minha família: Bernadete, José Ribeiro, Lorena e Milena. Por compreenderem a necessidade de deixar a terra de origem, de ter novas experiências e por todo amor compartilhado em momentos de necessidade.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e à minha orientadora professora Dra. Miriam Coser. Primeiramente, pela oportunidade em especializar-me nos estudos de História através deste mestrado. À professora, um grande agradecimento pelo bom humor de sempre e paciência magistral. Miriam, com sua sabedoria e críticas, soube sempre proporcionar o melhor de mim nos momentos de dúvidas e dificuldades. Foi responsável pelo alargamento da visão dos meus estudos em História Medieval, ao qual tenho imenso prazer.

À professora Dra. Adriana Zierer, por essa amizade e orientação que perduram desde o início da minha graduação. E também porque estou certa que ainda estará presente nas caminhadas que ainda estão por vir.

Aos amigos da graduação e do mestrado, pelo apoio nas etapas que todos vivenciamos juntos.

À Beatriz, Alice, Isabela, Kíssila e Thayuan. Obrigada pelos momentos de compreensão e paciência. Pelo companheirismo e força.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa e do resultado que está presente no texto que se segue.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal tratar das construções de tempo e espaço na Idade Média levando em consideração a *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes. O escritor coloca no papel e transforma em memória os acontecimentos de 1383-1385 que tomaram cena em Portugal e que propiciaram a ascensão da Dinastia de Avis ao trono. Envoltos de ilegitimidade, a casa real encomenda a Lopes a escrita das crônicas régias para que os grandes feitos não fossem esquecidos, criando assim uma memória sobre tal momento histórico. Logo, o mesmo acaba por passar para sua obra quais eram as suas visões de tempo e como o mesmo organizava-se no espaço em uma época de turbulência social. Percebermos que existem transtemporalidades que se imbricam, encaixadas num tempo maior histórico e social, enquanto que o espaço é o palco dos eventos que tomaram cena nas cidades, vilas e aldeias do Portugal do final do século XIV e início do XV. Tais categorias encontravam-se presentes ainda nos ritos, cerimônias e na edificação de uma imagem messiânica para o novo monarca, D. João I. Assim, analisamos tais temporalidades e espaços como estruturas presentes no projeto de afirmação da casa de Avis na forma de um discurso que galgava alcançar a consciência de uma identidade portuguesa.

Palavras-chave: Portugal; Crônica; Fernão Lopes; Tempo; Espaço.

ABSTRACT

This study has as its main objective to treat about the constructions of time and space in the Middle Ages, taking in consideration the *Chronicle of King John I*, written by Fernão Lopes. The writer puts in paper and transforms into memory the events of 1383-1385 that took place in Portugal and that provided the Avis' dynasty ascension to the throne. Involved in illegitimacy, the royal house orders to Lopes the writing of royal chronicles so the great achievements would not be forgotten, therefore creating a memory about such historical moment. Thus, he passes to his work which were the visions of time and it organized in space in a period of social turbulence. It was perceived that there are transtemporality that are combined, fitted into a bigger both historical and social time, while space is the stage of the events that took place in cities, towns and villages of the finalization of XIV century and beginning of XV century in Portugal. These categories were also present in rites, ceremonies and at the edification of a messianic image to the new monarch, King John I. So, we analyze such temporality and spaces while present structures in the project of affirmation of Avis' house as a discourse that searched to reach the conscience of a Portuguese identity.

Keywords: Portugal; Chronicle; Fernão Lopes; Time; Space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 11
CAPÍTULO 1 - O REINO PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XIV E XV: O TEXTO E O CONTEXTO	p. 23
1. Portugal em meio a cristandade durante a troca dinástica: a ascensão da monarquia de Avis	p. 23
2. As monarquias e os poderes laicos: discursos, legitimidade e cerimônias	p. 31
3. Fernão Lopes e a escrita da história: Historiografia, projeto dinástico, produção e singularidade	p. 38
CAPÍTULO 2 - TEMPO E TRANSTEMPORALIDADES NA <i>CRÔNICA DO REI DE D. JOÃO I DE FERNÃO LOPES</i>	p. 51
1. As pluritemporalidades a partir da escrita de Fernão Lopes, cronista real da casa de Avis	p. 54
1.1. A consciência temporal em Fernão Lopes: <i>tempo vivido, tempo da narrativa e tempo social</i>	p. 54
1.2. As transtemporalidades na <i>Crônica de D. João I: tempo linear, tempo calendário, tempo litúrgico, tempo físico e tempo político</i>	p. 59
2. Passado idealizado, presente menosprezado e futuro esperado na <i>Crônica de D. João I, de Fernão Lopes</i>	p. 67
CAPÍTULO 3 - A ESPACIALIDADE NO REINO PORTUGUÊS: LISBOA, UNIDADE E VIVÊNCIA URBANA ATRAVÉS DO RELATO CRONÍSTICO DE FERNÃO LOPES	p. 80
1. A representação espacial lopeseana de Lisboa: cidade, mulher e organismo	p. 83
2. A espacialidade da <i>Crônica de D. João I</i> a partir da representação do mundo físico	p. 95

CAPÍTULO 4 - TEMPO E ESPAÇO NA <i>CRÔNICA DE D. JOÃO I: A TRANSFORMAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL EM DESTINO</i>	p. 111
1. Rituais e cerimonialística presentes na <i>Crônica de D. João I</i>	p. 114
2. O messianismo joanino inserido no tempo e no espaço: <i>o Evangelho Português</i>	p. 131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 143
REFERÊNCIAS	p. 148

Mãos dadas

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

(Carlos Drummond de Andrade, Sentimento do mundo, 1940).

INTRODUÇÃO

A experiência humana ao longo das eras convencionamos chamar de tempo; e o local onde tomavam cena nomeamos de espaço (ELIAS, 1998 p. 34). Tempo e espaço são fatos sociais e reflexos das sociedades nas quais se constroem como partes de uma totalidade meramente humana. Ambas as categorias são dimensões ativas da vida presente nas cidades, reinos, estados e governos e é por este motivo que precisamos usá-las em análises de maneira conjunta. “*Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes*” (SANTOS, 2012, p. 252). Precisamos de uma abordagem que compreenda ambos tempo e espaço para conseguirmos investigar a relação dos homens e mulheres para com os eventos e histórias aos quais estão circunscritos.

Assim, os homens vivem os seus presentes arrastados pelas histórias do passado e a perguntar-se sobre o advir do futuro. O estudo do passado através das perspectivas do presente (Marc Bloch) fez com que os historiadores passassem a dividir o decurso da história humana em grandes eras para facilitar o seu estudo. José D’Assunção Barros aponta que “*quando os historiadores começam a singularizar e a partilhar o devir histórico em unidades mais operacionais e compreensíveis – como a Antiguidade, Medievalidade, Modernidade, Contemporaneidade – estamos já diante de temporalidades históricas*” (BARROS, 2013, p. 32). Esta pesquisa trabalha com consciências de tempo e experiências para com as espacialidades em uma obra literária específica e faz parte do momento conhecido por Idade Média, período histórico compreendido entre o século IV e meados do século XVI. Cabe aqui apresentar como são problematizadas tais categorias a partir do objeto.

A *Crônica de D. João I* escrita por Fernão Lopes, guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo e cronista real da Dinastia de Avis, vem sendo trabalhada e constantemente analisada por nós desde os momentos iniciais da graduação, completando cerca de sete anos. Nos anos anteriores levamos em consideração o discurso político entorno do monarca que estava imbuído de caracterizações messiânicas. Logo, com uma quantidade considerável de anos de investigação historiográfica, há de se pensar que as possibilidades de pesquisa sobre uma mesma fonte findaram-se. Porém, ao longo do mestrado pudemos aprofundar cada vez mais as oportunidades de metodologias e objetos que são dados a partir das leituras teóricas.

Para o projeto monográfico de graduação, tivemos como objetivo discutir os problemas profético-messiânicos na *Crônica de D. João I* e perceber o percurso do rei e distinguir de que maneira o discurso régio foi colocado em prática para a consolidação de uma nova dinastia e para a produção do passado e memória portuguesa. Assim como hoje, apoiávamos-nos nas mesmas base da necessidade de estudos sobre o Portugal medieval na historiografia de uma forma geral. Trabalhar com o reino português representa um grande avanço nas investigações relacionadas ao cenário medieval. Já que durante muito tempo, por conta de influências de escolas historiográficas advindas de países como Inglaterra e França, as pesquisas históricas sobre a região ibérica foram deixadas de lado. Estudar o Portugal medieval significa antes de tudo, entender os processos e estruturas que teriam levado à expansão marítima e à colonização, que acabaram por deixar marcas e heranças em terras brasileiras. Porém, a nossa intenção não é transformar tais processos em objeto de pesquisa.

Logo, é de conhecimento também que o projeto inicial para a escrita desta dissertação não era o que acabamos por efetivar aqui. Intentávamos pesquisar os modelos de rei presentes na fonte dada. Na Idade Média, o rei era apresentado como a imagem de Deus (*rex imago Dei*) é também um modelo a ser seguido pelos seus súditos. O monarca e sua família real espelhavam-se nos padrões presentes no Antigo Testamento para propagar as noções de cavaleiro ideal, nobreza ideal, mulher, bom cristão e entre outros. A imagem do rei passou a ser rodeada de virtudes – fé, esperança, justiça e caridade - e por isso pensávamos em analisar as expressões da regicidade e a edificação de um modelo de rei ideal a partir da narrativa de Fernão Lopes. A intenção inicial era de que, investigando esses aspectos, as características relegadas a um monarca exemplar em Portugal levassem à conclusão de que essa imagem propagada participava da lenta legitimação da Dinastia de Avis. Confessamos que tal projeto, apesar de ser diferente do que já havia sido realizado, pouco nos estimulava à pesquisa

Porém, ao lermos especialmente autores já conhecidos como Michel Foucault (*A arqueologia do saber; A ordem do discurso*), François Dosse (*O renascimento do acontecimento*), José Jobson de Andrade Arruda (*Historiografia: Teoria e Prática*), Jacques Le Goff (*História e Memória*) e Edward Thompson (*A miséria da teoria ou um planetário de erros*) passamos a pensar outras possibilidades de investigação para a mesma fonte. Chegamos nas conjecturas sobre representações de tempo e concepções de temporalidade dos homens que vivenciavam a história no momento ao qual eram contemporâneos e como estas percepções foram deixadas na escrita, em especial a partir da *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes.

O que fascinou-nos especialmente sobre o estudo do tempo foi o fato deste ser matéria essencial do historiador e da pesquisa histórica. Um autor que muito foi importante para tratar da temática da percepção do tempo histórico foi Norbert Elias, que logo de início afirma que tentar compreender as teorias acerca de tal temática nos auxiliam a entender mais sobre nós mesmos e a sociedade ao qual estamos inseridos (ELIAS, 1998, p. 7). Levando em consideração que não devemos investigar somente o padrão de tempo cronológico convencionado pelos físicos, afirma que o conceito de tal matriz vai muito além de uma simples síntese. Em Elias, existe uma consciência pessoal sobre o tempo que paira sobre os indivíduos que percebem os eventos em função das simbologias que os mesmos carregam (ELIAS, 1998, p. 22). Assim, existe uma observação muito clara por parte do renomado sociólogo de que a conceitualização do tempo mudou no passado, continua mudando no presente e irá se transformar também no futuro (ELIAS, 1998, p. 34).

A retórica de Norbert Elias aprofunda-se para tratar de exemplos de percepção de temporalidade nas sociedades ditas simples. Porém, o mesmo afirma que a problematização do conceito de tempo é uma abstração que pouco podemos esperar que seja resolvida. Existem conjecturas para tal categorias envolvendo a Física, Biologia, Geografia, Sociologia e entre outras ciências, cada uma abordando aspectos diferentes e definições diferentes. O que existe é a percepção de que o tempo possui um caráter social ao ser analisado de maneira combinada com o espaço. Ambos são símbolos imbuídos de significados e por este motivo “*os conceitos de espaço e tempo fazem parte dos instrumentos de orientação primordiais de nossa tradição social*” (ELIAS, 1998, p.79).

A inserção do espaço veio da compreensão posterior de que tempo e espaço não podem ser categorias analisadas de maneira separada. No dia a dia, costumamos especializar a passagem da temporalidade em expressões como “*curto espaço de tempo*”, ao falar de um acontecimento que “*ficou para trás*” ou de uma “*grande distância no tempo*” (CARDOSO, 2005, p. 12). Ambos estão juntos de maneira subjetiva porque dizem respeito a uma história, seja esta coletiva ou individual, que em sua complexidade somente pode ser investigada a partir das fundações do que são os objetos de pesquisa histórica: o tempo e o espaço (FAZENDA, 1994, p. 75). É nestes em que tomam cena eventos, motins, revoluções, crises, mudanças climáticas, mudanças de regimes e principalmente os aspectos culturais de um povo (FAZENDA, 1994, p. 94).

Não é possível a existência fora do tempo e do espaço. É justamente sob suas marcas que se constituem aquilo que é objeto de estudo do passado, presente e futuro: a memória

(FAZENDA, 1994, p. 83). Assim, os estudiosos não foram indiferentes em perceber que devem ser analisados de maneira conjunta. Friederich Engels afirma que “*espaço e tempo não existem em si mas, sim, unicamente como formas de existência da matéria*” (ENGELS apud CARDOSO, 2004, p. 39). Em Kant, tais categorias são “*um êxito pré-social da vida*” como formas de contemplação humana e não realidades objetivas (KANT apud CARDOSO, 2004, p. 39). As pesquisas aprofundaram-se até que chegaram a criação de uma *Antropologia do Espaço* que leva em consideração que houve uma domesticação das matrizes as quais abordamos por parte do ser humano (LEROI-GOURHAN apud CARDOSO, 2004, p. 41).

O que na realidade os antropólogos querem dizer é que existe um processo de culturalização do espaço a partir dos grupos humanos e que as construções espaciais estão presentes no tempo. Andam juntamente com as diversidades de culturas, estando presentes nas maneiras de pensar e de se comunicar (CARDOSO, 2004, p. 42). Portanto, utilizando o antropólogo Marc Augé¹ em nossas análises chegamos ao conceito de “*lugar antropológico*” cunhado pelo mesmo. O termo tem por intenção destacar “*àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja*” (AUGÉ, 1994, p.51).

Em Augé, a noção mais subjetiva de um lugar é o espaço e, diante de tais aspectos, uma cidade, vida, aldeia e até mesmo um reino ou país, confirmam-se como “*lugares antropológicos*” quando simbolizam a história em memória. Na medida em que somam a identidade e as relações humanas em ambientes que antepassados construíram monumentos arquitetônicos, em que destacaram fatos históricos e edificaram o cotidiano, coloca-se em cena a ferramenta da memória nos tipos de localidades identificadas. O não-lugar é justamente o contrário do termo por nós utilizado, é uma espacialidade na qual não afloram identidades, histórias e as relações circunscritas a ela pelos moradores.

Outro pesquisador que nos ajudou a perceber qual era a natureza do espaço foi Milton Santos², geógrafo brasileiro e que considerava que a espacialidade era composta de formas-conteúdo. Para o mesmo existe uma unidade espaço-tempo que faz que ambas as categorias sejam analisadas na forma de termos pertencentes a processos históricos (SANTOS, 2012a, p.

¹ AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

² Em duas obras principalmente: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a; e SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

53). No tempo e no espaço, os eventos encontram a sua raiz e só podem ser separados por via de abstração. Em Santos, um lugar carrega a representação do conhecimento dos eventos passados e das esperanças que são depositadas no futuro. Assim, o pesquisador que também era professor da Universidade de São Paulo (USP), afirma que num dado espaço estão presentes todas as diferentes maneiras de uso da temporalidade (SANTOS, 2012a, p. 169). Situação esta que faz com que o lugar seja um entremeio entre o mundo e os indivíduos (SANTOS, 2012a, p. 314).

Milton Santos interessa-se pelo espaço humano também como uma categoria histórica. Por conseguinte, aponta que “*o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma histórica escrita por processo do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais*” (SANTOS, 2012b, p. 153). Uma mudança no espaço refere-se instantaneamente a uma transformação do tempo. Diante de tais aspectos, Milton Santos concorda com toda a produção analítica anterior a ele e reafirma que temporalidade e espacialidade não possuem conceitos fechados (SANTOS, 2012b, p. 253).

No que diz respeito aos estudos do tempo e temporalidades na Idade Média, estes possuem sua expressão em grandes historiadores e medievalistas como Jacques Le Goff e Aaron Gourevitch. Porém, não existe uma obra única que fale sobre o tempo na Idade Média, existem coleção de capítulos e artigos que trabalham com a questão. Le Goff, em tese bastante conhecida³, diferencia um tempo da Igreja e um tempo do mercador. Segundo o historiador francês, a Idade Média apresenta um conflito entre as temporalidades eclesiásticas e as da sociedade dos mercadores. No que diz respeito ao primeiro grupo, têm-se uma representação do tempo como pertencente só a Deus. Pensado a partir dos textos bíblicos, da tradição, e da salvação por meio das festividades religiosas que ocorriam durante o ano.

As ideias de Le Goff demonstram justamente o enfrentamento dessa representação de tempo com ressurgimento do comércio. “*Quando se organiza uma rede comercial, o tempo se torna objeto de medida*” (LE GOFF, 2013b, p. 69). O comerciante encarava o mesmo como planejamento de viagem, avaliação de lucros, duração da produção. O tempo do mercador trazia o pensamento moderno com a chegada do relógio e contagem das horas de trabalho, colocou em causa o domínio da mediação do tempo clerical/litúrgico. Assim, tornou-se uma necessidade

³ LE GOFF, Jacques. Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

para a Igreja saber adaptar-se a nova lógica mercadológica que alterava a percepção social do tempo.

Aaron Gourevitch, historiador russo e bastante influenciado por Jacques Le Goff e Mikhail Bakhtin, trabalha com as categorias de tempo e espaço no seu livro *A categorias da cultural medieval*, sem tradução no Brasil. Gourevitch aponta que a Idade Média é possuidora de um tempo social, revelador dos discursos do grupo dominante. Esse tempo demonstrava antes de tudo um tempo litúrgico (dramático, pois era relativo a experiência da alma) e político em que se levava em consideração a passagem dos anos, meses, estações, não tanto das horas e muito menos dos minutos (GOUREVITCH, 1983, p. 109). Porém, a partir do século XIII, o tempo passou a se estabelecer nas consciências e os homens e mulheres medievais começaram a demonstrar bastante interesse na cronologia que registravam, nas genealogias e nos feitos que demarcavam os acontecimentos (GOUREVITCH, 1983, p. 111). Era um tempo histórico que passava a demonstrar sua expressão através do reinados terrestres, um tempo político.

Como aporte teórico encontramos filósofos da história como Reinhart Koselleck (*Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* e seus conceitos de *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência*) e Krzysztof Pomian (*Tempo/Temporalidade – Enciclopedia Einaudi*) que muito puderam contribuir para a análise e manejo com a fonte. Segundo o pesquisador de origem alemã, a noção de história tal como um fim linear teria liberado para os medievos um horizonte de expectativa que se exprimiu através dos desejos messiânicos e milenaristas do aparecimento de um salvador que poria ordem e instauraria o reino da vida eterna, um futuro regozijado. Concomitantemente, o espaço de experiência é o passado que é memorizado no presente, seja ele bíblico, genealógico, social ou litúrgico.

Em Krzysztof Pomian existe um conflito entre dois tipos de temporalidade que abarcam outras em si: o tempo quantitativo e o tempo qualitativo (POMIAN, 1993, p. 68-69). Na aura do qualitativo estariam inclusos além do tempo do relógio, o tempo biológico e o psicológico. Para o quantitativo o tempo solar, religioso, físico. O tempo político, em contrapartida, pode ser encaixado em ambas as categorias, pois está voltado para o futuro infinito, controla as atividades dos governados através do manejo das mentes e dos corpos. Data e sucede os acontecimentos e faz do tempo a sua ferramenta de memória. Assim, a obra do cronista Fernão Lopes, pode ser considerada como a expressão de um tempo, em sua essência, quantitativo, já que no final da Idade Média não se tem uma utilização das horas, dias, semanas e da cronologia assim como pode ser observado em outras eras posteriores.

Partindo do geral para o particular temos os estudos da historiografia portuguesa acerca da Dinastia de Avis, que são vastíssimos. Desde o século XIX, historiadores e historiadoras têm-se dedicado a pesquisa acerca do convulsionado momento de posse da nova família real e da ascensão de novos poderes em Portugal. Muitos destes pesquisadores ajudaram na nossa compreensão acerca do recorte temporal que aqui é pesquisado: o final do século XIV e a primeira metade do século XV, mais especificamente em 1434. Entre eles estão José Mattoso⁴, Armindo de Sousa⁵, A. H. de Oliveira Marques⁶, Maria Helena Coelho⁷, Antonio Saraiva⁸, Luís de Sousa Rebelo⁹, Maria Ângela Beirante¹⁰, João Monteiro¹¹ e entre outros. Nesta introdução não é de nossa intenção apresentar as discussões feitas por cada um destes autores. Muitos destes são de opinião comum de que o período de 1383-1385 houve uma mudança nas conformações do poder pela ascensão de uma nova Dinastia e que esta coloca em prática um projeto de afirmação que se expressa principalmente através da literatura. As considerações acerca de cada um destes autores serão feitas de maneira ordenada ao longo dos capítulos que seguem.

Trabalhando mais especificamente, Luís Krus, pesquisador português e que atuou na Universidade de Lisboa, este realizou consideráveis pesquisas acerca da temática da percepção do tempo em Portugal durante a Idade Média. Porém, é importante destacar que suas obras não são de fácil acesso mesmo com a presença do Real Gabinete Português de Leitura (que permaneceu por delongado tempo fechado para reformas). Conseguimos ter em mãos, em sua maioria, livros que são coletâneas de artigos e conferências e entre eles está *A construção do passado medieval* publicado pelo Instituto de Estudos Medievais em Lisboa¹². Em tal obra, Krus divide a vivência medieval das temporalidades em dois tipos. A primeira consiste na forma em que a sociedade organiza o seu tempo, através das atividades do dia-a-dia. E um segundo tipo que é justamente a historicidade, refletida através da forma em que os indivíduos se colocam no tempo (KRUS, 2011, p.22). Deste modo, o historiador português compreende que o início de uma racionalização em relação ao pensamento sobre o tempo inicia-se na Idade Média. Tal ensejo deu-se por conta da atividade mercantil (em que se apóia nas teorias de

⁴ MATTOSO, José. Fragmentos de uma composição medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

⁵ Principalmente em obra organizada juntamente com José Mattoso: SOUSA, Armindo; MATTOSO, José. História de Portugal: a monarquia feudal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 411-419.

⁶ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Editorial Presença, 1987;

⁷ COELHO, Maria Helena. D. João I: o que re-colheu Boa Memória. Lisboa: Temas e debates, 2008.

⁸ SARAIVA, António José. História da Literatura Portuguesa. Belo Horizonte: Edições Tapir, 1965.

⁹ REBELO, Luís de Sousa. A concepção do poder em Fernão Lopes. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

¹⁰ BEIRANTE, Maria Ângela. As estruturas sociais em Fernão Lopes. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

¹¹ MONTEIRO, João Gouveia. Fernão Lopes: texto e contexto. Coimbra: Livraria e Editora Minerva, 1988.

¹² KRUS, Luís. A construção do passado medieval. Texto inéditos e publicados. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

Jacques Le Goff¹³) e do crescimento urbano que tomou a cena nos séculos XII e XV (KRUS, 2011, p. 23-24).

Já os estudos brasileiros sobre a História de Portugal seguem vieses mais específicos em relação a literatura e a história régia. De uma forma geral, os trabalhos que se aprofundam sobre o início da Dinastia de Avis carregam a marca das produções literárias feitas e encomendadas pelos membros da casa real. Estudam os modelos régios, as questões de gênero, os discursos políticos fazendo uma combinação de fontes e monarcas diferentes. Os participantes dos grupos de pesquisa *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos (com pesquisadores em todo o Brasil, mas sediado na UFF) e *Translatio Studii* – Núcleo de Dimensões do Medievo (UFF) são os responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos medievais sobre os reinos ibéricos no Brasil. Porém, somente o trabalho de Roberto Godofredo Fabri Ferreira (*Scriptorium*) aborda a temática do tempo¹⁴.

Roberto Ferreira, em sua tese de doutorado - *O tempo novo e origem dos novos tempos: A construção do tempo e da temporalidade nos primórdios da Dinastia de Avis (1370-1440)*, estudou como o início da casa avisina foi considerado como um tempo novo, de novos reis e novos nobres a partir de obras literárias escritas por D. Duarte como o *Leal Conselheiro* e fontes oficiais como livros de chancelaria dos dois primeiros reis da dinastia, D. João I e D. Duarte. O pesquisador faz a análise voltada também para casos da dinastia anterior, Borgonha que são utilizados por comparação. Este é o caso de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal e que foi responsável pela expulsão dos mouros do território português. Em contrapartida, as análises de Fabri Ferreira, apesar de serem expressivas, não contemplam a temática espacial.

Diante de tais aspectos, é importante compreender que a *Crônica de D. João I* deve ser analisada sob as perspectivas por nós propostas pelo motivo de que são uma oportunidade de conhecer o tempo e o espaço histórico na Idade Média, especificamente em Portugal. Com certeza, muitos questionamentos nos surgiram ao longo das pesquisas: de que maneira tais categorias históricas fizeram-se presentes na obra lopesiana? O tempo era percebido somente com uma categorização cronológica e linear ou existiam outras percepções temporais neste

¹³ LE GOFF, Jacques. Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Petrópolis: Editora Vozes, 2013b.

¹⁴ Não podemos deixar de lado que os estudos sobre o Portugal Medieval não se efetivam somente na Universidade Federal Fluminense através do *Scriptorium*. As pesquisas estão presentes em diversos grupos de estudos em todo o Brasil como no *NERO/LEAM - Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medievo* (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio), *Mnemosyne – Laboratório de História Antiga e Medieval do Maranhão* (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA) e o *Gempo - Grupo de Estudos Medievais Portugueses* (Universidade de São Paulo – USP). Para as pesquisas de outros grupos, indicamos a obra *O Portugal Medieval: monarquia e sociedade* (2010) organizado pelo historiador Carlos Roberto Nogueira.

momento da história que não encaramos da mesma maneira que o passado? O espaço é tratado somente como um plano de fundo sem muita caracterizações e descrições ou ele é apresentado por Fernão Lopes como palco dos movimentos de 1383-1385? Como a comunidade portuguesa dos séculos XIV e XV observou o lugar onde vivia? Qual era a relação dos eventos com o tempo e com o espaço? De que maneira eram utilizados?

Para tentar responder muitos destes questionamentos partimos da metodologia utilizada nesta pesquisa que consiste na análise da *Crônica de D. João I, Primeira e Segunda Parte* escrita pelo guarda-mor da Torre Tombo, Fernão Lopes no século XV. A fonte encontra-se na *Biblioteca Nacional de Portugal* e no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* e está disponível para a consulta online em três volumes. Na ANTT existe a versão do códice 352 - não mais o original pois o mesmo está perdido –do fim do século XVI. A edição presente na BNP os arquivos é do ano de 1644 e foi dedicada ao rei D. João IV de Portugal, monarca da Dinastia bragantina e à sua corte.

A fonte desta pesquisa também pode ser encontrada através de versões publicadas. Uma destas vai ser utilizada no decorrer da pesquisa. É versão dos pesquisadores M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto, publicada segundo os dois volumes originais do códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É esta que utilizaremos em citações do documento no português original à época mencionada acima e transcrito. Esta versão transcrita foi publicada no ano de 1990 pela Livraria Civilização em Lisboa.

Temos por intenção apresentar de que maneira as temporalidades estão presentes na obra de Fernão Lopes, inserindo as mesmas nas concepções medievais de tempo (tempo de sucessão, tempo físico e cronológico, tempo cristão). Como o presente, passado e futuro são demonstrados pelo cronista na sua intenção de construir o acontecimento e de legitimar a casa de Avis. Tais análises serão colocadas em prática tomando como parâmetro as propostas feitas pela análise de discurso, utilizando autores como Michel Foucault, Reinhart Koselleck e Krzysztof Pomian. Interpretando as construções de tempo como representativas de identidade. Investigaremos como Fernão Lopes inaugura o acontecimento; dando ao reinado de D. João uma cronologia e começo glorioso.

Para o espaço utilizamos autores tanto portugueses (posteriormente citados) quanto de análises mais teóricas como Kevin Lynch¹⁵, Lewis Mumford¹⁶, Marc Augé, Henri Pirenne¹⁷, Jacques Le Goff¹⁸, Roberto López¹⁹. Queremos perceber o espaço como uma categoria que anda ao lado do tempo. Ele é palco dos acontecimentos, testemunha dos eventos e deixa marcas em seu ambiente que podem ser lidas pela história. São espaços de memória de onde o tempo e a produção historiográfica tiraram seus produtos. Tempo e espaço são duas construções que funcionam na qualidade de ferramentas para a consolidação de um discurso sobre um rei e a dinastia que o segue. Um discurso que carrega consigo a identidade como resultado final, já que eram todos súditos de um mesmo rei, ocupavam o mesmo território e vivenciadores do mesmo tempo.

O título dessa dissertação: **“Voz por Portugal”: construções de tempo e espaço na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes (1383-1434)**” é a combinação de ambas categorias históricas aos quais tratamos nesta dissertação. Nos momentos em que o defensor do reino, D. João, foi conseguindo angariar apoio ao longo das cidades, vilas e aldeias aos quais ele passava, era expressado que as pessoas e os locais haviam *“tomado voz por Portugal”*. Nas conotações do cronista, isto significava que haviam escolhido uma causa justa e nobre, que eram verdadeiros portugueses. Nós aqui analisamos que aqueles que apoiavam o Mestre de Avis também escolhiam fazer parte de um tempo e espaço singulares. Uma temporalidade em que o presente era vivido com a grande espera de um futuro de bonanças. Era o tempo de um reino ao qual seus habitantes lutavam pela legitimação do espaço a partir da busca por identidade.

Dito isto, cabe a nós explanarmos que no primeiro capítulo desta dissertação tratamos dos aspectos contextuais do momento ao qual a crônica trata. Notamos quais eram os fatores políticos, econômicos e sociais presentes no reino de Portugal e como o mesmo inseria-se nos acontecimentos presentes na Europa cristã nos séculos XIV e XV. Porém, o foco principal desta parte inicial é o autor e a marcação de sua presença ao longo da escrita. Notamos informações a respeito de sua origem e ascensão à categoria de Escrivão da Puridade até guarda-mor e cronista real. Assim, utilizamos as conjecturas de Paul Zumthor em sua obra *A letra e a voz*

¹⁵ LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1982.

¹⁶ MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

¹⁷ PIRENNE, Henri. As cidades da Idade Média. Portugal: Europa-América, 1997.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1992; LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

¹⁹ LÓPEZ, Roberto S. A cidade medieval. Entrevista conduzida por Marino Berengo. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

(1993), em que o mesmo analisa o papel da voz e da oralidade na elaboração de um texto. Fernão Lopes mostrou sua oralidade, e sua consequente versão dos fatos, nos momentos em que convoca o leitor a formar uma opinião sobre uma situação dada. Tal condição da escrita lopesiana demonstra que a oralidade e a leitura de obras eram uma maneira de comunicação efetiva durante a Idade Média.

Posteriormente, no segundo capítulo tratamos sobre a temporalidade e as questões inerentes a fonte, a *Crônica de D. João I*, obra de Fernão Lopes. Percebemos que existe uma temporalidade narrativa que perpassa toda a escrita do cronista e que demonstra a intenção de quem escreve a partir de construções de simultaneidade, linearidade e continuidade. Além de tais representações ressaltamos as demais tipologias: tempo litúrgico, tempo físico, tempo político, tempo de calendário. Na temática das conotações de sobre o passado, presente e futuro; inserimos o messianismo para demonstrar como as interpretações do cronista acerca da figura de D. João I inspiram-se em um passado bem encarado, mas que não pode ser celebrado por se tratar de uma dinastia diferente. Ainda, Lopes apresenta um presente de sofrimentos e que se aglutina no futuro. O porvir veio através da promessa de que o mesmo seria um momento de grandes conquistas e recompensas aos portugueses. Desta forma, o presente – por já ser o tempo do novo governante D. João - também é um momento de regozijo e comemoração.

No terceiro capítulo o espaço chega às análises desta dissertação. Escolhemos por perceber os monumentos e locais das cidades através dos significados que os mesmos carregam. O paço, o castelo, a catedral, o mosteiro, a igreja, a rua, praça, o rio, câmara e entre outros foram analisados através das funções que exerciam na *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes. Ainda, trabalhamos com a noção de cidade, vila e aldeia no Portugal medieval. Logo, para compreender as características da vida citadina combinada com a presença real utilizamos as obras dos historiadores Carlos Guardado Silva²⁰, Maria Lúcia Perrone Passos²¹ e Renata Araújo²². Por conseguinte, chegamos à conclusão de que as imagens emanadas pelas cidades e demais centros habitacionais são a representação das pessoas que nelas vivem e as histórias que carregam. A vivência urbana medieval é carregada de memórias que são objetos da percepção de seus moradores.

²⁰ SILVA, Carlos Guardado. Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano. Lisboa: Colibri, 2010.

²¹ PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro. Lisboa: a cidade de Fernão Lopes. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

²² ARAÚJO, Renata. Lisboa: Cidade e Espetáculo na Época dos descobrimentos. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

No derradeiro capítulo achamos interessante trabalhar ambas as categorias juntas: tempo e espaço. Assim, analisamos as crenças providencialistas em volta de uma analogia desenvolvida por Fernão Lopes, o *Evangelho Português*. Tal ferramenta discursiva apresentou que após o reinado de D. João, suas ações e palavras seriam espalhadas pelos demais territórios. O que demonstra que o reino português era um espaço ideal guiado por um líder com características messiânicas. Em um segundo momento, trabalhamos com o cerimonial da corte régia e da cidade como emanadores de características que os definem tal como ritos tanto espaciais quanto temporais. Casamentos, batismos, bodas, exéquias régias, entradas e procissões são objetos de comunicação política encaixados num projeto monárquico legitimatório. As atividades e apresentações são teatralizadas. A presença e festividade que se construía no entorno do rei fazem parte do ciclo da sociedade portuguesa, assim como de toda a cristandade.

A guisa de conclusão, por qual razão tempo e espaço devem ser compreendidos? Porque são o plano de fundo de qualquer tipologia de documentação histórica. Fazer a tentativa de apreendê-los socialmente é importante pois são fundamentais para o trabalho de qualquer pesquisador da matéria histórica. Ambas as categorias são viscerais e sem elas não haveria trabalho historiográfico; funcionam como uma subconsciência que guiam as nossas pesquisas desde o ponto inicial. Então, porque não as indagar como objeto? Como ferramentas da edificação de toda uma obra seja literária ou mesmo um documento policial ou testamentário? Temporalidade e espaço não se tratam de discussões simples, mas são os enunciadores dos acontecimentos; são as ferramentas da memória.

CAPÍTULO 1

O REINO PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XIV E XV: O TEXTO E O CONTEXTO

1. PORTUGAL EM MEIO A CRISTANDADE DURANTE A TROCA DINÁSTICA: A ascensão da monarquia de Avis

Durante a Baixa Idade Média, o fim do século XIV deixou o reino português em face a uma conjuntura que marcou a história e a historiografia: a Dinastia de Borgonha chegou ao fim com a morte do último rei D. Fernando. O mesmo era casado com D. Leonor Teles, uma dama portuguesa de nobre origem de Trás-os-Montes e Alto Douro. Porém, o reinado fernandino deu-se de 1345 a 1383 e deixou somente uma herdeira, a infanta D. Beatriz que havia sido prometida em matrimônio para o rei de Castela, D. Juan I da dinastia de Trastámara.

A situação complicou-se com o *Tratado de Salvaterra dos Magos* acordado entre as duas coroas e que preconizava sobre pautas sucessórias em ambos os reinos. Este estipulava que os reinos de Portugal e Castela deveriam estar terminantemente separados. A linha sucessória do trono português deveria ir para o herdeiro de D. Beatriz e D. Juan. Enquanto o casal real não possuísse primogênitos, a regência permaneceria em último caso para dona Leonor, até o momento em que o novo rei passasse a ter quatorze anos de idade (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 522).

Existiam ainda possibilidades sucessórias para o reino de Portugal e que envolviam membros colaterais da corte fernandina e herdeiros do monarca anterior, conhecido como Pedro, o Cruel (1320-1367), mas que não estavam previstas no mencionado tratado. D. Pedro, como resultado de uma relação com D. Inês de Castro e que segundo a historiografia portuguesa atrelada às crônicas régias não era legítima, teve dois herdeiros D. João, duque de Valência e D. Dinis, Senhor de Cifuentes. Ademais, existia uma terceira opção, D. João, Mestre de Avis e filho ilegítimo de D. Pedro com uma moça de nome Teresa Lourenço. Por todas as narrativas que se contam nos conflitos bélicos que se seguem contra o reino de Castela, D. João torna-se rei de Portugal e iniciador de uma nova dinastia em Portugal. A história de tais lutas e a decorrente ascensão é contada a partir da *Crônica de D. João I*, escrita pelo cronista-mor oficial Fernão Lopes.

Com a explosão dos conflitos, os dois primeiros herdeiros citados foram afastados da corrida ao trono. O primeiro foi preso pelo rei de Castela desde o momento em que se levantaram algumas dificuldades ao reconhecimento da sua autoridade em Portugal. Enquanto que o segundo, D. Dinis, fugiu para o reino vizinho e morreu na cidade de Salamanca. Um dos principais argumentos que teriam impedido a ascensão de um dos irmãos citados ao poder seria a própria ilegitimidade do casamento de D. Pedro com Inês de Castro. No final das contas, o mestre de Avis assume o trono por apresentar-se como defensor do reino neste momento de dificuldades.

D. Fernando, filho legítimo e sucessor de D. Pedro, teve um reinado que não referendou boas caracterizações a partir principalmente dos relatos encomendados pela Dinastia de Avis. Seus dezesseis anos de reinado (1367-1383) ficaram conhecidos na historiografia portuguesa pela sua incapacidade de dar paz, segurança e estabilidade para as populações de Portugal. O último rei da Dinastia de Borgonha favoreceu os nobres com a criação de exuberantes senhorios e com a multiplicação de títulos nobiliárquicos. Agiu como um monarca que exerceu as prerrogativas do mundo senhorial. Realizou políticas e adentrou em conflitos levando o seu reino para as guerras presentes na época através de suas “decisões e caprichos” (MARQUES, 1987, p. 510).

Porém, produções historiográficas mais recentes procuram revisar os atos do governo de D. Fernando, como é o caso de Armindo de Sousa e José Mattoso no livro *História de Portugal: A monarquia feudal* (1997). Em seu texto, os autores apresentam que o reinado de D. Fernando foi muitíssimo influenciado e até prejudicado pelas conjunturas presentes na Europa. Mas que se não fossem as mesmas, seu governo teria um saldo muito positivo. Seus bons atos de governação e administração caracterizam um latente interesse por causas presentes em todo o reino e também importantes para a monarquia (MATTOSSO; SOUSA, 1997, p. 413-414). Entre os mesmos estão o amuralhamento de cidades e vilas como Lisboa, Évora, Porto, Coimbra, Santarém, Braga; novas leis e reforma da administração pública contra os abusos senhoriais; Lei das Sesmarias, leis protetoras dos mercados do reino, leis reguladoras dos privilégios jurisdicionais da nobreza; fundação da Companhia das Naus e entre outras realizações que ficaram marcadas nas documentações de Chancelaria e Cortes (MATTOSSO; SOUSA, 1997, p. 413).

Entretanto, desde o final dos conflitos bélicos, D. Fernando estava doente e por isso, viveu somente mais um ano e faleceu em outubro de 1383, em Lisboa. Na sua ausência, Leonor Teles assumiu o trono em regime de regência. Enquanto isso, os ânimos exaltaram-se quando

D. Beatriz e seu marido, rei de Castela, foram aclamados como reis de Portugal. As uniões que tinha acontecido no reino anos atrás (entre 1372-1373 em Santarém, Lisboa, Leiria, Abrantes e Tomar) voltaram a assolar Portugal (1382-1383 em Portal, Montemor-o-Velho, Tomar, Sousel, Vila Viçosa, Valença e Guimarães). Existiam formas de resistência em diversos segmentos sociais e os grupos da aristocracia dividiam-se entre quem apoiar em uma situação de guerra: D. Leonor Teles, acompanhada pelo Conde Andeiro e a casa castelhana com o rei D. Juan I e sua rainha portuguesa (COELHO, 2008, p. 38).

Por outro lado, D. Leonor Teles, de acordo com relatos, era amplamente odiada pelo povo português. Em sua imagem estava projetada todos os erros do reinado fernandino. Além disso, sua honra foi ameaçada, segundo crônicas régias as quais falaremos posteriormente, por conta da frequente importância e predileção da rainha para com a figura de um cavaleiro específico: João Fernandes de Andeiro, o conde de Ourém. A sua “preferência” pelo conde e a forte presença do mesmo na corte teria sido uma das suas maiores afrontas ao monarca em vida e ainda depois de morto.

Muitos nobres, homens de funções e conselhos desejavam ver o conde eliminado da figura política portuguesa. Porém, é somente quando os homens com cargos governativos na cidade se unem para matar o conde que o objetivo de todos é alcançado. Segundo Maria Helena Coelho, pesquisadora portuguesa, “*eliminar João Fernandes Andeiro seria, mais profundamente, dar um decisivo golpe na alta nobreza e nas ambições sociopolíticas que ele e outros alimentavam e sustentavam junto da rainha, visando manter o seu poder graças a uma forte aliança com Castela*” (COELHO, 2008, p. 43-44). O nobre fidalgo de origem da Galiza e que cultivava intenções políticas para com o partido de Castela foi morto em 1383 por D. João, Mestre de Avis e Álvaro Pais - antigo oficial de justiça e do desembargo da casa de Borgonha - juntamente com Rui Vasquez e Gonçalo Pereira.

O palco de toda a movimentação política e social narrada pelo cronista na *Crônica de D. João I* estava pronto. A história escrita inicia-se imediatamente após o momento da morte de D. Fernando. Conta a morte do Conde Andeiro, aqui já citado e a posterior fuga da rainha D. Leonor Teles para Santarém. Tal fato acarretou a afirmação de D. João como regedor do reino (1383) e posteriormente como rei (1385). A sua caminhada em direção ao trono foi facilitada por meios dos conflitos bélicos os quais Portugal travava contra Castela. O primeiro destes foi a *Batalha de Atouros* (6 de abril de 1384), seguida do *Cerco de Lisboa* (1384) no qual as forças castelhanas foram derrotadas pela primeira vez apesar de que o exército de origem portuguesa estava em número menor.

No que diz respeito a Atoleiros, do lado português, nenhuma perda humana foi registrada, fato que contribuiu para a conotação de que as forças de Portugal estavam sendo apoiadas pela Providência Divina, segundo a posição de Fernão Lopes. O resultado dos combates estava diretamente associado, no discurso do cronista, ao Juízo de Deus. Razão pela qual a vitória portuguesa representou a confirmação das características messiânicas do Mestre de Avis e de sua posição como aquele escolhido por Deus para governar o reino de Portugal.

O Cerco de Lisboa, por meio dos escritos do cronista Fernão Lopes, demonstrou mais uma vez a interferência divina no conflito. O cerco durou quatro meses e por consequência, a população minguiu pão e água. Diante de tais aspectos, vários foram os milagres relatados por Fernão Lopes para confirmar a vitória da causa de Avis. Entre estes estão a aparição de homens com vestes brancas de anjos ao exército português e uma chuva de cera que cai do céu. Em seguida uma peste enviada pelos céus atinge somente ao exército castelhano. Mesmo os portugueses que haviam sido feitos de cativos e estavam em contato com os enfermos não caíam doentes. O cerco só é levantado após a esposa do monarca D. Juan de Castela, D. Beatriz, ser também atingida pela peste.

Em um segundo momento, a vitória definitiva das forças portuguesas para com as do reino de Castela foi representada na *Batalha de Aljubarrota* (1385), que parece ser a confirmação divina da aprovação de Deus as ações de D. João I. Os inimigos vizinhos haviam perdido a guerra por serem maus cristãos, cruéis e também covardes, pois infligiram os acordos e termos do *Tratado de Salvaterra dos Magos*, fato que tornava a causa castelhana injusta. Ainda segundo Lopes, o juízo de Deus havia sido feito, confirmando a predestinação divina de D. João I.

O cronista e sua obra, alvos de nossa investigação, são parte integrante de um projeto de propaganda dinástica, ao qual trataremos mais especificamente nos tópicos seguintes. A *Crônica de D. João I*, porém, é composta de duas partes. A primeira parte relata os feitos do Mestre de Avis até a ascensão à rei, demonstrando sua vida num quadro coletivo de vitórias em batalhas e de suas ações, sempre narradas plenas de profecias e predestinações. Já a segunda parte, descreve posteriores lutas entre Portugal e o reino de Castela, apresentando os conflitos bélicos da reconquista de cidades portuguesas que haviam declarado apoio a Castela. Ainda, Fernão Lopes narra seu casamento, o nascimento de seus herdeiros e conta atos exemplares de seguidores de D. João I, com maior expoente em Nuno Álvares Pereira.

No que diz respeito ao contexto presente em Portugal no momento anteriores e durante

os conflitos muito pode ser analisado. Existe uma espécie de concordância geral da interpretação dos fatos principais na historiografia portuguesa (OLIVEIRA MARQUES²³, COELHO²⁴, SARAIVA²⁵). Para A. H. de Oliveira Marques “*em poucas épocas da história medieval portuguesa terá havido um tão grande sincronismo entre acontecimentos verificados em Portugal e acontecimentos semelhantes verificados noutras partes da Europa*” (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 512). A discussão presente entre os historiadores demonstra que a crise se dividiu em vários aspectos, seja no tempo e no espaço. Na época aqui tratada, finais do século XIV e início do XV, Portugal possuía uma pequena população mal distribuída de norte sul, debilitada pela fome e por epidemias recorrentes. Era antes de tudo rural, porém enfrentava uma grave crise de baixa produção de cereais engendrada pela diminuição do consumo²⁶.

Historiadores como Phillipe Wolf (WOLF, 1988), Guy Fourquin e Jêrome Baschet (BASCHET, 2006) já se esforçaram no sentido de entender os acontecimentos dos séculos XIV e XV, quais seriam suas motivações, desdobramentos e como interpretar um contexto de particularidades presentes em toda a Europa. Em tais estudos é possível constatar diversas expressões utilizadas na tentativa de caracterizar tais séculos mencionados. *Estagnação, recessão, crise, penúrias* fazem parte do vocabulário presente nas produções historiográficas sobre os séculos XIV e XV. Entretanto, tal temporalidade também é permeada por vários eventos que deram os contemporâneos da época a percepção de que estariam vivenciando um novo momento. Estes seriam o crescimento dos centros urbanos e feiras, progresso nos métodos de transporte, propagação dos ideários humanistas, mudanças nas técnicas de cultivo agrícola e de manufatura, aumento da influência dos segmentos mercantis e de letrados, expansão marítima, maior centralização e burocratização dos Estados europeus e por consequência, fortalecimento da figura régia (WOLF, 1988, p.82 -172).

Porém, os espíritos foram atingidos por eventos de escala continental e é importante reconhecer que estes “fenômenos” possuem raízes em décadas anteriores. Fomes, penúrias, conflitos bélicos e epidemias de peste atingiram as camadas da sociedade medieval de maneira indiscriminada. Mudanças climáticas em torno da segunda metade do século XIV (por volta de 1350) atingiram a Europa e causaram desequilíbrios no mundo rural e urbano (WOLF, 1988, p.10). Como consequência de tais alterações, observou-se um quadro de retração na produção

²³ Através de duas obras principais: Breve História de Portugal (Editorial Presença, 1996) e Portugal na crise dos séculos XIV e XV (Editorial Presença, 1987).

²⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz. D. João I: o que re-colheu Boa Memória. Lisboa: Temas e debates, 2008.

²⁵ SARAIVA, António José. O crepúsculo da Idade Média em Portugal. Lisboa: Gradiva, 1998.

²⁶ Mesmo com a situação de uma menor produção cerealífera, as manufaturas de vinho, azeite, sal e frutas passaram por momento de expansão (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 11).

agrícola, agravada pela falta de mão de obra gerada pela fome. Concordamos com Jacques Le Goff quando o mesmo aponta que *“a organização insuficiente das monarquias e das cidades, as deficiências dos transportes de víveres e de armazenagem agravaram, ou, em todo caso, não permitiram lutar eficazmente contra as consequências da grande fome”* (LE GOFF, 2010, p. 222).

A falta de mão de obra foi consequência ainda das ondas de peste bulbônica e peste pulmonar que adentraram o território europeu por meio de navios vindos da região da Ásia Central (WOLF, 1988, p. 15). Dessa forma, a peste, que possuía origem e tratamento pouco conhecido para os homens do seu tempo, levou o nível de falecimentos às estimativas que indicam que 2/3 (dois terços, 67%) da população pereceu. Além da privação de esforços humanos no trabalho agrícola, a mesma ainda elevou as tensões entre os segmentos sociais. Os mais abastados apontavam os pobres e os judeus como os responsáveis pela rápida disseminação da doença; enquanto que os últimos acusavam os ricos e nobres de só agirem em benefício de si mesmos, sem deter atenção à situação desprivilegiada das populações dos segmentos sociais mais baixos.

Segundo o pesquisador Michel Postan, é possível situar dos séculos XI ao XIII um surto demográfico que levou a produção agrícola a fazer maiores esforços no intuito de alimentar as novas bocas que surgiam e que não acompanhavam os augúrios do crescimento. Porém, houve um determinado momento em que o plantio não mais conseguiu suprir a demanda por alimentação. Dessa forma, é uma população malnutrida que é atingida com as alterações climáticas e pestes dos finais do século XIV. Muitos camponeses saíram de suas terras em busca de melhores condições nos centros urbanos. Há menos pessoas para serem alimentadas, mas há também menos braços para o cultivo. Em linhas gerais, a recessão é vítima de si mesma, funciona em cadeia. O equilíbrio existente entre a demanda agrícola e a população só passa a reestabelecer-se por volta do século XV (POSTAN apud WOLF, 1988, p. 56).

Nos casos ibéricos, a Peste Negra chegou aos reinos de Portugal e Castela ao mesmo tempo por terra, através dos Pirineus e por mar, em embarcações vindas da região da Itália (WOLF, 1988, p.15). Não há muita certeza em relação ao número de mortos, mas estima-se que o reino lusitano obteve o mesmo número de baixas observadas no continente. Os resultados foram notados principalmente a partir de sua população em êxodo rural e que avolumava as principais regiões citadinas de Portugal, como Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 100).

Tal crise em Portugal anunciava desde a década de 30 do século XIV com as pestes dos anos de 1348 e depois com sequências de outras de aspecto mais regional em 1360 e 1370 (COELHO, 2008, p. 28). A consequência imediata do alcance da peste, além da diminuição demográfica, são as ondas migratórias que revelaram a falta de mão de obra no reino de Portugal e deflagraram especialmente os fogos-mortos, regiões que passaram a ser semidesertas ou improdutivas em diversas propriedades agrícolas. O número também diminuto para a mão de obra urbana, já com poucas ofertas de emprego e constantes altas de preço, deixou em situação desfavorável aqueles que buscavam novas oportunidades nos centros urbanos. Muitos dos migrantes não estavam suficientemente preparados para as necessidades demandadas pelo comércio e pelo artesanato, o que os levou à condição de miséria e de população flutuante à margem da franja social entre velhos, doentes, pobres e pedintes.

Os problemas de matriz econômica e social chocaram-se com os de origem política. O reino português foi comprometido com as demandas do continente europeu. Rapidamente incluem-se as causas francesas e inglesas - advindas da Guerra dos Cem Anos (1337-1453)²⁷ - e o reino Português adentra em conflitos bélicos contra o reino de Castela sob o reinado de D. Fernando, gerando conflitos peninsulares. Portugal envolve-se do lado dos ingleses enquanto que o reino vizinho se aliou à França numa disputa sobre o trono castelhano e quem assumiria após o assassinato de D. Pedro de Castela, na tentativa de impedir a ascensão de Henrique de Trastâmara, irmão bastardo do falecido.

Ademais, a Baixa Idade Média, período convulsionado que a Europa vivenciava, explicitou-se também por meio do Cisma do Ocidente (1378–1417). Este representou uma ruptura que ocorreu dentro da Igreja Católica e instantaneamente deu ao homem medieval a noção de que o Apocalipse estava próximo. A existência de dois papas, um em Roma (Itália) e outro em Avignon (França), ambos reclamando para si o poder do Papado, fez com que os reinos europeus se dividissem entre as políticas religiosas de cada uma das regiões citadas.

As vontades de crescimento de D. Fernando e os dos grupos que o rodeavam (e as falhas tentativas de apossar-se de Castela) juntamente com a presente situação econômica e social do

²⁷ O problema dos conflitos bélicos em que as monarquias se envolviam com vistas à legitimação do poder face aos demais reinos também trouxeram efeitos. A Guerra dos Cem Anos opôs os reinos de França e Inglaterra e envolveu também as demais monarquias no conflito de tendências peninsulares. A coroa francesa encontrava-se vaga na primeira metade do século XIV com a morte de Carlos IV, último rei da Dinastia dos Capetos em 1328. Posteriormente, a casa de Valois assume o trono francês e por mais de um século os soberanos ingleses acharam-se no direito de assumi-la por conta de relações consanguíneas entre as duas casas régias, a francesa e a inglesa (BASCHET, 2006, p. 250). Tal guerra também envolveu países vizinhos como Castela e Portugal.

reino criaram uma situação propícia para o surgimento de movimentos que buscavam por melhoras. Os objetivos das guerras fernandinas falharam, o monarca veio a morte e havia uma vacância de trono. Algumas linhas de força eram contrárias à regência de Leonor Teles e apoiavam a causa castelhana e grupos ligados a mesterais. A população ressentida com as guerras, ordens religiosas militares e grande parte sul do reino com as principais cidades de Évora, Coimbra, Porto e Lisboa apoiaram as intenções joaninas ao trono português (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 524-522).

Logo, a situação de impasse foi resolvida a partir de mais conflitos bélicos entre os reinos peninsulares. D. João foi nomeado defensor e regedor do reino de Portugal em dezembro de 1383 e posteriormente eleito rei nas cortes de Coimbra, em abril de 1385. A historiografia preconizou o momento a partir da morte de D. Fernando à consolidação da Dinastia Avisina de “Revolução de Avis”. Uma parte dos historiadores defende a Revolução de 1383 como uma “revolução burguesa”, a primeira de todas na Europa. António Borges Coelho (1965) defende a Revolução da ascensão da nova dinastia como um movimento impulsionado e financiado pelos altos mercadores de Lisboa. Ao mesmo tempo atenta que apesar do fato de que burguesia dirigiu a revolução, a importância da presença popular não pode ser diminuída. O discurso dinástico foi forte, entretanto, historiadores portugueses e brasileiros passaram a rever o reinado de D. João I como um momento em que a vida dos portugueses não foi fácil.

Segundo Armindo de Sousa e José Mattoso, até 1411 – durante o reinado de D. João I - o país viveu em guerra; a inflação monetária atingiu níveis que nunca foram iguais em nenhum outro governo até hoje; as queixas contra os privilegiados recrudesceram e por fim, a grande carga de impostos que era exigida da população – extremamente censurada e qualificada pelos habitantes de Portugal como “roubo” – aumentou (SOUZA; MATTOSO, 1997, p. 415-419). Logo, já existe na historiografia portuguesa um considerável esforço para a descaracterização do reinado de D. João I como de um governo “sem falhas”.

É por este motivo que António José Saraiva aponta que

deve-se notar que quase tudo o que sabemos sobre a chamada revolução de 1383-1385 o sabemos por Fernão Lopes, pois dela nos ficaram poucos documentos ‘autênticos’. Foi Fernão Lopes quem lhe deu o caráter de cataclismo social, o carácter ‘revolucionário’ que seduz os historiadores modernos (SARAIVA, 1998, p. 178).

Concordamos com a ideia exposta por Saraiva e preferimos encontrar nos acontecimentos de 1383-1385 um momento convulsionado por uma questão de vacância tronal,

crise econômica, social e que envolveu diversos segmentos do reino, gerando a construção de símbolos, cerimônias, rituais e diversas representações do espaço e do tempo. Eventos estes que levaram a construção de um projeto dinástico através do favorecimento da literatura, da cultura cortesã e da propaganda dinástica que mostrava os membros da família real tal como exemplos a serem seguidos por todos os súditos. Porém, grande parte do exposto aqui torna-se de difícil compreensão sem a exposição do panorama presente no continente europeu e de como estes influenciaram o reino de Portugal. Logo, é de tal questão que pretendemos tratar no tópico seguinte levando em consideração questões políticas de monarquias e poderes emanados pelos reinos.

2. AS MONARQUIAS E OS PODERES LAICOS: discursos, legitimidade e cerimônias

A Baixa Idade Média europeia é longamente conhecida na historiografia como um período de diversas recessões e penúrias. Segundo Judite de Freitas, os reis peninsulares do Ocidente Medieval costumavam definir seus domínios até onde encontrassem os limites definidos por um outro monarca e daí se desenvolviam os traçados fronteiriços (FREITAS, 2011, p.13). Os reinos monárquicos e o poder que emanava dos mesmos apresentavam-se na forma de um denominador comum em uma sociedade tardo-medieval com uma desigualdade social latente. Com um poder corporativo, existia uma clara diferença entre governantes e governados e um poder fraccionado entre os segmentos sociais da aristocracia, eclesiásticos e da figura central do rei, cabeça do reino (FREITAS, 2011, p. 63).

As monarquias apresentavam-se na forma de ordenadoras do tempo e do espaço. O rei situava-se numa cadeira histórica e dinástica e dependia de uma configuração especial de poder: a monarquia. Segundo as teorias da teologia cristã, o rei é a imagem de Deus e essa caracterização reforça as constantes referências que são feitas entre os reis medievais e os que estão presentes no Antigo Testamento. Assim, Jacques Le Goff aponta que o rei medieval é um rei contratual, assumiu funções em “*face a Deus, da Igreja e do povo, especialmente quando dos juramentos de sagração e coroação*” (LE GOFF, 2002, p. 403). Por assumir tão alta função, o rei é defensor da fé cristã e do seu povo, rei de tudo e de todos. Porém, possui também

limitações, deve ser muitíssimo respeitoso à Igreja, pois depende dela. O poder régio estava ainda abaixo da influência do papado. O monarca reinava somente o espaço a ele delegado; enquanto que o Papa era o soberano em toda cristandade.

O poder régio evolui com o tempo e no período da Baixa Idade Média (século XIV-meados do século XVI), o rei tornou-se o soberano de uma estrutura de governo centralizado. Ao mesmo tempo em que fez parte do eixo fundamental que é a monarquia, o rei estava sujeito a ela (LE GOFF, 2002, p. 396). Assim, sua figura tornou-se personagem essencial na literatura e as dinastias passam a objetos privilegiados dos cronistas medievais. A relativa laicização dos saberes e das estruturas governativas - juntamente com latente necessidade de que os reis deixassem escritas suas histórias e grandes feitos - fez com que os mesmos encomendassem a produção de crônicas régias, garantindo uma memória que privilegiava a imagem régia e o ciclo cortesão ao redor dos monarcas (FRANÇA, 2006, p. 16-20)²⁸.

É importante notar que um rei e sua corte possuem um tempo cotidiano e um espaço a eles delegado, sejam as cidades, por serem residências régias, ou as vilas e aldeias, lugares de deslocamento e itinerância. Logo, a medida em que os reinos medievais centralizam-se e tornam-se uma realidade territorial e humana, tende-se a observar uma sequência regular de atividades que constroem o cerimonial do monarca. Celebrações que transformavam a afirmação régia medieval em política, pois o governante pairava sobre os súditos. Porém, essa legitimidade também possuía uma característica carismática já que existia todo um imaginário político que criou a imagem da monarquia. O tempo e o espaço fizeram com que essa representação do rei se transformasse em tradição e fincasse raízes na cultura medieval.

O *status regis* tratava da função e dignidade real, no sentido do poder que emanava dos príncipes. Porém, a Idade Média não utiliza tal nomenclatura na intenção de tratar os reinos como Estados, nos modelos em que hoje conhecemos. Os medievos possuíam de fato um território designado, uma população que obedecia a um governo e estruturas que merecem ser investigadas. Porém, tratar de Estado nos séculos XIV e XV é cair num erro reducionista. Existe

²⁸ Em suas pesquisas, Susani Lemos França, que produziu tal pesquisa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), afirma fortemente a existência de uma laicização dos saberes nos séculos XIV e XV em Portugal a partir do estudo das crônicas régias e livros de linhagens. Porém, esquece de notar que a produção de tais obras, apesar de terem sido escritas por autores não-clérigos, são permeadas da influência bíblica e da escolástica cristã. De fato, existe uma burocracia das estruturas de governo que foi lentamente laicizada a partir da ascensão de grupos não clérigos a cargos próximos ao rei. Em contrapartida, não pode ser deixado de lado que tais personagens da história continuaram a receber seus saberes pelos ensinamentos de clérigos, padres, cônegos e monges, principais bastiões do que era a educação da Idade Média, relegada aos grupos da Igreja Cristã. O próprio Fernão Lopes teria estudado, já que não há certeza, no Estudo Geral ou numa Escola conventual em Lisboa e ambas eram instituições em que clérigos lecionavam e dirigiam.

antes de tudo uma noção latente de soberania e um povo que se organizou através da coesão, de possuírem um idioma e religião comuns, de serem nascidos em um mesmo território e súditos de um mesmo monarca. Levando tais quesitos em conta, Bernard Guenée aponta que “*durante toda a Idade Média todos foram constantemente convidados a amar seu país e a combater e morrer por ele se fosse necessário. Do século IX ao século XVI todos os homens tiveram enraizado no coração, o amor ao seu país*” (GUENÉE, 1981, p. 100).

Nesse sentido, Joseph Strayer demonstra que para uma sociedade transformar-se em uma estrutura governativa de Estado é necessária uma certa permanência de instituições políticas no tempo e no espaço (STRAYER, 1986, p. 11). Com o desenvolvimento e fortalecimento das monarquias no período da Baixa Idade Média, passou a existir uma nova concepção temporal como parte da sociedade. O tempo torna-se de rei, monárquico, indicando antecessores e sucessores, dinastias e genealogias em que os antepassados eram exaltados. O tempo era político pois o monarca tentava monopolizá-lo, seja inserindo a corte em atividades litúrgicas ou instalando relógios e sinos no alto das torres das catedrais. Esse tempo político é também, antes de tudo, urbano (LE GOFF, 2006, p. 535 -537).

A existência de um espaço político em Portugal demonstra um território e um povo unidos em volta de uma identidade provinda do rei, elemento ordenador do tempo, do espaço, ritos e cerimônias. Existia na realeza um poder baseado em simbologias e que se transformou em palco de diversas manifestações, as quais muito a historiografia já fez para pautar tais análises. Temos os estudos pioneiros de Marc Bloch em *Os reis taumaturgos* (1993), obra na qual o historiador francês estuda profundamente um fenômeno presente nas dinastias francesas e inglesas, em que reis possuíam habilidades de cura das escrófulas durante os séculos XII ao XVIII. Por meio dessa apresentação reinícola que vinha através da execução de milagres, Bloch investigou o caráter sagrado da realeza, a autoridade e discurso régio e a natureza do poder; abrindo assim novas possibilidades de estudo para a História Política, combinando as demais ciências humanas (como antropologia e psicologia) às pesquisas historiográficas.

Outros estudaram a fundo monarquias e demais características ligadas ao poder, como Ernest Kantorowicz em *Os dois corpos do rei* (1998) – obra a qual trataremos posteriormente –, e Georges Duby em *As três ordens*, além estudos mais específicos levados a cabo por Jacques Le Goff em *São Luís* (1999). Porém, mesmo na situação existente de um paralelo entre os eventos presentes no mundo ocidental cristão e nos reinos peninsulares, não podemos perpetuar para a historiografia a ideia de que os reinos de Portugal e Castela seguiram os mesmos modelos

régios da Inglaterra, França e Sacro Império Romano Germânico. Os reinos ibéricos criaram uma cultura régia própria, desenvolveram seus símbolos e construíram sua legitimidade.

Adeline Rucquoi, historiadora francesa que se dedica aos estudos dos reinos ibéricos e mediterrânicos, afirma que ao longo da segunda metade do século XX houve por parte da historiografia, uma periferação da Europa Medieval Meridional (RUCQUOI, 1992, p. 56). Existia a aparência de que as produções tradicionais sobre os reinos citados anteriormente – França, Inglaterra e Sacro Império Romano Germânico - eram as únicas possibilidades possíveis, nas quais as monarquias francesas e inglesas eram encaradas como os dois modelos mais elaborados da Cristandade. Segundo Rucquoi, os estudos dos símbolos, ritos e signos também são importantes para as realezas ibéricas. Porém, as mesmas nunca foram embasadas em caráter sobrenatural ou mágico. O poder em tais reinos derivava do direito romano (RUCQUOI, 1992, p. 64).

As monarquias ibéricas, de acordo com Nieto Soria, criaram aparatos ideológicos na tentativa de confirmarem sua legitimidade. José Manuel Nieto Soria, professor e pesquisador da Universidad Complutense de Madrid, em seus trabalhos - *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)* e *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara* - demonstrou que tais reinos construíram suas respectivas afirmações através de imagens, sejam estas sacralizadoras, teocêntricas, moralizadoras, jurídicas e de superioridade. Por consequência, estas deram à realeza a representação de uma instituição política e religiosa. Porém, concomitantemente insistiu em deixar claro que “*las monarquias occidentales medievales no han podido jamás desarrollar una sacralidad propia, de carácter autónomo, pero sí han podido impulsar apropiaciones parciales de sacralidad*” (NIETO SORIA, 2016, p. 265).

A importância de Nieto Soria reside no fato de ter sido o primeiro historiador que levou os estudos das monarquias ibéricas a um patamar de investigação historiográfica considerada não menos importante. E, sendo um medievalista, Nieto Soria considera ainda a literatura um recurso que constituiu qualquer intento de produção de poderes e ideologias políticas (NIETO SORIA, 1988, p. 185), já que o historiador considera deveras importante a análise dos sistemas de cerimônias – ritos como entradas, casamentos, batismos, funerais - presentes nas monarquias. Sem deixar de levar em consideração que os mesmos funcionavam como uma ferramenta para a construção da imagem pública, afirmação e poder da realeza medieval. As cortes dos monarcas eram organismos de importância tanto cultural quanto social e isso nos foi deixado a partir da literatura.

As monarquias, os reis e suas cortes, os tempos, espaços, ritos e cerimônias eram componentes de uma totalidade de práticas e costumes que possuíram forte relação com a representação da realeza para a sociedade, com a conformação das estruturas de governo e a forma na qual os eventos são deixados para os séculos posteriores. Da monarquia emergiu o discurso da unidade do reino, da legitimação e da identidade. É onde se colocou a representação e a história de um povo todos em posse de somente um indivíduo: o rei. E o mesmo, segundo as teorias presentes na Idade Média “*do pensamento político e jurídico ao século XII, gemina persona, simultaneamente pessoa pública e privada*” (GOMES, 1995, p.11).

A realeza e suas respectivas casas ficaram conhecidas por terem uma faceta do sagrado, nos casos franceses e ingleses, que encaravam a atividade real equiparada ao sacerdócio (ULLMANN apud FREITAS, 2011, p. 40). Porém, nos reinos ibéricos não existiam rituais que consagrassem os monarcas, assim como havia a unção régia que legitimava os reis e os colocava numa função ritualizada e consagrada. Nas monarquias de Portugal, Castela e Leão, o que foi debatido pela historiografia consistia na primazia possuída pelos reis de lutar contra os mouros e serem reconquistadores de territórios cristãos. Tais reis tinham, majoritariamente, uma função militar com uma forte associação aos segmentos nobres. Estes eram interligados pelo uso do direito romano, propício ao reforço do poder real (KRUS apud FREITAS, 2011, p. 139).

Rita Costa Gomes, historiadora portuguesa, preocupou-se em dar aos estudos sobre a monarquia e as cortes lusitanas um papel de destaque. Por consequência, o seu trabalho oferece também um modelo para outros estudos que possuem objetivos similares, como a investigação sobre a estrutura monárquica de Portugal nos fins da Idade Média. Em sua obra, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média (1995)*, na qual se apoia nos trabalhos de Norbert Elias, a autora define o que é a corte de um rei, além da importância temporal e espacial que a mesma exerce numa coletividade de indivíduos.

Todos os estudos que citamos até então serão essenciais ao longo deste texto para compreendermos quais são as características e peculiaridades da emergência das monarquias ibéricas. Entre os séculos XIV e XVI, o processo de fortalecimento das monarquias acelerou-se em conjunto com as questões vivenciadas a partir da crise da Baixa Idade Média. As populações dos baixos segmentos sociais esperavam do rei uma resposta para o fim dos problemas. Ainda, o governante era o centro de todo um cerimonial, cultura e tradição que perpassaram pela medievalidade. Homens e mulheres de todos os segmentos sociais e que passaram pelos eventos apresentados em torno dos monarcas nas cidades, vilas e aldeias – seja como residência fixa ou na prática da itinerância – habituaram-se a ver o rei e a família real

como exemplos a serem imitados. Modelos de cristão, homem, cavaleiro, esposa e mãe. Dessa forma, a corte moldava a vida das pessoas no espaço utilizando o tempo cortesão e político como espelho.

Entretanto, nossa intenção aqui não é apresentar o rei medieval tal como um centro que controlaria todas as representações do tempo e do espaço na sociedade, até porque essa característica não lhe era devida. Existia o seu poder e a clara formação de um ambiente cortesão e uma cultura que se engendrava a partir de formas novas. Passou a tomar corpo uma mudança na coerção que os homens exerciam uns sobre os outros no desenrolar das estruturas de poder, além da burocratização da sociedade. Assim, em um contexto europeu de crescimento das universidades e desenvolvimento de uma cultura que educava não somente mais clérigos para estarem em cargos de governo, a literatura e a historiografia portuguesa receberam um considerável incentivo quando os monarcas passaram a ser os principais mecenas de crônicas e histórias régias.

É sobre esse processo de relativa laicização que trata Susani Silveira Lemos França na obra *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)* (2006). A sua análise tem por intenção perceber quais foram os fatores e circunstâncias que fizeram com que a história ganhasse um incentivo no final da Idade Média e como eram construídas as obras dos cronistas; levando em consideração as peculiaridades do reino português. A historiadora analisa também como as crônicas construíram uma visão de mundo e expressaram valores que eram considerados importantes para a sociedade medieval. Tudo isso sendo representado a partir de contos e narração de eventos que relatavam as histórias dos monarcas e genealogias de famílias nobres.

Diante de tais aspectos, o processo que proporciona tais escritos parte da institucionalização do ensino em Portugal, nos locais mantidos pela Igreja já no século XIII, como o Estudo Geral, Universidade e escolas monásticas e conventuais. Estes, também, recebiam proteção régia com isenção de impostos, já que em tal momento já estava vivo um discurso segundo o qual um rei nobre se preocupava com a existência e crescimento de homens letrados em seu território (FRANÇA, 2006, p. 19). Assim, com o passar do tempo, já nos séculos XIV e XV a presença de letrados na vida pública de Portugal cresce e “*os bacharéis, os licenciados e sobretudo os doutores, leigos ou religiosos, surgem como peças indispensáveis numa sociedade onde o desejo de reordenar o passado e ordenar o presente através da escrita se generaliza*” (FRANÇA, 2006, p. 25). Percebe-se a importância de fazer registros de documentos da alçada administrativa e judicial, bem como a necessidade de deixar eventos

encaixados nas suas temporalidades e lugares, marcados em crônicas, trovas e livros de linhagem.

Os órgãos administrativos da coroa burocratizaram-se e cada vez mais exigiram complexidade e maior formação dos servidores para a ocupação de cargos de conselho, câmara justiça, tesouro, casa régia, embaixadores, ordenações e claro, os trabalhos de ofício como escrivães e tabeliões. A contribuição dos letrados foi importante, já que o conhecimento não era uma categoria exigida somente ao rei, mas àqueles que os rodeavam. Segundo D. João I, monarca sobre o qual a *Crônica de D. João I* fala e que é alvo de nossa análise, as histórias presentes nos livros passaram a ser escritas quando “*os homens se aperceberam de que os saberes morriam com aqueles que os detinham e que, por isso, era preciso criar um instrumento para preservá-los*” (D. JOÃO apud FRANÇA, 2006, p.49).

Assim, as crônicas históricas encomendadas principalmente pela Dinastia de Avis e até mesmo os livros que os membros da casa real escreveram possuíam a intenção de guardar seus grandes feitos, de deixar clara a sua condição e deveres como família monárquica. Intencionavam demonstrar aos outros segmentos sociais o que compete a cada condição e o que eram considerados bons costumes e comportamentos. A função histórica sobressaiu-se por dois motivos principais: o primeiro é porque tratava-se da legitimação e afirmação no reino de Portugal de uma dinastia que assumiu o poder não por linhas exatas de hereditariedade, mas pela vitória em conflitos bélicos. O segundo veio por conta da relativa fragilidade em um momento de crise e da maneira pela qual historiografia decidiu passar e analisar os fatos de 1383-1385. A escrita encomendada e a pesquisa realizada pelos historiadores e historiadoras ajudaram a construir uma memória bastante específica.

E a situação é a de que, no final da Idade Média, existia uma necessidade de conferir identidade e representação aos eventos. A identidade dos atores sociais sempre está entre um meio caminho da imagem que o reino e o seu monarca transmitem e a noção que os homens e mulheres tinham de si mesmos. Nesse aspecto, o papel e função do rei possuem uma preponderância, pois o mesmo controla o cerimonial e possui influência na vida cidadina através da disposição do espaço e do tempo com as festividades, os ritos, as datas de celebração, as feiras, impostos, isenções, decretos, entradas e da edificação da cidade. O monarca trabalhava com um equilíbrio da sua posição social, como cada um dos membros da sociedade medieval o percebiam e, notadamente, como a ideia de fazer parte de um mesmo reino apareceu a todos ao longo dos acontecimentos históricos.

A intenção do reino português, em frente a uma crise, foi usar os letrados do reino em seu favor. A Dinastia de Avis conseguiu transformar os seus intentos em um projeto monárquico de retomada e valorização dos méritos do passado. Sempre tendo em vista que era necessária a construção de uma memória escrita que estivesse de acordo com particularidades, eventos e perspectivas do reino de Portugal. Por volta de 1378, já passavam a ser escritos e enviados documentos que saíam da torre do Castelo de Lisboa. Posteriormente, em 1411, o lugar passou a ser conhecido como da Torre do Tombo, local de trabalho dos tabeliães e de arquivo (FRANÇA, 2007, p. 492).

Segundo Paul Ricoeur, “*o momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica*” (RICOEUR, 2007, p.176). Construir uma trama histórica em papel cria uma autonomia para as obras e a constituição de uma nova cultura histórica no final da Idade Média. O objetivo inegável da edificação de uma história portuguesa era a memória. E de uma memorialística específica, na qual a monarquia indicava como os eventos deveriam ser passados. Não devemos ter a inocência de deixar de lado a questão de que a fonte a qual trabalhamos aqui é uma obra feita sob uma encomenda a um vassalo do rei. Existe uma prática, uma narrativa e um discurso embutido por meio das letras de Fernão Lopes. Objetivamos encontrar e analisar as temporalidades, como o espaço estava presente nos eventos e a cerimonialística colocadas em pauta pela família de Avis. Porém, primeiramente, falaremos de quem escreve.

3. FERNÃO LOPES E A ESCRITA DA HISTÓRIA: Historiografia, projeto dinástico, produção e singularidade

Como já observado anteriormente, a escrita da história ganhou forte impulso no final da Idade Média quando o poder real passou a ser seu principal patrocinador. No caso dos “ajuntadores de histórias” (FRANÇA, 2006, p. 13) – como os cronistas se apresentavam – a escrita tornou-se uma preciosa arma de defesa ou de ataque. A necessidade de escrita sobre os reis portugueses, e por consequência, de Portugal, deflagrou a intenção de propagação dos grandes feitos dos reis e da nobre origem do povo português, este sendo declarado como escolhido por Deus. Antes de tudo, buscava-se a legitimação; colocar no papel os feitos dignos

de memória e lembrança.

Logo, os cronistas que escreveram majoritariamente eram homens vinculados aos saberes. Para os medievos a atribuição de um autor era indispensável e indicadora de verdade (FOUCAULT, 2014, p. 26) “*O autor é o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência*” (FOUCAULT, 2014, p. 25). Fernão Lopes é um homem de origem humilde e que adquiriu conhecimentos frequentando pelo menos alguma escola conventual, Estudo Geral ou a escola catedral de Lisboa (MONTEIRO, 1988, p.74). Não há registros de que tenha levado a cabo os seus estudos e que por isso, frequentado a universidade. No que diz respeito à sua vida pessoal, sabe-se que se uniu em matrimônio com uma mulher de família de mesteirais, Mor Lourenço, e que teve um filho de nome Martinho, físico real na função do infante D. Fernando, ambos mortos durante cativo no Marrocos. Foi também escrivão da puridade²⁹ do infante D. Fernando (filho de D. João I) e recebeu “carta de nobreza” em 1434, pois a partir deste momento passa a intitular-se de “vassalo de el-rei” (SARAIVA, 1998, p. 167).

A data de nascimento de Fernão Lopes é desconhecida. Sabe-se que provavelmente teria nascido no momento em que o movimento de 1383-1385 tomou a cena em Portugal. Sua trajetória passou a ser marcada em 1418 quando foi nomeado por D. Duarte - na época infante, mas já responsável por questões de conselho, justiça e fazenda - “guarda das escrituras” do Tombo³⁰, substituindo Gonçalo Gonçalves. Foi secretário do rei D. João I desde 1418 até a morte do monarca. Era basicamente um funcionário régio, mas, é provável que por assumir cargo tão alto, antes já desempenhasse funções nas secretarias régias como escrivão de livros e por isso teria conseguido a proteção de altas figuras da Casa Real (MONTEIRO, 1988, p.72). Por fim, Lopes foi afastado de seu cargo em 1451 e substituído por Gomes Eanes de Zurara. Morreu por volta de 1460 com aproximadamente 80 anos de idade.

Gomes Eanes Zurara escreveu em 1453 a *Crônica da Tomada de Ceuta*. O sucessor de Lopes, tanto no cargo de cronista régio quanto no de guarda-mor da Torre do Tombo, viveu entre 1420 e 1474 e era também cavaleiro de rei. Sua escrita fundava-se principalmente na

²⁹ Cargo de início criador para facilitar os despachos régios nas questões mais íntimas. Posteriormente se ocupará também dos assuntos de Estado. (FRANÇA, 2006, p. 28). Segundo apontam as pesquisas em crônicas régias, o escrivão da puridade gozava da intimidade dos monarcas. (FRANÇA, 2006, p. 40)

³⁰ Uma carta régia de 19 de março 1434, durante reinado de D. Duarte (1433-1438), deflagra a tarefa do cronista de escrever as crônicas dos antigos reis de Portugal e dos feitos de D. João I. Lopes assim receberia por seu trabalho uma tença anual de 14.000 réis. Porém, parece claro afirmar que o seu trabalho é anterior a tal datação, já que a *Crônica de 1419* que conta a história dos setes primeiros reis portugueses e cuja autoria é atribuída a tal cronista real, já estava escrita no ano de 1434.

intenção de dar a expansão portuguesa para o norte da África a caracterização de conquistas e lutas feitas por grandes cavaleiros. Logo, focou sua narrativa no elogio das figuras reais, principalmente nos feitos dos príncipes (COSER, 2007, p. 14-16). É reveladora de seu tempo e da construção de uma justificativa da invasão do continente africano. Um tempo social e representador da classe ao qual o discurso pertence.

Segundo teóricos e literatos, Fernão Lopes escreveu diversas crônicas régias a pedido dos monarcas de Avis. Além da obra com a qual aqui trabalharemos é autor da *Crônica de 1419* (que conta a história dos sete primeiros reis portugueses), *Crônica do Rei D. Pedro* e *Crônica do Rei D. Fernando*. A crônica que é dedicada a nova dinastia apresenta um elogio à figura do monarca D. João e daqueles que o seguiam por terem chegado ao poder por meio de uma situação de vacância de trono. D. João I era irmão bastardo de D. Fernando e assumiu o trono após os embates de sucessão entre Portugal e Castela. Sua carência de sangue e o fato de ter sido eleito em cortes por meio do uso de força bélica criou um clima desfavorável para o novo rei e para camada de nobres recentes que ao lado dele estava. Precisavam deixar na história uma memória e propagar ideias que demonstrassem seus grandes feitos e escondessem conflitos de interesse. Logo, o discurso legitimador se dá a partir dos segmentos sociais ao qual ele pertence e sobre os quais fala.

A *Crônica de D. João I* está dividida em duas partes. A primeira narra os acontecimentos que se deram logo após a morte de D. Fernando até o momento em D. João torna-se rei nas cortes de Coimbra. No volume seguinte, tem-se os últimos enfrentamentos entre as forças portuguesas de D. João para com D. Juan e os castelhanos, além retomada de espaços e vilas que haviam tomado voz pelo reino vizinho. Por consequência, existem variações historiográficas do uso da obra escrita por Fernão Lopes. Cada época viu na crônica a oportunidade de ressaltar discursos e indivíduos diferentes. No período do Estado Novo português se teve especial interesse em destacar a figura do comandante militar de D. João I, Nuno Álvares Pereira. Ademais, é da cena de tal novo regime político que crescem as produções que passam a julgar o primeiro monarca da Dinastia de Avis a partir de suas ações e pelos acontecimentos (COELHO, 2008, p. 13-15). O que nos deixa clara a percepção que tais pesquisas possuem a influência da interpretação lopesiana, já que os demais escritos contemporâneos à época em que o cronista teria usado para construir sua versão estão em sua maioria perdidos (SARAIVA, 1998, p. 178). Foi o cronista quem deu ao movimento de 1383-1385 o clima de cataclismo social.

António José Saraiva, ao escrever sobre o cronista Fernão Lopes, afirma que “*mais do que um simples cronista (ou compilador de memórias), Fernão Lopes é já um historiador no sentido moderno da palavra*” (SARAIVA, 1965, p. 27). Teria se diferenciado de outros cronistas pelo objetivo de olhar o todo, seja indivíduos históricos em suas personalidades ou grupos sociais antagônicos. A escrita de Fernão Lopes, “*em sua visão de conjunto que alcançou é muito mais verdadeira e completa do que a de quaisquer outros cronistas medievais, subordinados a uma estreita visão dos factos, de acordo com os interesses dos pequenos grupos palacianos de que dependiam*” (SARAIVA, 1965, p. 28).

Para Massaud Moisés, o início do humanismo em Portugal dá-se com Fernão Lopes. Assim, “*a atividade historiográfica evolui do frio e árido rol de nomes até à narração e interpretação dos fatos. Todavia, somente com Fernão Lopes ela adquire superior relevância, graça ao sentido duplo com que é praticada: o literário e o histórico propriamente dito*” (MOISÉS, 1968, p. 37). Para o estudioso em literatura portuguesa, no humanista encarado cronista, o entendimento da história é regiocêntrico, “*gira em torno de reis, a cuja ação se deveriam os fundamentais acontecimentos históricos; e é política: num caso e noutra, Fernão Lopes enquadra-se nitidamente nas estruturas culturais da Idade Média*” (MOISÉS, 1968, p. 38).

Na medievalidade, a crônica e a palavra escrita eram realidades incontestes. Luiz Costa Lima, na obra *Sociedade e Discurso ficcional*, afirma que para as mulheres e homens que compunham a temporalidade em questão “*não há qualquer marca distintiva entre história e ficção. Desde que não se oponham às verdades religiosas, ambas são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras*” (LIMA, 1986, p. 23). Para o literato, o cronista Fernão Lopes seria a chegada de uma divisão entre história e ficção. Lopes construiu a visão de si mesmo como um historiador por ser, assim como o próprio afirma, o portador da verdade, por ter confrontado a pluralidade de testemunhos escritos e orais e por ter colocado em causa o que outros escreveram anteriormente (LIMA, 1986, p. 24-25).

Luiz Costa Lima continua sua análise mostrando que uma “*crônica deixa de se escrever por si própria e passa a depender da interpretação de quem a assina. O cronista deixara de ser um coletor, para tornar-se um intérprete. A palavra escrita deixara de ser confiável pelo fato material de escrita*” (LIMA, 1986, p. 22). É na narrativa que se encadeiam as lembranças e se elege uma memória. Porém, entre o falado e o escrito existem diferenças e se sobressaem as vontades e compreensão de quem escreve (RICOEUR, 2007, p. 176). Assim, Fernão Lopes inicia a escrita da *Crônica de D. João I* falando como os homens, ao recontarem as histórias de

sua terra, conformam o seu entendimento de uma forma que nunca narram da maneira que realmente deveriam.

Porém, ao falar de si próprio e de seu intento aponta:

nos certamente levamdou outro modo posta adeparte toda afeição, que por aazo das ditas rrazões aver podíamos, nosso desejo foi em esta **obra escrever verdade, sem outra mestura, leixamdo nos boôs aquecimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao poboo**, quaaes quer comtrairas cousas, da guisa que aveherõ [...] Se outros per ventuira em esta crônica buscam fremosura e novidade de palavras, e nom a çertidom das estórias, desprazer lhe há de nosso rrazoado, muito ligeiro a ele douvir, e nom sem gram trabalho a nos de hordenar [...] **Amtepomos a simprez verdade, que a afremonsemtada falsidade** (CDJ, I, Prologo, p.2-3).

Logo, quando Lopes coloca-se como o único que escreveu sobre tais acontecimentos com intenção de verdade, o mesmo deixa para uma historiografia – que passa a constituir após sua escrita - a noção de que seu trabalho é o mais maturado. O trabalho de historiador é o daquele que procura por variadas fontes, que as compara e faz análises críticas. O cronista português coloca-se em uma posição de primazia quando exemplifica outras práticas - citando a “afeição mundana” que faz com o que os homens não contem propriamente feitos e eventos dos lugares de onde provinham:

esta mundanal afeição fez a alguũs historiadores, que os feitos de Castella, como os de Portugall escpreverom, posto que homeẽs de boa autoridade fossem, desviar da derecha estrada, e correr per semideiros escusos por as minguas das terras de que eram, em certos passos claramente nom serem vistas (CDJ, I, Prologo, p. 2).

Assim, o discurso lopesiano obteve notoriedade porque o mesmo declarou-se como um autor neutro na função de inquerir sobre o passado (LIMA, 1986, p. 25). Posteriormente, após o episódio da batalha de Aljubarrota, Lopes apresenta-se como o possuidor das verdades e coloca-se numa posição de distância entre os que escrevem e objetivam embelezar as histórias: *per que diremos guolpes nẽ fforças nẽ outras rezoeẽs compostas por louvor dalguũs, nẽ aformosẽtar estória que os sesudos não haõ de crer, de guisa que destorias verdadeiras façamos fabulas patronnhosas?* (CDJ, II, cap. XLI, p. 106). Percebe-se a tentativa de mostrar que as suas versões eram as mais verdadeiras. Não devemos perder de vista que o cronista viveu durante um intenso período de crise e atividade política em que nenhum dos grupos que lutavam pelo poder – a Dinastia de Avis e os intentos de Castela – possuíam autoridade incontestável.

Devemos notar que as crônicas de Fernão Lopes emergem da necessidade de construir-se uma memória, porém selecionada. A escrita da história a partir do olhar lopesiano deu lugar a um discurso. Um discurso de rei, que fala da inauguração de um novo tempo com a chegada da casa de Avis, que engendrou uma preocupação em cuidar de uma nova forma de escrever e entender a história. Essa mesma história possui percepções de temporalidades como ferramenta base para o discurso e instrumento que dá lugar a uma noção de identidade portuguesa na forma de membros pertencentes de reino e súditos de um rei eleito. Essa situação é fortemente defendida por Fernão Lopes ao longo da *Crônica de D. João I*, encomendada pelo monarca D. Duarte em 1434.

Segundo Michel Zink, filólogo francês sobre Idade Média, a literatura narrativa é inteiramente projetada para o passado (ZINK, 2002, p. 85). Por uma noção de história já perceptível à época aqui tratada, a ambição da escrita e da cópia de diversos livros antigos é de conservar a memória e os conhecimentos sobre esse passado. Preservar para que os homens do devir conhecessem a história dos grandes feitos de seus antepassados. E para que assim, pudessem se legitimar em vida (ZINK, 2002, p. 46). Escrever em prosa sobre uma corte e seu monarca era prestar-se à expressão das mais altas verdades. Pois para os medievos, a prosa é um discurso em linha reta, demonstrava a expressão mais fiel do pensamento (SEVILHA apud ZINK, 2002, p. 91). Assim, no tópico seguinte apresentaremos como essa concepção de verdade do cronista Fernão Lopes foi reveladora da percepção do tempo e das diversas temporalidades presentes na Idade Média.

O tempo, um atributo essencialmente humano, funciona em Fernão Lopes como um marco dentro do texto que o permite ordenar a crônica com suas histórias, indo do presente para o passado e recuando quando a sua opinião e oralidade tomavam conta da escrita, aspecto este que em breve analisaremos. A afeição mundana, a qual Fernão Lopes diz esquivar-se, é justamente a presença da dimensão espacial no imaginário dos medievos em suas coletividades. Um autor, sob certas narrativas, pode deixar que suas paixões e opiniões passem para suas respectivas obras, modificando a autonomia dos discursos. Dito isto, o cronista concentrou os seus esforços em passar um tempo histórico em que os eventos são apresentados de forma ordenada e sucessiva. Por consequência, acabou expressando um tempo político onde as facetas da vida social integraram-se na narrativa (ARAÚJO; GIANEZ, 2006, p. 6).

Kathryn Woodward postula que a “*representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior*” (WOODWARD, 2014, p. 8-9). A identidade aflora a partir da linguagem e dos símbolos que a representam, por meio da descoberta do passado.

Com Fernão Lopes, o tempo é um símbolo que o ajuda a compreender as passagens do passado para o presente na espera do futuro. Um símbolo que representa a identidade do que é ser português naquele momento, historicamente específico e não unificado. A utilização desse tempo é psicológica. Logo, uma espécie de psicologia do tempo encontra-se presente a partir da escrita do cronista e da forma que constrói sua narrativa histórica. É a percepção de tempo do cronista que estão presentes nas páginas da *Crônica de D. João I* através do manejo e da manipulação das temporalidades.

Assim, explorando os eventos portugueses da virada do século XIV ao XV, a *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes é a principal fonte em que podem ser encontradas informações sobre o que aconteceu no movimento de 1383-1385. Tal situação deu a possibilidade para que fosse tomada como verídica. As obras de Fernão Lopes foram ainda valorizadas porque denotam um momento de importância para a história de Portugal, justamente anterior à expansão marítima. A figura de D. João é elevada e um discurso legitimador é construído justamente para confirmar Portugal como um país pioneiro nos momentos de ampliação e tomada de novos territórios.

Com efeito, a narração cronológica é levada a cabo por Fernão Lopes com bastante dedicação. É importante ter em mente, porém, que com a ascensão da nova Dinastia, o cronista recebe título de nobreza e passa a ser encarado como vassalo do rei. Logo, “*não é em nome dos vilãos que ele deixa a sua acção registrada nas crônicas, mas em nome da adesão e fidelidade à causa de um senhor que é também seu*” (BEIRANTE, 1984, p.98). No início do prólogo, Lopes deixa claro porque e para quem está a escrever a crônica:

Rei da boa memoria dom Joham³¹, cujo rregimento e rreinado se segue, ouve com ho nobre e poderoso Rei dom Joham de Castella, poemdo parte de seus boôs feitos fora de louvor que mereçiam, e emademdo em alguũs outros, da guisa que nom acoeteçerom, atevemdosse e pubricar esto, em vida de taaes que lhe forom companheiros, bem sabedores de todo o comtrairo. **Nos certamente levamdo outro modo, posta adeparte toda afeiçom, que por aazo das ditas rrazoões aver podiamos, nosso desejo foi em esta obra escprever verdade, sem outra mestura, leixamdo nos boôs aqueeçimentos todo fimgido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaaes quer comtrairas cousas, da guisa que aveherõ** (CDJ, I, Prólogo, p.2).

³¹ Tal epíteto deve-se principalmente ao fato de que o Mestre de Avis, chefe dos movimentos de 1383 e 1385 e rei eleito, mantém-se fiel aos homens que o colocaram no trono (COELHO, 1965, p.127). Durante os cinquenta anos do reinado de D. João I (1385-1433) reuniram-se vinte e sete vezes as Cortes do reino, de dois em dois anos em média. Isso são mais vezes que em todos os reinados dos séculos XIV e XV (COELHO, 1965, p.146).

Na intenção de escrever “*a simprez verdade, que a afremosemtada falsidade*”, Fernão Lopes apresentou-se como o único que narrou os acontecimentos de forma verídica. Das fontes utilizadas pelo cronista, somente uma chegou até os tempos atuais e foi analisada pelos pesquisadores, a *Crónica do Condestabre*. Esta narra os acontecimentos e a vida a partir do ponto de vista do principal comandante militar de D. João I, Nuno Álvares Pereira, e foi escrita por Pero Lopez Ayala. Lopes utilizou também fontes diplomáticas e arquivísticas (cartas, diplomas, tratados, capítulos de cortes, testamentos, bulas e entre outros) que tinha acesso como guarda-mor do Tombo. Ademais, há indícios de uma outra crônica latina escrita por Dr. Christoforus que conta a história do reinado de D. João I e um livro de guerras escrito pelo grande fidalgo Martim Afonso de Melo, ambos hoje perdidos.

Em contrapartida, Fernão Lopes demonstra sua própria leitura dos acontecimentos; a narração é tendenciosa. Em relação à história, é claro perceber que todas as imagens construídas sobre D. João I possuem a marca e a influência dos escritos de Fernão Lopes. O cronista fortaleceu a imagem do monarca, em seu retrato físico e moral, a partir do discurso régio e legitimador. As demais documentações são escassas e a narrativa lopesiana nos trouxe passo a passo o desenrolar dos acontecimentos entre 1383 e 1385. Deve-se ter em conta, porém, que Lopes esconde conflitos de interesse, razões e pouco menciona a origem bastarda do monarca. Ler e aprofundar-se nas obras do cronista é compreender Lisboa e sua arraia-miúda, cidadãos, mercadores, os homens de poder, nobreza guerreira e sobre o corpo de leigos que fizeram de D. João rei.

Diante de tais aspectos, a pesquisa de historiadores que se lançam à tentativa de analisar obras da literatura medieval não deve possuir a ingenuidade de encarar este tipo de documento da maneira discursiva que o conhecemos hoje em dia. Apesar de implicar a escrita, as obras da Idade Média, até meados do século XIV, só existem plenamente apoiadas pela voz, no caso da trova pelo canto e por fim, pelo ato de recitar e ler em voz alta (ZINK, 2002, p. 80). A voz, por meio do timbre, na entonação e nas devidas pausas era um componente da literatura como um meio de entretenimento das pessoas, seja nas cortes ou espaços de segmentos menos privilegiados. Segundo Michel Zink, os escritos da Idade Média possuíam uma literatura narrativa voltada para o passado dos grandes feitos de reis e cavaleiros, nos romances de cavalaria e nas crônicas. Desta forma, a prosa passou a servir para a escrita da história (ZINK, 2002, p. 90).

Quem se aprofunda no traço oral dos textos na Idade Média é Paul Zumthor, medievalista suíço, que em sua obra *A letra e a voz* (1993) valoriza a importância da presença vocal na

literatura, tal como um instrumento constituidor de toda a obra (ZUMTHOR, 1993, p.10). De acordo com seus estudos, não há dúvidas que existe um claro traço de oralidade nas obras medievais, de maneira que “*entre os séculos VI e XVI, prevaleceu uma situação de oralidade mista ou segunda conforme as épocas, as regiões, as classes sociais, quando não os indivíduos*” (ZUMTHOR, 1993, p.19). Tal carga oral mista, apresenta-se quando a influência do escrito permanece externa ou parcial. Em relação a voz, a mesma se recompunha através da escrita e apresentava os valores de uso do imaginário.

A vocalidade representa, em Zumthor, a historicidade de seu uso, portadora de linguagem e sonoridade. Pela oralidade, os homens e mulheres catalisavam laços e identidades sociais. De forma que a escrita precisa da oralidade, é a partir da mesma que colocamos no papel a grafia das palavras a partir do som. Porém, a escrita tem sua história, textualidade, mentalidade e construção de imaginária, tendo em vista que uma camada majoritária da sociedade não possuía acesso. Escrever era uma habilidade elitista, técnica e que influenciou de maneira indireta o seu público. Em Fernão Lopes, na *Crônica de D. João I*, o traço da oralidade vem através dos momentos em que o cronista retoma informações que já havia mencionado anteriormente, fato que demonstra que a sua obra foi feita para ser lida no meio de um número considerável de pessoas. Seguem os exemplos.

O primeiro traço da oralidade na crônica vem do episódio da narração da morte do Conde Andeiro: “*Nom parece cousa indigna, se alguũ que ler ou ouvir esta estória fezer pergunta, pois que tanto avia que era fama, e largamente pobricada, amtre a Rainha e o Comde Joham Fernamdez, se tinha elRei dello alguã sospeita?*” (CDJ, I, cap. III, p. 7). Percebe-se a consciência que Fernão Lopes possuía acerca de sua época, seu texto e o intuito. Demonstra um cronista muito atento à coesão do discurso e com a necessidade de manter os ouvintes entretidos. Existe um jogo no texto que além do objetivo de manter a atenção, possuía uma face moral em que Fernão Lopes convocava os que liam ou ouviam para refletir. Assim como no exemplo a seguir em que o cronista fala dos provimentos dos conflitos com o reino de Castela:

Vos todos ouviis e nenhuu nom pregumta depois que NunAllvarez passou a Allemtejo, e sse estas cousas fezerom que teemos comtadas, que fazia emtanto o Meestre em Lixboa, ou em que gastava seu tempo por deffessom do rregno e da çidade. **E pois que o nemguem nom pregumta, queremos que saibaaes**, que depois que o Meestre se espedio em Couna de Nuno Allvarez, como teendes ouvido, e se tornou a Lixboa, que tres galles suas e tres barchas nom longe do porto da dita çidade, forom tomar duas naaos carregadas de panos e prata, e doutras muitas cousas que em ellas viinham; e mais huua barcha de Galliza carregada de madeira (CDJ, I, cap. CIX, p. 209-210).

Na *Crônica de D. João I*, existem “índices de oralidade” que deflagram, como analisou Zumthor, a presença da voz humana em um texto escrito e publicado. Para o medievalista existe “*um rumor, vibrante ou confuso, de um discurso que fala da própria voz que o carrega*” (ZUMTHOR, 1993, p. 35). E tal atributo torna-se algo perceptível quando existe o emprego do verbo ao texto (“ouvir” e “escutar”), dando uma característica oral e falante ao discurso escrito (ZUMTHOR, 1993, p.39). Fernão Lopes interage com o leitor/ouvinte e constrói, segundo João Monteiro, uma “estratégia filmica” com uma linguagem que tem o objetivo de ser alegre ao mudar a sucessão dos espaços e composição das histórias (MONTEIRO, 1988, p. 111). Existe logicidade e intensão discursiva em sua escrita, percebe-se um planejamento para que fossem lidas e, por consequência, ouvidas, como no o exemplo a seguir:

Postas as batalhas como ouvis e vedes pimtadas, e nomeados alguus senhores que da parte del Rey de Castela estavaõ, cumpre rezoar e dizer neste passo quoaes eraõ os que el Rey de Portugal tinha comsyguo, que he aguisado de se aqui pore, **posto que em outros logares sejam escritos; e certamente heraõ mui poucos caa pela maior parte quuoantos no Reinno avia todos se lamçaraõ cõ seu aversairo, como temdes ouvido no começo destes feitos** (CDJ, II, cap. XXVIII, p. 95).

E para mencionar as conversas em conselho feitas pelo rei D. Juan de Castela sobre adentrar o reino de Portugal:

E acordou de enviar pollo Infante dom Johaõ **que tinha preso segumdo ouvistas**, pera emtrar cõ ele em Portugal e poer desvairo nas gemtes do Reino e se virem algûs pera ele; e posto que por ele enviase naõ o quis estomçe esperar e sem ele emtrou desta vez (CDJ, II, cap. XXVI, p. 65).

As histórias referenciam-se e a intenção de Fernão Lopes se faz presente ao longo da narrativa. Colocar-se a escrever era um exercício de sabedoria e somente reservado a alguns. A escolha do guarda-mor da Torre do Tombo para a escrita da história do reino de Portugal é o reconhecimento de seu saber de privilégios e excelência. Assim, é possível encontrar em Lopes características que o diferenciam de outros cronistas portugueses de sua época. Primeiramente, o seu forte traço político e de intencionalidade. O cronista coloca para a memória uma história recortada e selecionada sobre o início de uma dinastia fundada em motivos que a deslegitimavam. Em segundo lugar, as fontes de Fernão Lopes, por seu posto, vão dos mais variados documentos de arquivos e tabelionato a registros orais e crônicas estrangeiras (VIEIRA, 2011, p. 124)

Logo, ao embasar seus escritos em outras fontes e o respectivo aparente cuidado deu ao seu trabalho um estatuto de verdade. A escrita tem a função de garantir a transmissão de um texto e leva a um futuro de conservação, arquivo e construção de memória (ZUMTHOR, 1993, p. 109). Lopes induziu, imensamente apoiado pela historiografia, a memória de todo um reino. Deu luz a acontecimentos e a personagens – que se não fosse a sua detalhada descrição – não teria entrado para a análise do movimento de 1383-1385. Ao trabalhar de maneira sincrônica e linear aos fatos históricos, deu visibilidade a ações, agentes e eventos. E por fim, fica clara a sua função de instrução moral e pedagógica quando emite juízos de valor, opinião, versões únicas e exemplos de comportamento de acordo com a moral.

No segundo plano da história contada por Fernão Lopes percebemos a inquietação das massas. O povo é ativo em diversos eventos ao longo da obra aqui analisada, porém o alvo do seu discurso não é dar as populações urbanas um papel de privilégio, não foi para esse intuito que o cronista teve seu trabalho encomendado. Existe, entretanto, uma discursividade com a voz e com o relato engendrado pelo cronista que dá uma personalidade coletiva ao povo, grupo este que estava voltado para o apoio a causa joanina. O discurso é produzido pela voz, os textos possuem o traço da oralidade e já no final da Idade Média, quando a escolástica teoriza sobre a arte da memória, a mesma torna-se uma finalidade discursiva que se utiliza da palavra e dos escritos (ZUMTHOR, 1993, p. 141).

A *Crônica de D. João I*, ao ser lida para um grupo de pessoas, gerava uma consciência e interpretação comuns, o que induzia a um efeito mais forte. É uma obra que existe num tempo, em um determinado contexto e conjuntura, já anteriormente por nós explanados, e que se integrou em uma formação social, na historicidade do lugar e da época. Dessa forma, Paul Zumthor não se equivoca quando afirma que “*o texto transmitido oralmente possui uma evidência, uma identidade na presença, que exclui, de imediato, a impressão de alteridade: ele se dá, por isso mesmo, como verídico e só pode ser recebido como tal*” (ZUMTHOR, 1993, p. 254). Deste modo, a oralidade em Fernão Lopes era evidentemente um traço da época, já que não existia uma massificação de uma cultura do ato de ler e escrever. A via oral era uma maneira de comunicação muito mais prática e realista para além dos ambientes cortesãos, levando em consideração que o livro impresso não poderia ser considerado uma ferramenta de apoio (ZUMTHOR, 1993, p. 111).

Porém, a oralidade presente na *Crônica de D. João I* não significa que esta era de frequente e massiva leitura conjunta entre os mais diversos membros e segmentos sociais da

sociedade portuguesa. Inclusive, os originais da obra a qual tratamos ficaram por alguns anos perdidos durante o século XV. Reapareceram somente na segunda metade do século XVI, quando os eruditos passaram a copiá-la em manuscritos, aos quais alguns permaneceram na Torre do Tombo até os dias atuais (MONTEIRO, 1988, p. 84). Logo, é claro o papel que as obras de Lopes tiveram numa construção de memória e desenvolvimento da historiografia, porém o principal e mais reconhecível leitor da obra é o próprio cronista. Ele escreve e precisa retomar suas obras a todo momento no objetivo de compilar as histórias e crônicas passadas e edificá-las em uma nova maneira de escrita. Um cronista compila as histórias, as lê e embasa-se em documentos e textos de outros escritores. É categoricamente um autor, antes todavia, é também leitor (MICHELAN, 2009, p. 278).

Certamente, é por conta dos motivos elencados que os historiadores ao trabalharem com obras da alçada literária devem questionar os projetos e intentos de quem escreve. Uma narrativa possui o objetivo de dar significado ao mundo que se está inserido através de uma temporalidade e espaço próprios. Ela concede historicidade a um contexto e traz uma característica preponderante dos processos do imaginário por que é uma criação eminentemente humana. Entretanto, a Teoria da História preconizou que a fonte literária, tipo específico que utilizamos neste trabalho, até pouco tempo, não era considerada como fidedigna para os historiadores do século XIX. O uso de textos literários era uma ameaça as bases da conquista de uma verdade em História. A mudança desse tipo de concepção veio com a *Escola dos Annales*, que a partir do século XX, passou a intercalar o uso desse tipo de documento com outros. Os franceses passaram a colocar em pauta a História-problema, que tentava apreender a complexidade das experiências dos homens no tempo (FERREIRA, 2010, p. 63).

No caso específico que tratamos aqui, durante o século XIX e XX, historiadores levaram as crônicas históricas como documentos fidedignos dos acontecimentos vividos e retratados pelos cronistas portugueses; e entre eles não só Fernão Lopes. Historiadores como Marcelo Caetano, Francisco Benevides, Alexandre Herculano, António Sérgio e entre outros dedicaram mais ao tempo do que aos indivíduos que o atravessaram e concentraram-se em encontrar algo de revolucionário nos anos de 1383-1385 (COELHO, 2008, p. 14). O descuido da historiografia produzida até então foi confiar-se na tradição e utilizar a escrita de Fernão Lopes na intenção de fortalecer autenticidades de poder em Portugal. Foi interpretar o cronista como o autor da irrupção de um acontecimento verdadeiro, o que não é aceitável. Foi deixar de ver em sua escrita a construção da imagem de rei, de cavaleiro, de mulher, de bom-cristão, de português. Foi deixar de ver a sua intencionalidade e contexto produtor.

Ao tratar de pesquisar a partir das fontes literárias, coloca-se em prática um tempo, primeiramente, histórico e que dá profundidade à narrativa. Histórias essas que se passaram em momento e local específicos; e o autor Fernão Lopes juntamente com o seu nome, exercem um discurso que coloca em pauta uma nova maneira. Dessa forma, Paul Ricoeur possui um ponto de vista muito claro ao afirmar que é “*a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano através da narrativa*” (RICOEUR, 2010, p. XI). As narrativas e as histórias respectivamente contidas produzem um conhecimento de mundo encaixado em espaço dado. Por tal motivo, ambas as categorias – tempo e espaço - tornam-se eminentemente humanas ao serem inseridas em estruturas narrativas. Assim, a crônica escrita por Fernão Lopes, que possuía o objetivo de ser uma história com ares de verdade, estabeleceu laços com a historicidade e tornou-se parte do conhecimento, memória e construção da monarquia portuguesa.

Nos capítulos que se seguem, analisarei mais de perto as diversas temporalidades e a organização do espaço na *Crônica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes. Ambas as categorias são investigadas na intenção de perceber que se tratam de elementos essenciais à pesquisa e ao manejo dos historiadores, mas que acabam fugindo do primeiro plano de análise. É importante notar que as narrativas baseadas na literatura constituem um exercício historiográfico em que se constroem “tramas e enredos” a partir de eventos, fatos selecionados e testemunhos que se apresentam como um depoimento do passado (FERREIRA, 2000, p. 137). Por fim, tempo e espaço são ferramentas humanas quando estão articulados dentro de uma narrativa histórica. A memória, o discurso, a consolidação de um projeto monárquico são os principais dividendos da crônica por nós analisada. Logo, tempo e espaço estão contidos por que são razão da compreensão da identidade de uma época e de um lugar. Estamos falando do reino de Portugal nos séculos XIV e XV.

CAPÍTULO 2

TEMPO E TRANSTEMPORALIDADES NA *CRÔNICA DO REI DE D. JOÃO I DE FERNÃO LOPES*

O tempo é a matéria essencial dos historiadores e das pesquisas históricas. Embora, por diversas vezes os pesquisadores passem despercebidos pelo estudo das eras e da linearidade, a temática temporal sempre foi o plano de fundo de nossas concepções. Norbert Elias, em seu livro *Sobre o Tempo* (ELIAS, 1998), afirma que ultimamente a nossa ideia de tempo está tão arraigada à uma noção do mesmo na forma de cronologia, como uma estrutura que constantemente escapa e perseguimos, que é difícil imaginar como a vida humana nem sempre se apresentou desta maneira e que as consciências pessoais de tempo se alteraram no decorrer do devir histórico. A Idade Média, período privilegiado aqui, é por excelência possuidora de diversas temporalidades, refletidas em suas práticas sociais (GOUREVITCH, 1975, 263).

O tempo na Idade Média é percebido como experiência pessoal. As ações diárias dos homens e mulheres que compõe a sociedade medieval possuem a intenção de alcançar a eternidade. Nesta vida eterna existe uma dilatação do tempo ao infinito (LE GOFF, 2013b, p.62). Pertence a Deus, é linear e conduz o cristão à experiência com o sagrado, tende seu sentido para o Criador. Estava voltado para o passado no sentido de que as experiências dos livros sagrados deveriam ser revividas na forma modelo a ser seguido. O futuro se insere na perspectiva de que o tempo é messiânico e existe uma espera pelo retorno de Jesus Cristo antes do Juízo Final (GOUREVITCH, 1975). É histórico na medida em que determina um acontecimento fundador, o nascimento de Cristo e o momento posterior a ele.

Santo Agostino, grande teólogo da eminência da Idade Média, em seu livro *Confissões*, discorda da proposição dos antigos que afirmavam o tempo como o movimento dos astros e dos corpos celestes. O teólogo encontra as respostas para as suas perguntas – *Que é, pois, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se quiser explica-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei* (SANTO AGOSTINHO, 2015, p. 296) – a partir do pensamento da temporalidade como alçada da criação divina e pertencente a alma. Com efeito, passado e futuro somente existem, segundo a concepção do bispo de Hipona, por conta do presente e da memória ou prognóstico dos fatos do pretérito e do porvir. Logo, existiriam três tempos: o presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, presente das coisas futuras. Lembrança, visão e esperança respectivamente

(SANTO AGOSTINHO, 2015, p. 301-302). Para Agostinho mesmo que sol, lua e estrelas sejam percebidos todos os dias, não existiria tempo fora da aura da criação de Deus.

No caso aqui analisado, a *Crônica de D. João I* escrita pelo guarda-mor da Torre do Tombo Fernão Lopes, temos uma crise social criadora de uma imagem de um chefe carismático, o espaço português percebido como um campo de batalha, onde entram em conflito forças do bem e do mal, um povo escolhido e a chegada a um momento de experiências em um paraíso terrestre (LE GOFF, 2013a, p. 326). Percebe-se como o cronista manipula o tempo e como as suas concepções sobre linearidade, simultaneidade, continuidade e as várias tipologias temporais, que são advindas da Idade Média, estão presentes em sua escrita.

Em Portugal, a chegada do primeiro relógio/sino se deu em 1377 pelo rei D. Fernando em ação conjunta com a câmara da cidade de Lisboa e posteriormente, em outras cidades e vilas como Viseu, Coimbra, Guimarães, Évora, Santarém e Braga. O sino/relógio passou a regular ao bater de hora em hora e as atividades dos moradores da cidade. Inseriu uma percepção de um tempo que pode ser contado e que acelerou a vida cotidiana. Já a mudança da era, de César para Cristo, deu-se em 1422, já no reinado do rei D. João I, e conotou o tempo como calendário cristão, o transformou em social. No restante da Europa, a utilização da contagem dos anos inserida na Era de Cristo dava-se já desde os meados do século VII. Ao aderir, Portugal inseriu-se numa forma cristã de cronologização (OLIVEIRA MARQUES, 1986, p. 66-68). Passou a fazer parte de uma representação da cristandade sobre o tempo social, que respeitava a história do velho continente (LE GOFF, 2013a, p. 482).

Nessa cristandade existia a percepção da cronologia a partir da utilização das horas canônicas. Os mosteiros eram o espaço em que o tempo era programado para que houvesse uma utilização voltada ao serviço de Deus e da vida espiritual. Segundo Geniève D’Haucourt, o dia dos clérigos durante da Idade Média começava a meia noite, enquanto que o dos camponeses começava nas primeiras horas da madrugada (D’HAUCOURT, 1994, p. 47). A divisão do dia era voltada para as horas de culto, ou seja, as horas canônicas que determinavam as oito missas diárias: “*o ofício divino da noite ou Vigília, o ofício das primeiras horas do dia ou Matinas, Laudes, as horas canônicas que se seguem às Matinas, Prima, a primeira das sete horas canônicas, Terça, Sexta, Nona, Vésperas e Completas, as últimas horas canônicas do ofício divino*” (LOYN, 2017, p. 85).

Observando tais circunstâncias, historiadores já se dedicaram à temática do estudo do tempo na Europa cristã. Jacques Le Goff, em tese bastante conhecida³², diferencia um tempo da Igreja e um tempo do mercador. O pesquisador francês apresenta um conflito entre as temporalidades eclesásticas e a da sociedade dos mercadores. No que diz respeito ao primeiro grupo, têm-se uma representação do tempo de uma maneira que o mesmo pertence somente a Deus. Que era pensado a partir dos textos bíblicos, da tradição e da salvação por meio das festividades religiosas que ocorriam durante o ano. As ideias de Le Goff demonstram justamente o enfrentamento dessa representação de tempo com a intensificação do comércio. “*Quando se organiza uma rede comercial, o tempo se torna objeto de medida*” (LE GOFF, 2013b, p. 69). Já o comerciante encarava o mesmo como planejamento de viagem, avaliação de lucros, duração da produção. O tempo do mercador que trazia o pensamento moderno com a chegada do relógio e contagem das horas de trabalho, colocou em causa o domínio da mediação do tempo clerical/litúrgico. Tornou-se uma necessidade para a Igreja saber adaptar-se a nova lógica de mercado e percepção social do tempo.

Em contrapartida, críticas já foram feitas ao trabalho de Le Goff³³. As representações do tempo durante a Idade Média não foram um bloco único e sistematizado, com uma bipolarização em que todas as demais percepções de temporalidade são encaixadas dentro do enfrentamento entre a Igreja e a sociedade mercadológica. As concepções de tempo apresentadas por Le Goff são genuinamente importantes, porém não podem ser encaradas como a única possibilidade de leitura de tempo durante da Idade Média. Quando se coloca em pauta as temporalidades, se fala também de tempos que não estão presentes somente em lógicas da esfera do religioso ou do mercado. Se fala, ademais, de um tempo do acontecimento, um tempo histórico, tempo da narrativa, da escrita, cronológico, cavaleiresco, noções de presente, passado, futuro e etc. São essas pluritemporalidades que se encontram, que são concomitantes em seus espaços de experiência e que pretendemos explorar a partir deste capítulo.

³² LE GOFF, Jacques. Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

³³ Ver artigo RUST, Leandro Duarte. Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média. Revista Fênix, Volume 5, Ano 5, 2008, p. 01-19.

1. AS PLURITEMPORALIDADES A PARTIR DA ESCRITA DE FERNÃO LOPES, CRONISTA REAL DA CASA DE AVIS

1.1 A consciência temporal em Fernão Lopes: *tempo vivido, tempo da narrativa e tempo social*

Os séculos XIV e XV demonstram uma relativa tendência para a laicização da cultura no Ocidente, incluindo-se o reino português. Passou-se a valorizar a importância dos letrados, inserindo-os em serviços do Estado, em áreas dos corpos consultivos, Cortes, Conselhos e até mesmo presentes nos ramos da administração judicial, fiscal, senhorial e local. Tal fato tornou-se possível a partir da institucionalização do saber escrito em Portugal, com a concessão de privilégios, mercês e isenções de impostos aos locais de produção de conhecimento e estudo. (FRANÇA, 2006, p. 16 – 20). No caso específico de Portugal, temos o cronista Fernão Lopes, também guarda-mor da Torre do Tombo e que recebe a tarefa em 1434 de colocar em crônica as histórias dos reis de Portugal e, em especial, de D. João I da Dinastia de Avis.

Ainda, a escrita passou a exercer um papel mais essencial a partir do fim da Idade Média quando os reis tornaram-se os seus maiores financiadores. Queremos demonstrar como essa escrita da história a partir do olhar lopesiano deu lugar a um discurso. Um discurso de rei, que fala da inauguração de um novo tempo com a chegada da casa de Avis e que engendrou uma preocupação em cuidar de uma nova forma de escrever e entender a história. Essa mesma história possui percepções de temporalidades como ferramenta base para o discurso, como um instrumento que dá lugar a uma noção de identidade portuguesa na forma de membros pertencentes de reino e súditos de um rei eleito. Portanto, não são as sequências de acontecimentos que mais nos interessam nessa pesquisa, e sim as representações de tempo, espaço, como estas ficaram refletidas na obra de Fernão Lopes. Desejamos analisar a concepção do tempo do cronista como parte do discurso, constituidora de uma noção de identidade portuguesa. Já que ao lidar com o tempo, o cronista resgatou e selecionou memórias.

A história escrita inicia-se imediatamente após o momento da morte de D. Fernando. Conta a morte do Conde Andeiro e a posterior fuga da rainha D. Leonor Teles para Santarém. Tal fato acarretou a afirmação de D. João como regedor do reino (1383) e posteriormente como rei (1385). A sua caminhada em direção ao trono foi alcançada por meios de conflitos bélicos os quais Portugal travava contra Castela. O primeiro destes foi a *Batalha de Atouros* (1384) seguida do *Cerco de Lisboa* (1384), em que as forças castelhanas foram derrotadas pela

primeira vez. Em um segundo momento, a vitória definitiva das forças portuguesas para com as do reino de Castela está representada na *Batalha de Aljubarrota* (1385), que parece ser a confirmação divina da aprovação de Deus as ações de D. João I, de acordo com as proposições de Fernão Lopes.

Assim, primeiramente é importante destacar que no caso analisado, existe uma pequena diferença entre o *tempo vivido* e o *tempo da narrativa*. A *Crônica de D. João I*, escrita provavelmente logo após a morte do monarca em questão, deflagra que o tempo de escrita de Fernão Lopes é posterior ao tempo vivido dos acontecimentos. O cronista escreveu sobre o rei D. João I, seu senhor e suserano, de acordo com sua própria inteligibilidade agregada de informações retiradas de diversos documentos oficiais – já que o mesmo era guarda-mor da Torre do Tombo - e relatos orais. Por possuir cargo de tabelião, sua caminhada pessoal exigia-lhe que a apresentação dos fatos estivesse livre de falsidades, expondo as várias versões que a história poderia ter. Porém, é correto afirmar que as crônicas escritas por Lopes apresentam-se como um elogio à figura monárquica e que sua própria necessidade de existência revela aquilo que pode demonstrar a necessidade do discurso, ou seja, a relativa fragilidade do período inicial da Dinastia de Avis (COELHO, 2008, p.333-334).

Tal fato fica latente logo no prólogo da *Crônica de D. João I*, quando Fernão Lopes inicia sua obra falando que quando os homens escrevem e exprimem sua afeição em relação a sua terra, sempre escrevem mais daquilo que realmente é, contam uma verdade voltada para o elogio da casa de Avis. Este sentimento Lopes nomeia de “*mundanall afeição*” que

fez a alguũs estoriadores, que os feitos de Castella, com os de Portugal escpreverom, posto que homees de boa autoridade fossem desviar da derecha estrada, e correr per semideiros escussos, por as mimguas da terras de que eram, em çertos passos claramente nom seerem vistas; e espiçiallmente no gramde desvairo, que o mui virtuoso Rei da boa memoria dom Joham, cujo rregimento e rreinado se segue, ouve com ho nobre e poderoso Rei dom Joham de Castella, poemdo parte de seus bõos feitos fora do lovor que mereçiam, e emademdo em alguũs outros, da guisa que nom acomteçerom, atrevemdosse a pubricar esto, em vida de taaes que lhe forom companheiros, bem sabedores de todo o comtrairo [...] **Nos certamente levamdo outro modo, posta adeparte toda afeição, que por aazo das ditas rrazões aver podiamos, nosso desejo foi em esta obra escprever verdade, sem outra mestura, leixamdo nos bõos aqueçimentos todo fimgido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaes quer comtrairas cousas, da guisa aveherõ** (CDJ, I, Prologo, p. 2).

No início do prólogo, Lopes deixa claro porque e para quem está a escrever a crônica. Ainda, o cronista atesta a existência de outras obras e historiadores que voltam as suas atenções

sobre o mesmo momento, porém a narrativa de Lopes – segundo os seus próprios parâmetros – seria a mais verdadeira porque realmente fez jus aos grandes feitos de D. João. Tais fontes utilizadas hoje não mais estão disponíveis, estão perdidas. Situação que talvez ateste a vontade de fazer com que somente uma fonte, uma memória fosse relegada para o porvir. Deve-se ter em vista que Fernão Lopes demonstra sua própria leitura dos acontecimentos; a narração é tendenciosa. Na vontade de ordenar essa verdade,

apegamdonos a ella firme, os claros feitos, dignos de grande rrenembrancha, do mui famoso Rei dom Joham seemdo Meestre, de que guisa matou o Comde Joham Fernandez, e como o poboo de Lixboa o tomou primeiro por seu rregedor e deffensor, e depois outros alguũs do rregno, e dhi em deamte como rregnou e em que tempo, breve e sãamente comtados, poemos em praça na seguinte hordem (CDJ, I, Prologo, p.3).

Ademais, a *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes é uma das poucas fontes narrativas e de origem portuguesa em que podem ser encontradas informações sobre o que aconteceu no movimento de 1383-1385. As demais vezes em que o cronista demonstra a existência de outras fontes e obras, não as nomeia e nem menciona o nome de seus autores. Na narração de um acontecimento em que D. João, ainda mestre da Ordem de Avis, estava sendo traído por alguns de seus vassallos que trocava carta com o rei de Castela, Lopes utiliza Christoforus como o confirmador de sua versão: “*e assy o afirma Chrisptoforus, decretorum douctor, fallamdo dos feitos do Mestre em huũ trataudo que disto compos, no capitullo Postquam autem, naquell logar omde diz: Eis propter hoc, multa bona promitentis*” (CDJ, I, cap. CLXXV, p. 375).

A vontade de recontar os fatos de maneira linear e cronológica e a noção de autoridade de quem fala são demonstradas por Fernão Lopes com bastante dedicação. Devemos ter em vista que uma mesma obra literária pode dar abertura a mais de um tipo de discurso (FOUCAULT, 2014, p. 23). De 1383 a 1385, vemos uma camada de origem secundogênita e um filho fora do casamento ascendendo aos mais altos espaços da sociedade, que se renovava em torno da nova dinastia. A chegada ao poder de um rei bastardo e a legitimação de seus herdeiros abriram por demais as oportunidades de escalada social para o grupo que o apoiou e que estava em situação de desprivilegio. A história escrita por Fernão Lopes representa a confirmação da escalada ao poder dessa nova camada, que criara novas casas senhoriais e linhagens. O discurso que legitima a casa de Avis, pertence também a esses novos senhores. Dá sentido a tal ascensão.

Este discurso, porém, é revelador do seu tempo. Segundo Aaron Gourevitch, no que diz respeito à Idade Média,

a sociedade não pode existir sem que os múltiplos ritmos sociais tenham atingido um certo grau de coordenação. Por isso se pode falar do tempo social preponderante na sociedade. É natural que num sistema social antagonista o tempo social da classe dominante seja determinante, enquanto essa classe não perdeu o controle real da vida social, que está nas mãos da classe dirigente, tem como elemento importante o tempo social (GOUREVITCH, 1975, p. 277).

Logo, não deve ser esquecido que a história de um fenômeno ou acontecimento é representativa da história das forças que se apossam do mesmo e modificam o seu significado. As ideias de Fernão Lopes irão representar o tempo social da classe para e sobre qual escreve. O alvo imediato destas obras era antes de tudo, aqueles que possuíam acesso à leitura e à escrita em tal momento. Estas deveriam ser lidas pela e para nobreza dos Quatrocentos, que não aceitava bem a noção de uma realeza de direito que possuía uma mácula de sangue. A partir dos escritos sobre os reis podia-se divulgar um conjunto normativo de costumes que deveriam ser levados como exemplos a serem seguidos. Tem que se ter em vista que as obras e suas histórias ultrapassavam o mundo da nobreza, eram lidas ao público em geral para que assim o passado e a crença no mesmo pudessem tornar-se parte da memória e das representações de tempo.

Entretanto, esse tempo não é uno, nem bipolarizado; ao longo da crônica diversas percepções de temporalidade são apresentadas. Para Krzysztof Pomian, existe um conflito entre dois tipos de temporalidade que abarcam outras em si: o tempo quantitativo e o tempo qualitativo.

O primeiro consiste essencialmente no tempo solar com sua alternância dos dias e das noites, e com o regresso das estações: o tempo solar imprime os seus ritmos ao funcionamento biológico do organismo, a ponto de se tornar para este último o seu tempo próprio. Ele é também o tempo litúrgico com a oposição entre os dias de trabalhos e os domingos que se configura na semana [...] Pelo contrário, o tempo qualitativo é claramente o tempo dos relógios, que, devido à sua uniformidade, não conhece por definição nem os dias nem as noites, nem as estações nem as festividades (POMIAN, 1993, p. 67).

Pomian esclarece ainda que este conflito existe pois o comportamento dos indivíduos produz, a partir de tais temporalidades (quantitativa e qualitativa) uma historicidade, uma arquitetura temporal (POMIAN, 1993, p. 68-69). Na aura do qualitativo estariam inclusos além do tempo do relógio, o tempo biológico e o psicológico. Para o quantitativo o tempo solar, religioso, físico. O tempo político, em contrapartida, pode ser encaixado em ambas as categorias, pois está voltado para o futuro infinito, controla as atividades dos governados

através do manejo das mentes e dos corpos. Data e sucede os acontecimentos e faz do tempo a sua ferramenta de memória. Assim, a obra de Fernão Lopes pode ser considerada como a expressão de um tempo, em sua essência, quantitativo, já que no final da Idade Média não se tem uma utilização relógio de maneira massiva.

Porém, ao mesmo tempo uma espécie de psicologia do tempo encontra-se presente a partir da escrita do cronista e da forma que constrói sua narrativa histórica. É a sua percepção e consciência de tempo que estão presentes nas páginas da *Crônica de D. João I* através do manejo e da manipulação das temporalidades. Fernão Lopes escreve sempre o texto em estruturas de verbo passado, porém insere a posteridade, anterioridade e simultaneidade em capítulos que tratam do que alguns sujeitos estavam fazendo e onde estavam durante mesmo momento. Fernão Lopes muda e apresenta constantemente os espaços. Revela seu pensamento temporal através do produto final da história que escreve, demonstrando a narração como um local de observação (LE GOFF, 2013a, p. 198).

Na manipulação da escrita dos capítulos, quando o cronista precisa contar os feitos de outra personagem, o mesmo insere sua própria personalidade e oralidade na escrita, - como se a obra tivesse sido escrita para ser lida em público – volta a construção verbal para o tempo presente e apresenta a história relativa ao passado que vai ser contada no capítulo seguinte. Neste trecho por exemplo, Lopes finaliza a narração sobre o rei de Castela em Santarém e os conselhos que toma sobre cercar Lisboa (momento anteriormente citado) e transfere a narração dos fatos para o Mestre de Avis:

omde leixemos elRei dassessego com todas suas gentes ataa que lhe venha sua frota, sem teendo por hora mais que comtar delle; e vejamos que fez em este tempo ho Meestre com os da çidade por perçebimento de sua deffemssom, avendo logar pera ello desembargadamente bem per espaço de cimquenta dias (CDJ, I, cap LXXXVI, p. 165).

Em outro momento, após o assassinato do Conde Andeiro pelo Mestre de Avis e seus seguidores e do início dos episódios em que diversas vilas começam por tomar voz pelo mesmo para ser regedor e defensor de Portugal nos conflitos que se seguiam, o cronista apresenta novamente a presença de sua oralidade para denotar a anterioridade dos eventos, recuando a história e mudando o espaço para o reino de Castela:

Mas hora comem de çessar desto, e leixarmos o Meestre em Allamquer, e a Rainha em Samtarem, e vaamos veer que fez elRei de Castella em seu rregno quando lhe chegarom novas que elRei dom Fernamdo era finado (CDJ, I, cap LI, p. 105).

Ao findar da batalha de Aljubarrota e com a fuga do rei de Castela, Fernão Lopes avança na escrita e conta sua chegada a Santarém, sua lamentação e as decisões que são tomadas após a perda, e retorna para falar do agora rei D. João I, que foi deixado no passado ainda no campo do conflito.

A esto se triguou el Rey a presa, por quomto soube que tanto que ele fora desbaratado que logo de Portugal emviaraõ cartas a el Rey de Imgraterra, especialmente ao Duque dAlecraço, que era casado com dona Constança filha que ffora del Rey dom Pedro, por cujo azo se o dito Duque chamava Rey de Castela, mas quoaes lhe fizeraõ saber como ele fora vemçido em campo, em que avia perdido as mais e melhores de suas gentes todas; e que aguora tinha tempo de cobrar aquele reino, pois quue seu imiguo estava desbaratado e mimguoado de companhas, mormente temdo Portuugual em sua ajuda cõ muitas gentes e boa vôtade, e pois por esta guisa podia çedo acabar toda sua temção que não posese em elo nenhuã tardamça. E por esta rezaõ, como dizemos, se triguou el Rey de enviar a pressa a el Rey de França e ao Amtipapa, com quem tinha recados de todo seu aquecimento, homde fique esperamdo reposta e juntamdo suas gentes ataa o cabamento deste anno. E nos tornemos a el Rey de Portugal, que leixamos pelejamdo não semdo ahimda a batalha [de todo] vencida (CDJ, II, cap XLIII, p. 112).

Tais manipulações que Fernão Lopes faz são referentes ao tempo da narrativa, de sua escrita. Ao compor a *Crônica de D. João I* ordenou o seu conhecimento sobre os fatos e deflagrou a dimensão temporal que passava pela consciência coletiva da época (RICOEUR, 2010, p.XIV). É uma narrativa histórica que se propõe a fazer um relato do real e que segundo os testemunhos que o cronista deixa ao longo da obra, tem um compromisso com a verdade. Existe uma identidade narrativa que constrói e deflagra as demais temporalidades aqui apontadas e o tempo histórico que é mentor de todas as demais. É essa exigência da verdade que faz com que a identidade seja reveladora de um tempo social e humano (RICOEUR, 2010, p. 10).

1.2 As transtemporalidades na *Crônica de D. João I*: tempo linear, tempo calendário, tempo litúrgico, tempo físico e tempo político

A vida cotidiana da sociedade portuguesa dos finais do século XIV e início do XV depende de seu calendário, assim como as demais organizações sociais da cristandade. O uso e

controle do calendário deflagra o trabalho, o tempo do ócio e as festas litúrgicas que se localizam no decorrer do ano de acordo com as estações (LE GOFF, 2013a, p. 449). Certamente, a contagem de semanas e horas se tornaram a expressão mais importante de um calendário, porque dizem respeito a um tempo vivido mais próximo, menor e imediato. Dessa forma, as percepções do cronista português Fernão Lopes não serão diferentes.

O tempo medieval, o tempo cristão, caracteriza-se pela grande multiplicidade dos tempos vividos, por uma pluritemporalidade. Tal tempo privilegia o passado. É tempo da memória por conta da conquista do espaço do cristianismo na Europa. É também o momento da linearidade, já que o cristianismo é uma religião histórica, ancorada na História. Logo, a mesma insere uma noção de tempo linear - começa com o nascimento de Jesus Cristo, tendo fim com o Juízo Final - e que consagrou-se na historiografia, na forma ocidental de ver o tempo linear nas eras históricas.

Segundo Aaron Gourevitch,

os conceitos temporais fundamentais eram, portanto, na Idade Média, o ano, a estação, o mês, o dia, mas não a hora e ainda menos o minuto. Em regra geral, o tempo medieval durava bastante, passava lentamente e apresentava-se sob uma forma épica. (GOUREVITCH, 1990, p. 129).

O historiador russo fez tal afirmação da pouca presença e percepção de um tempo cronológico através dos relatos dos medievos, baseado na concepção dos pesquisadores de que na Idade Média existia uma percepção do tempo para consigo mesmo, tempo não dominado pelos homens pois era da propriedade de Deus. Porém, a partir do século XIII, o tempo passa a se estabelecer nas consciências e os homens medievais começam a demonstrar bastante interesse na cronologia que registram, nas genealogias e nos feitos que demarcam os acontecimentos (GOUREVITCH, 1990, p. 111). Era um tempo histórico que passava a demonstrar sua expressão através do reinados terrestres, um tempo político.

Essa preocupação cronológica pode ser timidamente observada na *Crônica de D. João I*. Percebemos que há uma predominância de pensar o tempo de D. João I como histórico, político e escatológico, inaugurador de novo momento de bonanças. Porém, essa genealogia e ações eram registradas, para embasar o tempo de rei. Em um combate das frotas de naus e galés entre castelhanos e portugueses, o cronista cita inclusive as horas a partir da percepção das horas canônicas:

E quando foi o dia do combate, posesse elRei em aquell cadafais, e fez a toda sua gente combater o logar todo em rredor da parte da terra, porque do mar

nom podia sser, por a grande aspereza da altura do momte; e foi cõbatido com gemtes darmas e de pee, e troõs, e beestaria, e fumdadas de magueella, e mantas, e outras artilharias de combato, des hora de terça ataa depois de meo dia (CDJ, I, cap CXXXV, p. 267).

Ademais, a demonstração do ano - utilizando ainda a Era de César, já que mencionamos que no reino português a afiliação a era de Cristo se deu somente no reinado do rei sobre o qual a crônica trata, D. João I – era uma tentativa de situar os ouvintes que não haviam vivenciado (ou eram ainda vivos e legitimados pelas crônicas) o momento pelo qual Portugal passava.

Hora o meestre nom sabemdo parte, do que contra ell trariam cuidado soamente por seu perçebimento e boa seguramça, quamdo isto ouviu dizer, aos oito dias do mês de janeiro da era que sse emtom começara de quatro centos e vimte e tres anos (CDJ, I, cap CLXXVII, p. 379).

Logo, pode ser observado por estes mesmos exemplos que uma das grandes atenções de Fernão Lopes é levar a cabo a escrita cronológica e de calendário dos acontecimentos aos quais narra, deixando e intencionando mostrar a linearidade e a contagem dos anos. Esta vontade de narrar os dias, os meses e em certos momentos, até mesmo as horas está inserida na alçada do tempo social e coletivo, submetido aos ritmos de quem escreve, mas que pode ser compreendido e identificado por todos (LE GOFF, 2013a, p. 441). É a conquista do tempo contribuindo para a edificação de uma memória histórica portuguesa.

Lopes apresenta essa preocupação com a manipulação das datas sempre que intenciona deixar marcado um período que considera importante. Concordamos com François Dosse quando o mesmo afirma que “*os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo*” (DOSSE, 2013, p. 315). Datas, periodizações e cronologias foram criadas por historiadores para facilitar a leitura e compreensão do tempo. Como por exemplo a morte do Conde Andeiro, sobre a qual se inicia a crônica

e era o Meestre quando matou ho Comde, em hidade de viimte e çimquo anos e amdava em viimte e seis; e foi morto seis dias de dezembro, era já escrita de quatro çentos e viimte e huñ (CDJ, I, cap IX, p. 22).

Quando se iniciam conflitos bélicos entre os portugueses e os castelhanos, demonstrando a presença do uso da divisão semanal

Era esto huñ quarta feira de treevas no mês dabrill (CDJ, I, cap XCV, p. 180).

Na narração das circunstâncias em que o rei de Castela chega com suas naus para cercar a cidade de Lisboa

No dia seguinte que erã viimte e nove do dito mês de mayo, chegarom as naaos que forom armadas pera viinr de companhia com as galles; e eram per todas quareemta amte grandes, e outras nom tamanhas. ElRei como soube que a frota das naaos chegara, partio logo em outro dia com toda a sua hoste, pera poer arreal sobre a cidade (CDJ, I, cap CXIV, p. 218).

E também no findar da batalha de Aljubarrota

E foy feita esta batalha feria segunda, quatorze dias dAguosto da era de Çesar de mil e quatro çemtos e vinta três anos (CDJ, II, cap. XLIV, p. 118).

Calendário e cronologia são instrumentos do tempo histórico. Ambos são usados para representar o acontecimento no tempo em linearidade. A percepção linear do devir acredita que existe um único começo para o mundo e somente um fim (SILVA; SILVA, 2009, p. 390). Influenciados por essa noção cristã de linearidade, pesquisadores em história possuem o hábito de, ao periodizar, privilegiar grandes acontecimentos e mudanças em governos políticos (LE GOFF, 2013a, p. 194). Assim, como o calendário é um objeto social, é também um instrumento de poder. No caso da Idade Média, essa construção da escrita da história contínua e sequencial é característica de um tempo litúrgico e orientado.

E para os medievos, a liturgia cristã do decorrer do ano é concentrada em Cristo, vai do Carnaval até o nascimento em 25 de dezembro. Segundo Jacques Le Goff, o ano para a idealização da cristandade é um ciclo completo de morte e de renascimento (LE GOFF, 2013a, p. 460). Le Goff aponta ainda que a *“história cristã é orientada para um fim, seguindo um curso linear do tempo e esta tendência dominante do pensamento judaico-cristão operou uma mudança no pensamento da história”* (LE GOFF, 2013a, p. 78). A concepção de tempo é extremamente importante para a história e os primeiros historiadores cristãos tiveram influência no enquadramento cronológico da história e dos trabalhos advindos dela.

Entre esta multiplicidade de tempos característica da Idade Média, está o tempo cristão, que administra boa parte das atividades realizadas durante o ano litúrgico. É o tempo da Páscoa, da Quaresma e do Carnaval, que regulam as atividades de plantação e colheita de acordo com as estações. Tal tempo litúrgico organiza principalmente a vida espiritual, enquadrando o homem cristão e as atividades do seu corpo dentro das festas litúrgicas ao longo do ano. Com o lento crescimento do poder real no fim da Idade Média e a afirmação das monarquias, o tempo

medieval se torna o da sucessão. O tempo dos reis passa a distinguir sucessores e antecessores, tempo dos seus feitos, dos povos e das dinastias. Tempo de confronto político e de poder (LE GOFF, 2002, p. 537).

Jerôme Baschet, em seu livro *Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América*, afirma que na Idade Média existe um tempo semi-histórico (BASCHET, 2006, p. 323). A medida que o cristianismo triunfa com sua visão de tempo linear herdada da ideologia judaica, existe um tempo cíclico que retorna e pretende repetir-se a cada ano. As festas e comemorações da liturgia cristã mantêm uma relação ambígua com os ritmos da natureza. São orientadas pelos ritos pagãos do natural que intercambiaram-se e explicam o êxito para a transição cristã (BASCHET, 2006, p. 307). Esse tempo semi-histórico também se faz presente através das crenças milenaristas e escatológicas, em que se tem uma sociedade inteiramente associada ao passado, mas dominada pela esperança no futuro (BASCHET, 2006, p. 37)

Tais comemorações podem igualmente ser percebidas na *Crônica de D. João I*. Fernão Lopes intenciona demonstrar que mesmo em pleno momento de guerra para com o reino vizinho de Castela existia um respeito às tradições litúrgicas da cristandade. O cronista demonstra isto em um episódio em que são tomados os navios que vinham da Galiza cheios de mantimentos para Castela e que se aproximavam da cidade de Lisboa. O pescado das embarcações foi tomado pelo Mestre e muitos da cidade.

Gramde foi o prazer que o Meestre e todollos da çidade ouverom por este boom aqueçimento, moormente em tempo que lhe tamto fazia mester; ca em estes navios foi achado muito pescado seco, de pescadas e congros, pollvos, e sardinhas de fumo e de pilha, e muita farinha e outros mantiimentos. Omde sabe que nom embargamdo qu geerall offiçio fosse a todos, proveer e aazr quallquer comuũ proveito que cada huu sentia pera a çidade; que delles ouve hi pore m taaes, de que sse asenhorou tamto a cobiiça, que ligeiramente lhe fez outorgar nos corações, rrequerer e demamdar ao Meestre, que lhe vemdesse aquelle pescado, pera o levarem fora do rregno, pollo gramde gaanho, que em ell sentiam; mostrando que era muito seu serviço e proveito, com huã aparemçia de pallavras, todas emmigas da proll comunall. O Meesre em que nom falleçia, mas amte era em ell avomtosa discreçom e juizo, disse que nehuũ lhe fallasse em tall cousa; ca ell emtendia que Deos lhe emcaminhara aquello, por dar a todos boa quareesma, que sse emtom chegava; e que aquelles mercadores que lhe por cobiiça de gaanho tall requerimento faziam, bem mostravom que pouco se doham do bem do poboo e de sua defemssom, em tempo que o tamto via mester pera seu mantiimento e outras neçessidades; assi foi que cõ aquell pescado era a çidade farta em boa avomdamça, e pagavom aos fidallos e aas outras gemtes o solldo em elle, de que a elRei de Castella muito desprougue quando soube em Samtarem (CDJ, I, cap LXIX, p. 135-136).

Posteriormente, Nuno Alvares Pereira ao cobrar áreas que haviam tomado voz por Castela nos conflitos que se seguiam e após a vitória ao tomar Arronches e Alegrete, o fronteiro do Mestre de Avis pausa suas tarefas para que todos pudessem comemorar a páscoa em suas casas.

E leixou NunAllvarez por alcaide em Arronches seu teio Martim Gomçallvez; e teve alli a pascoa; e mandou muitos que sse fossem pera suas casas, e que estevessem prestes como vissem seu rrecado; e ell partio pera Estremoz, e desi pera Evora, e depois pera Momte Moor (CDJ, I, cap XCVII, p. 185).

Com D. João I já aclamado rei de Portugal e antes da Batalha de Aljubarrota, o monarca toma a precaução de fazer com que as pessoas do reino e da cidade não se utilizassem durante tal período de práticas pagãs, que “*naõ usase de feitiços, nem de leguamentos, ne de chamar diabos, nem descantações, nnem dobra de vedeira, nnem caramtolas, nem soennhos, ne lamça roda, nem sortes, ne outra nenhuña couse que arte de ffisiuqa naõ comsemta*” (CDJ, II, cap, XL, p. 101). Por contrário, se deveria

em certos dias do año, asy como dia de Janeiro e de Maio e dia de Santa Cruz, estabaleçeraõ que cada ano por sempre fezesse tres peçissões por estes dias. A primeira na See Cathedral, em louvor da cerquũçissão de Jesus Christo; a segumda a Samta Maria da Escada, por devaçãõ da Madre de Deus; a terceira quee fosse a Samta Cruz por seu serviço e homrra. Asy quee estes heraõ espécies oradores que cada huñ dos reix por sua parte tinnhaõ e a Deus ficavva ouutorguar vitória a qual deles sua merçe ffosee (CDJ, II, cap XL, p. 102).

Em relação ao tempo físico, Santo Agostinho postula e abre o pensamento da Idade Média ao afirmar que o tempo não é o movimento dos astros, que não é o mundo natural que controla a passagem das eras. Porém, o tempo calendário, o tempo circular, o tempo litúrgico possuem uma estreita relação com essa percepção do tempo físico. O calendário existe a partir da observação de caráter natural do mundo a volta e permite que os homens e mulheres possam ir do presente ao passado a partir da observação das datas. Porém, esse cronograma de contagem das estações, dos meses e dos dias escapa ao mundo físico. Este passa a fazer parte de um tempo histórico, de um presente histórico, pois permite que os acontecimentos possam ser datados (KOSELLECK, 2006, p. 15). Existem imbricações entre as temporalidades, o que as transforma em transtemporalidades.

Logo, essa percepção do tempo do mundo natural também se faz presente na obra de Fernão Lopes. Porém, não é percebida na forma de momentos de colheita e passagem das

estações, – já que a crônica é contada a partir de um ponto de vista do espaço urbano e daqueles que ocupavam altas posições, que não dependiam diretamente da natureza para as suas atividades diárias - mas sim como observação do que está ao redor. Ao falar sobre o embate que se seguia entre as naus portuguesas e castelhanas, o cronista adentra uma conotação espacial e física:

Hora assi foi que aimda a manhã com sua claridade nom alomeava bem a terra, e ja os muros e logares altos eram cheos dhomees e molheres pera veer. Em este espaço do dia que ataaqui passou, nom faziam homees e molheres des que amanheçeeo, se nõ correr pera os muros e logares altos por teerem logar dhu vissem a peleja (CDJ, I, cap CXXXIII, p. 261).

A astrologia, “*arte de predizer acontecimentos na Terra mediante a observação dos movimentos do Sol, Lua e demais corpos celestes, a qual impregnou as concepções e perspectivas dominantes nos últimos tempos da Idade Média*” (LOYN, 1997, p. 67), também se faz presente.

Seguiosse estonçe que aos dez e nove dias do dito mês foi o sroll eclipse ao meo dia, e perdeo sua claridade, estando emtom em sino de Leo, a quall cousa foi espamto a todos; e deziã aos astrollogos, que senificava em rreall gram mortiidade de gente homrrada; e assi acõteço depois nos grandes senhores delRei de Castella, segumdo adeamte ouvirees (CDJ, I, cap CXXXVIII, p. 275).

Na imbricação dessas temporalidades, especialmente entre tempo cristão e tempo cronológico, temos o surgimento dos relógios de sinos no alto das torres das catedrais, que demonstravam somente as horas. Como mencionado anteriormente, o relógio já havia sido colocado na Sé de Lisboa num momento anterior aos acontecimentos narrados por Fernão Lopes. Porém, não encontramos nenhuma expressão ou correspondência do uso do mesmo como demarcação de horas e nem de uma grande percepção dos cidadãos do sino na narrativa da crônica. O sino, em contrapartida, é citado quando é associado a algum evento urbano e que precisava chamar a atenção da população da cidade. O que demonstra sua importância e até mesmo o fascínio que causava.

Segundo Jacques Le Goff,

nos séculos VI-VII, o cristianismo oferece ao Ocidente uma nova proclamação do tempo, graças a essa invenção, o sino, que revoluciona a arquitetura religiosa e produz um tempo novo, o tempo da Igreja, tempo dos clérigos, principalmente dos monges, feito para seu emprego das horas de preces e de ofícios, mas também para o enquadramento do trabalho agrícola (LE GOFF, 1992, p. 194).

Em contrapartida, o que percebemos na *Crônica de D. João I* a partir do uso e manipulação que Fernão Lopes faz dos sinos é a externalização de um tempo urbano, em que a figura dos monarcas e dos acontecimentos citadinos em muralhas de castelos e torres de Sé, passam a fazer parte do dia a dia das populações. Durante os embates das galés castelhanas e portuguesas na narração sobre o cerco de Lisboa, Fernão Lopes após relatar os atos heroicos de D. João, mestre de Avis, adiciona que

em esto açemdiasse cada vez mais a pelleja, a quall dhuua parte e dooutra era mui brava e de grande arroido, **assi de braados dhomees e soões de trombetas, e rrepicos de ssinos**, come de chamar altas vozes: Portugall e Sam Jorge! Outros, Castilha! Samtiago! E nom eram postos em menos pressa, como sse ja a çidade tevesse parte de seus emmiigos demtro no muro, e outros provassem pera emtrar (CDJ, I, cap CXXXIX, p. 279).

Esse tempo novo, esse tempo urbano, tornar-se o tempo das monarquias. Porém, este não é somente um conceito que vem de uma abstração. O tempo, na Idade Média compôs-se lentamente, através da combinação de todas as demais temporalidades aqui citadas. A monarquia é a instituição que passa a ter o domínio sobre as demais formas de percebê-lo. E tais compreensões de tempo não escapam da literatura, estão contidas nelas. Aqueles que se põem a escrever a história, a narrá-la, a operar a cronologia e a sucessão dos acontecimentos, tornam-se os senhores do tempo (BARROS, 2013, p.29).

Jacques Le Goff, ao observar tais conotações, concluiu que na Idade Média europeia “*a esfera política é uma província do sagrado*” (LE GOFF, 2002, p. 202). A imagem do rei medieval é constantemente associada com a de Jesus Cristo e dos reis do Antigo Testamento. Ele é ao mesmo tempo o governante por direito divino e um grande sacerdote. Deve guiar seus súditos ao caminho da salvação. A representação em Cristo faz com que os monarcas possuam ainda dois grandes ideais predominantes em seu reino: a paz e a justiça.

Ao possuir o tempo, Fernão Lopes legitimou a dinastia avisina através do elogio da figura de D. João I e da sua genealogia. Observa-se um cuidado por parte do cronista de como construir a imagem dos reis da dinastia de Borgonha. Porém, não é somente através das pluritemporalidades que se revela a manipulação do tempo pelo cronista. O tempo político é expressado especialmente pelo uso de teorias milenaristas e messiânicas, pela associação da imagem de D. João I e dos portugueses como um povo escolhido. O monarca como o fundador de uma nova era de bonanças e que duraria o tempo que a providência divina desejasse.

A nova dinastia, fundada na ilegitimidade por seu primeiro rei ser um bastardo e mestre de uma ordem monástico-militar, elabora discursos messiânicos que defendem D. João como filho de rei – não denotando sua origem bastarda – e salvador carismático do reino de Portugal. Este seria um rei ideal que daria início a novos tempos com ascensão de uma outra sorte de pessoas, verdadeiros portugueses que lutaram contra os inimigos castelhanos nos conflitos bélicos do movimento de 1383-1385.

Esse tempo político, que no caso de D. João I possui uma aura messiânica e escatológica, é a percepção do passado, do presente e do futuro. Na *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes “a herança do passado se projeta sobre o presente: o presente mimetiza o passado, veste-se de passado no afã de legitimar suas criações inovadoras” (ARRUDA, 2014, p. 32). O cronista fala de passado e futuro em sua narrativa na intenção de presentificá-los, torná-los parte de um tempo histórico. Lopes tornou-se o mestre do enredo. É a figura que lançou o seu espectro sobre a historiografia. No tópico seguinte, trataremos de como o cronista manipulou as categorias de passado, presente e futuro, transformando-os não mais em pluritemporalidades, mas transtemporalidades em que a memória e a história se confundem. Onde o passado é bíblico, o presente é vivido na forma de sofrimento e o futuro é a esperança escatológica, como uma reatualização dos desejos e anseios correntes do homem e mulheres do medievo.

2. PASSADO IDEALIZADO, PRESENTE MENOSPRESZADO E FUTURO ESPERADO NA CRÔNICA DE D. JOÃO I, DE FERNÃO LOPES³⁴

O historiador Jérôme Baschet em sua obra *A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América* dedica um capítulo para falar sobre as percepções do tempo na Idade Média. Segundo Baschet, no período em questão, pode ser observado “uma diversidade de tempo sociais, qualitativamente marcados e diferenciados um dos outros” (BASCHET, 2006, p. 306). Ao mesmo tempo em que o milênio medieval inseriu a linearidade, em que a história tem um fim e um sentido, não se desvencilhou do conceito de circularidade. O ano litúrgico possuiu 365 dias e neles estão contidas as estações, as épocas de colheita e plantio e, antes de

³⁴ Ao falar sobre as concepções escatológicas e milenaristas presentes na Idade Média, Jérôme Baschet utiliza esta frase para introduzir o tópico. Acharmos que a mesma se encaixava completamente no caso da *Crônica de D. João I*, obra em que as esperanças do povir são voltadas discursivamente para o monarca.

tudo, as datas comemorativas do cristianismo, como Quaresma, Natal, Páscoa. Esse ciclo litúrgico referencia constantemente o presente a um passado original e modelo, o passado bíblico.

O historiador utiliza a obra de Reinhart Koselleck *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* e seus conceitos de *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência* para embasar os quadros temporais na Idade Média. A noção de história como um fim linear teria liberado para os medievos um horizonte de expectativa que se exprimiu através dos desejos messiânicos e milenaristas do aparecimento de um salvador que poria ordem às coisas e instauraria o reino da vida eterna, um futuro regozijado. Concomitantemente, o espaço de experiência é o passado memorizado no presente, seja ele bíblico, genealógico, social ou litúrgico.

Segundo Koselleck, experiência e expectativa tratam-se de “*categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que aturam ou que sofrem*” (KOSELLECK, 2006, p. 306). São duas categorias que servem para compreender o tempo histórico. No caso da Idade Média, o horizonte de expectativa e o espaço de experiência estavam entrelaçados, o futuro ligado ao passado. As histórias da Bíblia e a doutrina cristã envolviam os medievos e esses laços entre as duas categorias não eram quebrados. As expectativas estavam voltadas para o além, a eternidade e a chegada do messias.

As análises desenvolvidas por Baschet e Koselleck podem ser utilizadas para auxiliarem esta pesquisa. Os homens e mulheres da época em questão buscavam por um ideal, por um passado portador dos ensinamentos bíblicos. Ele é modelo para o presente, sendo constantemente rememorado, na tentativa de ser revivido. “*Oscilando entre o passado e futuro, os homens da Idade Média procuraram viver o presente de modo atemporal num instante que corresponde a um momento da eternidade*” (STELLING-MICHAUD apud LE GOFF, 2013a, p. 206).

Segundo Aaron Gourevitch,

Os homens medievais não eram indiferentes ao tempo, mas apenas pouco receptivos à mudança e ao desenvolvimento. A sua consciência movia-se nestes domínios: a estabilidade, a tradição e a repetição. Era portanto através dela que era pensado o desenvolvimento histórico real: isto explica que durante tanto tempo, o homem medieval vivia intensamente a escatologia, participava pessoalmente no movimento da história universal e a sua

consciência estava animada pela esperança da salvação e pelo receio do pecado. Neste sentido, o sentimento psicológico do tempo atinge, na Idade Média, uma intensidade desconhecida nas épocas anteriores da história da humanidade (GOUREVITCH, 1990, p. 179).

Já na Baixa Idade Média, os indivíduos passaram a perceber o tempo, o passado e presente através do horizonte das crônicas históricas, da percepção do tempo na qualidade da datação e do surgimento do relógio mecânico (LE GOFF, 2013a, p. 207). Em Portugal, passou-se a valorizar a importância dos letrados, inserindo-os em serviços do Estado. Os centros religiosos deixaram de ser os únicos preocupados com a conservação e transmissão dos conhecimentos. Assim, a Universidade, além das escolas catedrais, monásticas e conventuais passou a contribuir com a formação do número de letrados e do incentivo do saber escrito no reino (FRANÇA, 2006, p. 16-20).

Se são desenvolvidas as crônicas e se tem uma maior percepção das noções de passado, presente e futuro, o que se denota antes de tudo é a escrita da história. Assim, o passado em Fernão Lopes não era encarado como tempo do esquecimento, mas era revivido e estabelecido no presente. Existe um passado em que a memória dos reis portugueses da dinastia de Borgonha era ressaltada, porém não regozijada. A imagem da família anterior não poderia ser diminuída pois o monarca que assumiu o trono era descendente colateral da casa borgonhesa. D. João I era um rei inaugurador de novos tempos, de acordo com o cronista. Em uma outra configuração de passado, existe o passado bíblico que projetou-se no presente, transformando as lutas entre Portugal e o reino de Castela como a repetição de combates presentes na Bíblia (BASCHET, 2006, p. 328). Logo, a mesma torna-se mais do que uma autoridade, o cronista Fernão Lopes encontra nela a maior fonte das analogias das quais faz uso em seus escritos. D. João passa a ser comparado com os reis do Antigo Testamento.

Ao iniciar-se os primeiros embates do cerco, Lopes insere uma analogia com histórias do Antigo Testamento em que os habitantes de Lisboa estariam agindo da mesma forma que os de Jerusalém quando

os inimigos os torvar queriam, eram postos em aquell cuidado, em que forõ os filhos de Isrraell, quando Rei Serges, filho de Rei Dario, deu leçemça ao profeta Neemias, que rrefezesse os muros de Jerusalem; que guerreados pellos vezinhos darredor, que os nom alçassem, com huã mão poinham a pedra, e na outra tiinham a espada pera sse deffemder; e os Portugueeses fazendo tall obra, tiinham as armas jumto comssigo, com que sse deffemdiam dos emmiigos, quando sse trabalhavom de os embargar, que a nom fezessem (CDJ, I, cap CXV, p. 225).

Em um segundo momento, Lisboa é comparada à cidade de Jerusalém (CDJ, I, cap. CLI) - que foi cercada por Senaqueribe, rei de Assir - e D. João I ao rei Ezequias, líder da cidade. Ao fazer isso, o cronista compara o povo de Portugal ao povo de Israel, como escolhido. Denota o rei de Castela como o Anticristo e D. João como um messias encarnado, inserindo a conotação de tempos futuros. Um outro exemplo é o da peste, que faz sua aparição na crônica no cerco. Uma peste acomete somente as forças castelhanas, deixando mesmo os prisioneiros portugueses intocados. Uma interpretação é feita por meio da figura do Frei Rodrigo de Sintra, que completa com uma profecia:

Mas por quanto aquell gram Rei de Castella era emdurado em seu coração, a nom deçercar esta çidade por cousa que aviinr podesse, nom quis Deos com ell teer outro geito, por mostrar seu grã poderio, salvo aquelle que teve com elRei Faraó, a que mamdou per tantas vezes que leixasse hir o seu poboo sacrificar ao deserto; que pero o percutisse com grandes e estranhas pragas, numca o quis leixar de todo, ataa que Deos tamgeio com a deçima plaga, matamdolhe todollos primogenitos filhoos, des o filho do mayor senhor do Egipto, ata o filho da mais pequena serva que avia amtre elles; e dos filhos de Isrrahell nehoo por estomçe morria [...] E assi ha dacomeçer a elRei de Castella, que sse ell tornar a este rreino com a emtêçom que leva, que Deos lhe matara tantos do seus primogenitos, que ssom os grandes e homrrados de seu rreyno, com que britou a verdade que prometida tiinha, que numca mais avera vooomtade de tonar esta terra. Ell poem sua esperamça em multidõ de muita gemte, pera nos destruir sã por que, e nos esperemos em huũ sso Deos que nos livrara de suas mãos; o quall nos leixou padeçer tantas pressas e tribullações como vistes por teermos rrazom de os mais amar quando nos dellas livrasse (CDJ, I, cap. CLI, p.318-319).

O episódio é igualado às Dez Pragas do Egito. D. Juan de Castela é equiparado ao faraó, que não aceita os conselhos sobre abaixar o cerco e só faz o mesmo após a doença atingir sua mulher por meio da vontade divina, que estava ao lado do reino português. Vale destacar que segundo o pensamento cristão medieval, a providência divina pertence a Deus, senhor do tempo.

Percebe-se que em muitas dessas analogias feitas utilizando os exemplos bíblicos, são os acontecimentos do povo judeu que são utilizados por Fernão Lopes com intuito de comparação. Os judeus, aos olhos do Antigo Testamento, são o povo de Deus, escolhidos por Ele. O povo português é constantemente relacionado com o povo de Israel na tentativa de demonstrar que os próprios portugueses são escolhidos e que seu destino caberia a Deus cumprir e efetivar. Em um momento posterior à vitória em Aljubarrota no sermão do Frei Pero, da ordem

de São Francisco, para a cidade de Lisboa, utiliza-se a metáfora dos judeus e a percepção presente e passado:

ja temos vistas algumas maravilhas das que Deus fez nos tempos passados cõ os povos dos judeus, hora vejamos nestes presentes tempos se hobrou algumas açerqua de nos que sejaõ maravilhas ante nossos holhos (CDJ, 2, cap. XLVII, p. 124).

porque asy como em outro tempo Moyses guiador do povo dos judeus mandou enculcas a terra de promisaõ por saber que gemtes heraõ e toda sua maneira, asy o nobre Rey dom João, guiador dos portugueses mamdou primeiro avisar a oste dos castelaõs, por saber quejamda era e como corregidos (CDJ, 2, cap. XLVII, p. 124).

É através do povo escolhido que retorna o Messias e que se espera a sua chegada, efetivando seu reinado sobre todo o mundo. Nesse sentido, percebemos como o Antigo Testamento é utilizado na caracterização do povo de Portugal, em que o passado bíblico é reinventado pelo presente. A interpretação do futuro também se associa bastante com as influências do Antigo Testamento, porém elas serão discutidas posteriormente.

Segundo Aaron Gourevitch, no cristianismo o tempo é dramático (GOUREVITCH, 1990, p. 134). É somente na alma que existe o tempo. Fernão Lopes é um excelente exemplo de como pensar historiograficamente significa trabalhar com as temporalidades. Em sua escrita o legado do passado se lança para o presente. Dessa combinação surge a narrativa e o engendramento da mudança de uma visão do presente no momento em que a dinastia de Avis encomenda as obras para o cronista. Logo, reorganizam-se as história bíblicas do passado, buscando na comparação o presente dos acontecimentos.

Os portugueses na escrita de Fernão Lopes são agentes e pacientes da ação, levados a um passado rememorado, a um presente que é vivido a espera de futuro desejado que se instauraria com o reinado de D. João I, dando início a um novo momento da história portuguesa, numa espécie de um calendário atualizado. O presente é percebido como um momento de transição, entre as reinvenções do passado e as esperanças do porvir. É a força desse presente, da necessidade de escrita de uma história que intencionava a memória e a legitimação, que faz com que se possa reconfigurar o tempo. Transformar esse tempo em novo, em tempo histórico. D. João I é apresentado como um monarca messiânico e que instaurou uma nova era no reino de Portugal, era “*cobiçoso domrra, per sua ardête natureza e gramde coraçom*” (CDJ, I, cap. VI, p.14).

O tempo presente, na consciência dos cristãos, é atormentado por um futuro que é permeado pelo passado (GOUREVITCH, 1990, p. 122). Na *Crônica de D. João I* de Fernão Lope, percebemos um presente de sofrimento, de conflitos e de guerra. Um presente em que o reino de Portugal estava numa situação de instabilidade. À época em que o cronista realiza os seus escritos perpassa por dificuldades no centro da Igreja Cristã, o Cisma do Ocidente (1378–1417), que se torna um elemento de bipolarização das vontades (VENTURA, 1992, p. 21). O cronista apresentou um reino dividido, e essa separação diz respeito à divisão social presente nos fins do século XIV. D. João I foi apoiado principalmente por nobres secundogênitos, setores urbanos de Lisboa e da população pobre das cidades, aldeias e vilas que sofriam pela situação de desprivilegio em que se encontravam. Enquanto que a maior parte da nobreza apoiou o rei de Castela. Isso aconteceu porque até então existia uma fidelidade maior aos ideais da nobreza do que aos compromissos para com o território.

Logo, Lopes também constrói suas analogias do presente com base nos segmentos sociais. Aqueles que seguiam D. João e que o apoiaram nos conflitos contra Castela são denominados de “verdadeiros portugueses”. Lopes aponta que sobre estes

podemos em outra hordem nomear por martires os moradores de Lixboa, e aquelles que com o Meestre seemdo cercado, estiverom em sua cõpanha, e esto com justa rrazom; porque nom soamente som mártires, os que padecem por nom adorar os idollos; mas aimda aquelles que dos hereges e sçismaticos som perseguidos por nom deseparar a verdade que tem (CDJ, I, cap. CLX, p. 342).

Enquanto que de outro lado, se tinha os que ficaram contra o Mestre de Avis, tomando partido por Castela. Estes foram

emduzidos de todo per spiritu de Sathanas, e maa comselho de falssos Portugueeses, poucos e poucos leixarom seu boõ propósito, tornamdo a fazer seus sacrificios, e adorar os idollos em que amte criiam. E de alguũs delles isto fazerom, sem damdo tall fruto quaaes folhas mostravom suas pallavras, nom som tamto de culpar, pois que eram exertos tortos, nados dazambiqueiro bravo. (CDJ, I, cap. CLX, p. 343).

A nobreza natural é considerada uma traidora da causa. São “falsos portugueses”, “*vergõneas direitas, cuja naçença trove seu antiigo começa da boa e mansa oliveira portuguees, esforçaremsse de cortar a arvor que os criou, e mudar seu doço fruto em amargoso liquor, isto he doer e pera chorar!*” (CDJ, I, cap. CLX, p. 343-344). Fernão Lopes leva em consideração o princípio da naturalidade para caracterizar os portugueses. A nobreza

que ficou ao lado dos castelhanos, hereges cismáticos, era considerada parte de um “azambujeiro bravo”, porém eram filhos da “boa e mansa oliveira portuguesa”. Ser do azambujeiro bravo denota uma natureza indômita, não cultivada. Natureza que não se coadunou com a vontade das populações subalternas e com o futuro rei de Portugal (ACCORSI, 1997, p. 60-61).

Enquanto que os bons e verdadeiros portugueses são caracterizados como mártires, apóstolos e discípulos que deram suas vidas pela causa que acreditavam ser a correta e que, segundo a construção e o discurso de Fernão Lopes, era sagrada. Na comparação do Mestre de Avis a Jesus Cristo e Nuno Álvares a S. Pedro, a arraia-miúda, os homes de *mester* e a parcela da nobreza secundôgenita passaram a ser considerados homens e mulheres de virtudes. Ser da “boa e mansa oliveira portuguesa” representa cultivo e domesticação. São homens que geram bons frutos e agem de acordo com o que o discurso de Fernão Lopes define como correto e honroso. (ACCORSI, 1997, p. 61)

O presente do qual se tenta escapar é apresentado ainda através do sofrimento da cidade de Lisboa durante os conflitos bélicos, em particular o cerco de Lisboa e dos que nela moravam. O cronista aponta que

andavam os moços de tres e de quatro anos, pedimdo pam pella çidade por amor de Deos, como lhes emssinavam suas madres; e muitos nom tiinham outra cousa qulhe dar senom lagrimas que com elles choravam que era triste cousa de veer; e se lhes davom tamanho pam come hũa noz, aviamno por grande bem. Desfalleçia o leite aaquellas que tiinham criamças a seus peitos per mingua de mantiimemto; e veemdo lazerar seus filhos a que acorrer nom podiam, choravam ameude sobrelles a morte amte que os a morte privasse da vida; muitos esguardavam as prezes alheas com chorosos olhos, por comprir o que a piedade mamda, e nom teemdo de que lhes acorrer, cahiam em dobrada tristeza (CDJ, I, cap. CXLVIII, p. 307).

Fernão Lopes lança a ponte quando relaciona que os sofrimentos do povo que escolhe lutar ao lado do Mestre de Avis, foram recompensados na geração posterior. Na sequência, percebe-se como o cronista por vezes demonstra sua voz e opinião presentes na obra, denotando sua narratividade

hora esguardaae como sse fosses presente, hũa tall çidade assi descomfortada e sem nehuña çerta feuzza de seu livramento, como veviriam em desvairados cuidados, quem sofria omdas de taaes afflições? Oo geraçom que depois veo, poboo bem avetuirado, que nom soube parte de tantos malles, nem foi quinhoeiro de taaes padeçimentos! Os quaaes a Deos por Sua merçee prougue de çedo abreviar doutra guisa, como açerca ouvirees (CDJ, I, cap. CXLVIII, p.309).

Porém, é importante ressaltar que esse presente retratado em Fernão Lopes não está ligado a somente uma ideia de sofrimento da cidade, dos povos de Lisboa e de cisão política e social. O presente está aglutinado ao futuro, que trata D. João de Avis como um messias e salvador de Portugal da situação impar em que se encontrava. Lida-se com um tempo histórico, um tempo de rei que constrói uma memória de um momento glorioso. Uma memória de um líder como iniciador de uma nova era de bonanças. Logo, se essa figura já havia chegado e já estava sendo vitoriosa e anunciado seu futuro messiânico sobre a aura da vontade divina, o presente é também um momento de felicidade, pois o grande monarca prometido – apresentado pela figura de D. João – já chegou. Existe um tempo unificado, como se este marcasse todo o presente numa visão cujo o fim é a salvação. Esse tempo é direcionado; passado, presente e futuro estão sobrepostos.

Igualmente às analogias com as histórias bíblicas e a influência do Apocalipse também se fazem presentes de outra forma, através do advir. Fernão Lopes constrói sua narrativa de uma forma que as histórias do passado, presente e futuro não podem ser separadas. As concepções sobre a figura de D. João I construídas pelo cronista possuem caracterizações de origem milenarística e messiânica. Ao analisar os casos isolados da Península Ibérica, José Manuel Nieto Soria denota a terminologia *messianismo régio*, que é operacionalizada por um tipo de rei com atributos messiânicos. De acordo com o historiador espanhol, o monarca messiânico é apresentado como um chefe político escolhido por Deus e que possui aproximações com os reis do Antigo Testamento. Tal rei é uma figura que atua como uma espécie de instrumento do poder divino na Terra. É antes de tudo uma personagem escolhida e governa um povo também escolhido (NIETO SORIA, 1988, p. 71-77).

Segundo Hans Kohn, o messianismo pode ser entendido “*essencialmente*” como a “*crença religiosa na vinda de um redentor que porá fim à ordem atual das coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade*” (KOHN apud DESROCHE, 2000, p.20). O messianismo funciona como um retorno a uma situação inicial, um paraíso cristão presente na terra e um aperfeiçoamento dessa matriz.

Seguindo as proposições de Kohn, Henri Desroche, teólogo francês, em seu livro *Dicionário de Messianismos e Milenarismos* (2000) demonstra como o conceito de messianismo pode ser redimensionado também em uma espécie de *messianismo político*. Este é caracterizado e identificado quando o messianismo é ligado à instauração de regimes ou dinastias que o utilizam como discurso legitimador. Dessa forma, associa-se o líder ou monarca

como iniciador de uma nova era (DESROCHE, 2000, p. 34). Nota-se que messianismo diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à espera de sua chegada. Tal acontecimento poria fim à ordem instalada, caracterizada como injusta ou opressiva, e assim instauraria uma nova era de virtude, felicidade e justiça.

Em outra via, está o conceito de milenarismo, discutido por Jean Delumeau em seu livro *Mil anos de Felicidade* (1997). Este se distingue do messianismo em dois aspectos: de um lado ele repousa sobre a crença no advento de um reino de mil anos de felicidade, entendido como uma espécie de atualização do mundo antes do primeiro pecado. E de outro: nota que o Salvador já se manifestou e que a espera se concentra no momento de seu retorno (DELUMEAU, 1997, p.18). O milenarismo é o evento sociológico do qual o messias é a principal personagem.

À esta noção, associa-se conceitos como o de escatologia. Na tradição cristã, segundo Bernhard Töpfer no seu artigo *Escatologia e Milenarismo*, o termo “escatologia” denota noções que dizem respeito ao fim do mundo ou aos acontecimentos que atingirão seu ápice com o Juízo Final. Já este analisa o termo milenarismo como, em seu sentido principal, a espera de um reino de mil anos sob a presença de Cristo, que haverá de vir à terra antes do Juízo Final. De uma forma mais geral e ampla, compreende-se por estes termos todas as esperanças de sentidos religiosos prevendo o surgimento de uma ordem perfeita e até de certa forma, paradisíaca (TÖPFER, 2002, p. 353).

O futuro apresentado por Fernão Lopes é promessa de novos tempos que apontam a absorção e adaptação de teorias messiânicas e milenaristas que circulavam no tempo de escrita do cronista. Com Beda (672-735), Fernão Lopes cria a *Sétima Idade*. Beda dividiu o curso da história do reino de Deus em seis idades. Esta foi uma elaboração que se relaciona a construção já clássica no tempo do cronista. Em pensamentos e análises que teriam sido influenciadas por Santo Agostinho, “a cronologia cristã envolvia a identificação de diferentes períodos: *infantia* (da criação de Adão e Eva ao dilúvio), *pueritia* (do dilúvio a Abraão), *juventus* (de Davi ao exílio da Babilônia), *aetas senior* (do Exílio ao nascimento de Cristo) e *senectus* (de Cristo ao fim dos tempos)” (ZIERER, 2006, p. 143). Sendo uma metáfora, o cronista apresenta a *Sétima Idade* como um tempo de paz e prosperidade na terra que se iniciaria com a revelação da figura do Mestre de Avis (GUIMARÃES, 2008, p.199).

Entretanto, “ao contrário de Beda que identifica a sexta idade como um período de decadência antes do Juízo Final, Fernão Lopes institui a *Sétima Idade* na terra e vê este tempo como uma época de paz e prosperidade” (ZIERER, 2004, p.175). Ainda, a partir da apropriação

de tais ideias pelo cronista, é importante notar que os séculos XIV e XV são marcados pela noção de que o fim dos tempos estaria próximo. Em Portugal, tais concepções tornam-se ainda mais latentes por conta da situação política, econômica e social em que se encontrava o reino. A crise dos fins da Idade Média trouxe junto com ela a esperança de um governante redentor, que poria fim à situação instalada.

Logo, a *Sétima Idade* portuguesa é a inserção do reinado de D. João I como um tempo que se levantou novas gentes e um novo mundo. Um tempo de felicidades e bonanças em que o monarca é comparado a Jesus Cristo e os que o seguiam aos apóstolos, incluindo que o mesmo duraria o tempo da vontade divina, até o fim das eras criadas por Deus (CDJ, I, cap. CLXIII). Acreditamos que a *Sétima Idade* messiânica e milenarista se apresenta na forma de fim da história portuguesa, como se após o início do reinado de D. João I, todas as grandes conquistas de caráter cristão teriam sido efetivadas. Fernão Lopes inaugura o acontecimento. Dá ao reinado de D. João uma cronologia e começo glorioso.

Assim, “*como quem jogueta per comparação*”, (CDJ, I, cap. CLXII, p. 350) ou seja, como quem faz uma brincadeira, Fernão Lopes insere a *Sétima Idade*,

na qual se levantou outro mundo novo, e nova geração de gentes; porque filhos dhomees de tam baixa comdição que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhagees e apellidos. [...] Este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tamtoao deante, que seus deçendemtes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram comta. E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizemdo que os faria pescadores dos homees, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tamtos pera ssi per seu gramde e homrroso estado. [...] Assi que esta hidade que dizemos que sse começou no feitos do Meestre, a quall pella era de Çesar per que esta crônica he cõpillada, há agora seseemta annos que dura; e durara ataa fim dos segres ou quamto Deos quiseer que as todas criou (CDJ, I, cap. CLXIII, p. 350).

Nota-se a clara associação do monarca com a figura de Jesus e dos homens e companheiros aos próprios apóstolos, onde está latente o ideal messiânico e escatológico. Ainda, é possível percebermos o período de permanência do reino, que seria sagrado e estaria vinculado, antes de tudo, à vontade divina de Deus. A utilização de sonhos, milagres, sinais providenciais, profecias e idades são pontos de articulação na estrutura da obra de Fernão Lopes. Segundo Luís Rebelo, visam apresentar o assenso divino a uma nova concepção de poder colocada em prática com a nova dinastia (REBELO, 1983, p.57).

Existe ainda uma última analogia feita em relação ao início de um novo momento e esta é o “Evangelho Português”. O relato do Evangelho Português inicia-se com a exaltação da cidade de Lisboa, “*pois ella foi madre e cabeça*” (CDJ, I, cap. CLIX, p. 339) e dos feitos que os cidadãos “*poemdo os corpos e vidas, por homrra do rreino*” (CDJ, I, cap. CLIX, p. 339). Lopes insere em seguida, na sua confirmação, Nuno Álvares Pereira, cujos bons serviços, glória e louvor, “*numca foi eclipsi nem perdeo seu lume*”. Nuno, segundo a perspectiva do cronista,

assi como o Filho de Deos depois da morte que tomou por salvar a humanall linhagem, mamdou pello mumdo os seus Apostollos pregar o evangelho a toda creatura; por a qual rrazom som postos em começo da ladainha, nomeando primeiro sam Pedro; assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos gaanharom, emviou NunAllvarez e seus companheiros pregar pello reino ho evangelho portuguees; o quall era que todos creessem e tevessem firme ho Papo Urbano seer verdadeiro pastor da egreja, [fora de cuja hoberdiencia nehu salvarse podia;] e com isto teer naquela creêça, que seus padres sempre teverom, comvem a saber: gastar os beês e quanto aviam por deffender o rreino de seus emmiigos; e como por mamter esta ffee espargerom seu sangue ataa morte (CDJ, I, cap. CLIX, p. 340).

Percebe-se que a anunciação do que é caracterizado como “*evangelho portuguees*” é identificado a partir da comparação de Nuno Álvares Pereira para com os apóstolos, assim como os restantes dos seus companheiros que haviam apoiado o Mestre de Avis. Esse evangelho acontece quando todos creem no Papa Urbano como o firme e verdadeiro pastor da Igreja. Fora desta crença não poderia haver salvação. Ou seja, o que o Fernão Lopes quer transmitir com a mensagem do *Evangelho Português* é a de que se luta contra Portugal, não terás como vencer. Não há salvação para aqueles que lutam contra tal reino ibérico, segundo o cronista.

Em seguida, ainda lança mais uma comparação feita em relação à Bíblia:

mas podemos be dizer e apropriar, que assi como o nosso salvador Jhesu Christo, sobre Pedro fumdou a sua egreja damdolhe poderio que aquell que legasse e assolvesse na terra, seria legado e assolto nos ceeos; assi o Meestre que sobre a bomdade e esforço de Nuno Allvarez fumdou a deffemssom daquella comarca, lhe deu livre e isemto poder, que ell podesse poer alcades; e tomar e quitar menagees; e dar bees moviis e de raiz; e poer teemças e tirallas; e todallas outras cousas, assi perfeitamente como o Meestre dellas husar poderia (CDJ, I, cap. CLIX, p. 340).

A analogia do “Evangelho Português” é a de que com o início do reinado de D. João I e com a presença daqueles que os seguiam, iniciara-se um novo capítulo da história portuguesa e até mesmo da cristandade. Tomando as análises de Paul Ricouer como parâmetro para as executadas aqui, complementamos que “*se, com efeito, os novos tempos abrem um futuro novo,*

podemos submetê-lo a nossos planos: podemos fazer a história” (RICOEUR, 2010 p. 361). O cronista fez a história com a sua narrativa que é o próprio acontecimento; denotou Portugal como destino.

Assim, concordamos com Luiz Costa Lima quando o mesmo expõe que “*para o homem medieval não há qualquer marca distintiva entre História e ficção. Desde que não se oponham à verdade religiosa, ambos são confiáveis, porque ambas são tomadas como verdadeiras*” (LIMA, 1986, p. 23). Costa ainda reitera que Fernão Lopes teria marcado uma ruptura na tradição medieval. O fato de um rei bastardo ter sido levado ao poder por uma burguesia mercantil e contra os anseios da nobreza teria permitido ao cronista uma maior liberdade de escrita. Isto tornou possível que intercambiasse a história com elementos ornados e fabulosos (LIMA, 1986, p. 25).

Retomando Reinhart Koselleck, podemos afirmar que, a partir da *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes, temos um campo de experiência que se apoia no passado bíblico e na reinterpretação de conflitos bélicos em comparação com os denotados na obra. Estava presente uma noção do Antigo Testamento como espelho, em que as lutas e sofrimentos do povo judeu e da cidade de Jerusalém são equiparadas com Lisboa e o povo português. Já o horizonte de expectativa, é a conquista de um reino milenarista e a presença de um messias, o próprio D. João I. Nessa expectativa estaria incluída ainda um novo momento da concepção cristã de evangelho, como uma espécie de início de um novo capítulo bíblico.

Segundo Paul Ricoeur é da força do presente que procede a iniciativa para reconfigurar o tempo (RICOEUR, 2010, p. 406). O tempo apresentado na *Crônica de D. João I* por Fernão Lopes é social, representativo das camadas sobre e para qual o cronista escreve. Além de distinguir passado e presente, orienta-se intencionalmente para o futuro (LE GOFF, 2013a, p. 199). O presente é percebido como um momento de transição entre as histórias bíblicas que constituem o passado e as luzes do porvir. Curiosidade, angústia e esperança são sentimentos e interesses que se voltam para futuro e que estão na origem de todas as investigações históricas. O futuro intervém constantemente no presente: constitui um componente que faz com que se tenha uma perspectiva de mudança do “agora” para que o “amanhã” possa dar frutos. A chegada de D. João e o seu tempo como rei de Portugal aparentam inaugurar um novo calendário, inserido numa linearidade que pertence a Deus.

Ao mesmo tempo, tal analogia também apresenta a grande associação do messianismo/milenarismo com o espaço. O “*Evangelho Português*” é a caracterização do local

onde todas as benesses e a mensagem de D. João seriam levadas a cabo, no caso o reino em questão, e do qual trataremos de maneira mais detalhada na última parte desta dissertação. No capítulo seguinte, verificaremos as noções do espaço a partir da representação da cidade de Lisboa, sua personificação e ganho de voz através da escrita do cronista e dos primeiros lugares apresentados: o paço, a catedral, as ruas da cidade. Como ela é analisada em comparação com outros espaços, como vilas e aldeias, que são citados na crônica. Discutir espaço na Idade Média é referenciar a cristandade e o papado, itens presentes nas criações messiânicas e milenaristas de Fernão Lopes. O tempo existe dentro do espaço, não podem ser observados separadamente.

CAPÍTULO 3

A ESPACIALIDADE NO REINO PORTUGUÊS: LISBOA, UNIDADE E VIVÊNCIA URBANA ATRAVÉS DO RELATO CRONÍSTICO DE FERNÃO LOPES

Santo Agostinho, ao tratar sobre a conotação da luta entre o bem e o mal na sua última obra *A Cidade de Deus*, afirma que a cidade divina é representada pela união entre Deus e os homens. A cidade divina era aquela que dá testemunho às Sagradas Escrituras (AGOSTINHO, 2000, p. 987). Quando existia o rompimento dessa aliança a partir da *civitas* terrena, a cidade dos homens passava a confundir-se com a cidade do demônio. Além disso, a história para o Bispo de Hipona, tinha um sentido e um evento final que trariam juntos a verdade e um retorno às origens. A história e os fatos passam a ter um sentido e são esclarecidos a partir da revelação. A história seria contemplada com o triunfo da cidade divina e passava a possuir uma direção (MARCONDES, 2005, p. 112-113).

Segundo Jacques Le Goff, a cidade medieval é a imbricação entre a cidade que realmente existia e a cidade presente no imaginário, sonhada pelos componentes da arraia-miúda, comerciantes, artesãos, pensadores e artistas (LE GOFF, 2002, p. 219). São os habitantes, na dedicação do seu tempo à obra divina e no respeito às ordens das forças hierárquicas, que compõe a cidade de Deus. A cidade é “*o espaço em que o homem impõe a ordem aos seus semelhantes, [...] imaginá-la, a pólis, a cidade dos homens, como o lugar de encontro com o Sobrenatural, e portanto como um espaço ordenado segundo a vontade de Deus*” (MATTOSO, 1987, p. 9). Entretanto, Santo Agostinho guia o pensamento dos estudiosos do medievo, mas exemplifica a cidade a partir da interferência divina no momento anterior à decadência do Império Romano. Logo, como levaremos em consideração a noção de cidade durante a Idade Média?

Muito já se debateu sobre quais aspectos devem ser considerados ao pensar o que é uma cidade. Pesquisadores falam em números de habitantes, graus de concentração das habitações, a existência de uma rede de atividades. Tais aspectos não são suficientes pois cidades são formadas, caem e não levam em consideração a noção de que aquilo que é cidade muda no decorrer do tempo. Assim, percebemos que a cidade medieval é um lugar de concentração de um poder central, seja ele político ou religioso. Existe uma relação intrínseca entre a cidade, a governança e a religiosidade, pois tais aspectos e as construções que os representam definem

noções de urbanidade e organização cidadina. Existem os castelos e dentro dos mesmos as câmaras, conselhos e paços. As catedrais, igrejas e pequenas capelas dividem a cidade em ordens e dioceses. Assim, o espaço em que habitam os homens e as mulheres é demarcado pelo poder e o mesmo condiciona a vida dos habitantes, confere organização e logicidade.

Henri Pirenne, historiador belga do início do século XX e com fortes influências marxistas, na sua obra *As cidades da Idade Média* afirma que a origem das cidades na Idade Média está relacionada com o renascimento comercial e a consolidação de um segmento social urbano e burguês (PIRENNE, 1977, 97). O desenvolvimento das técnicas e o do comércio à longa distância tornaram, segundo a tese de Pirenne, tal renascimento possível a partir do século X. Ademais, existiriam dois tipos de cidades: as que surgem a partir de novos núcleos urbanos (burgos fortificados) e as preexistentes do Império Romano. Porém, seria o mercado o elemento mais importante para a fixação urbana e atração de comerciantes e camponeses recém-urbanizados. Por fim, o historiador defende que as muralhas foram levantadas para conferir proteção aos mercadores e facilitar a cobrança de impostos. Fatores que explicariam a grande necessidade de fortificação (PIRENNE, 1977, p. 118).

Roberto Lopéz, pesquisador italiano, apresenta várias de suas ideias acerca das cidades italianas durante a Idade Média na entrevista presente no livro *A cidade medieval*. Para o mesmo as cidades medievais possuíam consciência de si próprias e estado de espírito, mas eram por excelência ambientes de mercado e artesanato (LÓPEZ, 1988, p. 14-15). Assim, desenvolveu uma teoria de que a combinação de ambos elementos (mercadores e artesãos) transformaram espaços em centros de trocas e consumo, criando uma diversificação de ocupações que seriam a característica social necessária para a territorialização de uma cidade. Numa outra análise, afirma que não deve ser deixado de lado o fato de que a cidade medieval continua ligada ao campo, existem relações de abastecimento, migração, campos roçados dentro e fora das muralhas, fatos que criaram vínculos vantajosos para ambos os lados (LOPÉZ, 1988, p.81).

Em terceiro lugar, o historiador Jacques Le Goff possui uma considerável produção sobre a questão urbana na Idade Média. Em *O apogeu da cidade medieval* (1992) e *Por amor às cidades* (1998) as cidades são aceleradoras do tempo da história (LE GOFF, 1992, p. 4). Sua visão caracteriza a cidade como um espaço teatral: “a percepção por parte dos cidadãos das relações econômicas, sociais e políticas é profundamente marcada pelas imagens e símbolos que lhe são propostos” (LE GOFF, 2002, p. 219). O historiador afirma que o amuralhamento das cidades foi o principal componente para a construção de uma identidade urbana e tomada

de consciência (LE GOFF, 1998, p. 15). Assim, as cidades seriam compostas por quatro funções principais: religiosa, econômica, política e jurisdicional. Diferentemente dos pesquisadores anteriormente citados, descarta o uso do termo *burguesia* para nomear uma categoria social que ainda possuía contornos mal definidos e que não se relaciona com eventos históricos posteriores, como o surgimento de uma ordem capitalista (LE GOFF, 1998, p. 168).

Logo, é necessário ter em vista que na cidade medieval não interessa somente a muralha como aquela que separa o espaço urbano do rural, mas interessa também a praça, o paço, o castelo, a câmara, as torres, a catedral, a voz popular, o comércio, o rio, o porto, as portas, a aristocracia urbana, a arraia-miúda, a rua, o mosteiro, bairros, freguesias, alfândega e etc. Antes de tudo, intencionamos pensar a cidade na qualidade de organismo, entidade política. Como um indivíduo que porta símbolos, história e constrói memória. Significava, um coletivo estratégico para a delimitação geográfica e construção de identidades. Ainda, não pode ser deixado de lado a percepção da cidade pelas palavras de quem escreve, no caso aqui analisado, o cronista real Fernão Lopes.

Mencionamos anteriormente as origens urbanas de Lopes e os seus estudos em uma escola conventual ou catedral de Lisboa, logo a sua percepção nos passará numerosas relações com algumas partes da sua cidade. A imagem da cidade é uma construção parcial do espaço e está repleta de memórias e significações (LYNCH, 1982, p. 11). Lisboa e as demais cidades, aldeias e vilas mais próximas são palcos dos principais conflitos narrados na *Crônica de D. João I*, fato que faz não com que a obra conte situações que apresentem uma certa oposição entre a cidade e o campo. A crônica apresenta a soberania das principais cidades e como os eventos e indivíduos ganham voz através destes espaços.

Nesse sentido, reconhecemos a importância dos estudos de Henri Pirenne e de Roberto Lopez para a elaboração do conhecimento do que significava a cidade e a construção da urbanidade na Idade Média. Seus trabalhos concentraram-se em investigar as relações presentes no comércio a partir de mercadores e artesãos. Analisam as edificações da cidade como foco concentrador de redes de trocas, de migrações e nascimento de segmentos urbanos. Entretanto, as perspectivas de Jacques Le Goff nos são mais interessantes – como será notado ao longo deste capítulo – tendo em vista que tratamos dos símbolos que acompanham o espaço físico em consolidação. Por trás deste espaço físico, existe uma espacialidade social que demonstra a relação que membros de um grupo possuem com os lugares (CARDOSO, 2005, p. 40). A

representação de Lopes é antes de tudo urbana e possui a intenção de engendrar memórias e identidades.

Assim, segundo Kevin Lynch, escritor e urbanista americano, as imagens que criamos sobre os espaços são decorrentes de um processo entre aquele que observa e o meio. Tais imagens são o resultado da percepção imediata e da memória fragmentária, impregnada de impressões. As imagens para Lynch podem ser analisadas através de três elementos: identidade, estrutura e significado (LYNCH, 1982, p.17-18). A imagem de Lisboa que será apresentada e ressaltada por Fernão Lopes é de uma cidade da qualidade de estado de espírito e de um indivíduo diversificado culturalmente (com cortes, aristocracia urbana, mercadores e seus ofícios, clero, arraia-miúda). Lisboa é cercada por muralhas que a definem no espaço, conferem sua história e legitimidade.

Neste capítulo temos por intenção analisar quais espaços são apresentados e qual é a percepção do cronista em relação a eles e à cidade. Na obra de Lopes, Lisboa torna-se uma personagem feminina e protagonista que possui voz e clama por um novo líder, apresentado a partir da figura do D. João I. O nosso objetivo é perceber a cidade e os ambientes em sua volta, como vilas e aldeias, tal como organismos e protagonistas da história que o cronista decidiu passar. As localidades são compostas pelos diversos segmentos sociais e de pontos físicos, sejam eles naturais ou não, e que estão presentes na narrativa com intenção de visualização e localização. Por fim, iremos analisar as categorias de cidade, vila e aldeia, como se relacionam, e quais são os ambientes presentes: do castelo à praça, da catedral à rua.

1. A REPRESENTAÇÃO ESPACIAL LOPESIANA DE LISBOA: CIDADE, MULHER E ORGANISMO

A prática de representar e/ou descrever uma cidade traz consigo “*produções simbólicas, mas com a premissa de que as imagens da cidade, as representações urbanas, não constituem mera expressão cognitiva ou psicológica, ou fato espiritual, mas um dos componentes da prática social global*” (PASSOS, 2014, p. 23). Imagens, mapas, plantas, relatos de viagens e textos são jamais imparciais. Estes vão representar sempre um conjunto de conhecimentos e uma visão de mundo. A cidade de Lisboa se estendia ao longo das colinas e ao redor da área do

paço real com o castelo, alongando-se até a margem do rio Tejo e voltada para o mar. A cidade dividia-se entre a região administrativa do reino, com os paços, o castelo e a vila, região mais comercial habitada pela população de uma forma geral (MOITA, 1993, p. 9).

No século XIV, Lisboa possuía uma superfície amuralhada que englobava cerca de 104 hectares, existiam pequenas residências e locais de uso comum (como era à época o Rossio³⁵) para plantações e pastagem de animais arrebanhados. Lisboa era uma cidade com seus laços à terra resguardados. O que dava a mesma um caráter semi-rural, com campos presentes, que adentravam a cidade com homens e produtos naturais. Do mesmo modo, a cidade principal do reino possuía casas especializadas em peixe, grãos, gado, tecidos, açougues, moinhos, balanças públicas, fornos, poços, chafarizes e banhos públicos (SILVA, 2010, p. 27).

Um fator importante a ser destacado é a região portuária (do que atualmente conhece-se por Terreiro do Paço), habitualmente historicizada por possuir alta atividade com número considerável de embarcações que iam e vinham trazendo mercadorias para o comércio. Lisboa nasceu e cresceu da junção do rio com o mar e dos diversos povos que se fizeram presentes nela, seja de romanos, visigodos, muçulmanos e ao final de todos, os portugueses. Ao momento aqui tratado, Lisboa possuía um importante papel de entreposto comercial, com um porto ativo para a exportação de vinho, em sua maioria a partir do século XIV, atingindo um grande apogeu comercial no século XVI. Ao mesmo tempo, é uma cidade que possui grandes relações com o campo, com origens rurais de camponeses urbanizados. Porém, com muralhas para a separação dos espaços e formação de consciência daqueles que moravam na cidade (SILVA, 2010, p. 23)

Segundo Maria Lúcia Passos, “*em finais do século XIV, Portugal tinha menos de um milhão de habitantes, do quais perto de 64 000 concentrados em Lisboa e nos arredores*” (PASSOS, 2014, p. 43). Diferentemente, Mattoso aponta que mesmo passando pelos problemas de redução populacional por conta da peste, Portugal em 1347 teria cerca de um milhão e quinhentos habitantes no máximo (MATTOSO, 1986, p. 16). A história local, porém, começa antes disso. Portugal na qualidade um reino consolidado na Península Ibérica vem do processo de separação do condado portugalense do reino de Leão (1143) e da Reconquista e expulsão dos grupos islâmicos presentes no território (1147) com o primeiro rei D. Afonso Henriques de Borgonha.

³⁵ Segundo Filipa Medeiros, o Rossio durante a época medieval também representava: “espécie de praça principal da cidade, reflectora da azáfama própria ao mundo urbano, na qual se desenrolavam procissões, pregações, representações teatrais e jogralas, festas várias e onde se situavam igualmente os mercados” (MEDEIROS, 2007, p. 437).

De outro lado, a formação da cidade de Lisboa não vem somente a partir de tais acontecimentos, mas é também anterior. O seu território não é composto das histórias da era cristã a partir do início do século XII, mas é também romana e muçulmana. Por meados do século II era conhecida como Olisipo e possuía papel importante nos municípios organizados da Península Ibérica que compunham o Império Romano. Funcionava como um “*polo receptor e distribuidor de produtos que chegavam por via marítima, nomeadamente do Mediterrâneo*” (SILVA, 2010, p. 50). Outras atividades também eram exercidas como a pesca, a produção de óleos, conservas e molhos, construção naval, produção de materiais e cerâmicas. Negócios e atividades pelos quais o reino português fica posteriormente bastante conhecido.

Já no século VIII, a região mais ocidental passa a ser conquistada pelos muçulmanos e as cidades costeiras tornaram-se também vias de passagem e novas rotas comerciais islâmicas (SILVA, 2010, p. 63). Henri Pirrene defende a noção de que as conquistas muçulmanas desmontaram uma estrutura antiga de comércio ainda existente, ressignificando a sua implantação em larga escala e reorganizando a rede urbana (PIRENNE apud LE GOFF, 2002, p. 22). O “al-Andaluz” corresponde ao espaço da Península Ibérica dominado pelos árabes e seria a tradução para o idioma da época de “ilha do Atlântico” ou “Atlântida”, o que demonstra a penetração da mitologia greco-romana na historiografia árabe. A península era avistada como uma ilha para os olhares provenientes da costa africana, posição que criou um objeto de desejo e conquista para a expansão da fé e comércio islâmico (TORRES, 1997, p. 330).

Al-Ušhbūna ou Lušbūna é o nome correspondente à capital portuguesa na época do expansionismo islâmico e era nitidamente a maior cidade da região (TORRES, 1997, p. 357). A sua situação de destaque certamente esteve associada ao controle das circulações sobre o Tejo, fazendo comércio com as atuais regiões do Marrocos, Tunísia, Egito, Síria e Iraque. Segundo Cláudio Torres, “*a cidade de Lisboa desenvolve-se a partir de dois pontos geradores: uma acrópole-alcáçova, onde naturalmente se instalaram os poderes político-religiosos, e uma zona portuária na borda de água, onde fervilhava a vida artesanal e mercantil*” (TORRES, 1997, p. 358). A zona de influência da cidade era a maior do Garb-al-Andaluz (antiga Lusitânia), o que incluía Sintra e Almada, com cerca de 20 000 a 30 000 habitantes no total.

A Alcáçova, cidadela de administração político-religiosa, era controlada por um alcaide (uma figura administrativa e que vai ser repetida posteriormente no reino cristão português) e possuía um castelo sempre preparado para qualquer ataque, estando sobre seu controle militar nesta espécie de cidade-estado. Tal castelo posteriormente tornou-se o Castelo de São Jorge na

reconquista cristã. Onde hoje se ergue a catedral românica era anteriormente o território em que estava a mesquita lisboeta, que possuía sete naves (TORRES, 1997, p. 366). Ademais, a estrutura labiríntica dos bairros ainda é perceptível e permanece na cidade cristã medieval e na crônica de Fernão Lopes através das referências à “alcáçova”, à “cerca moura” e notadamente no nome da cidade de Lisboa, uma adaptação da titulação árabe.

Na fonte fica clara a percepção de que a cidade de Lisboa se constituiu como a personagem principal da trama dos acontecimentos. Lisboa é apresentada como a liderança do reino e como possuidora de voz feminina e viúva, que clamava por um novo representante na situação da ausência de um governante para o trono. Para o cronista Fernão Lopes, Lisboa era “*melhor lugar de todos, e cabeça principall do rreino*” (CDJ, I, cap. LXXXV, p. 265). Assim, intencional fazer pesquisas sobre a representação da cidade e suas práticas, revela além das imagens espaciais e urbanas, as construções sociais e seus aspectos. Todo e qualquer espaço também é composto, culturalmente, por aqueles que o habitam. As cidades, vilas e aldeias são organismos vivos, “*então não basta estudar o processo de formação das cidades e seu papel histórico [...] É preciso recorrer a outros aspectos do comportamento coletivo para explicar os fenómenos urbanos*” (MATTOSO, 1987, p. 14).

O cristianismo urbanizou as cidades na Idade Média e trouxe características diferentes das encontradas no mundo antigo, como o lugar dos cemitérios, as feiras, as praças para encontros, entradas, procissões e festas religiosas. A cidade antiga continua a deixar sua marca através das construções e muralhas, mas esses espaços são ocupados através de uma nova leitura cristã: catedrais, igrejas, mosteiros, castelos, paços (LE GOFF, 2002, p. 220-221). Ademais, na Idade Média existe uma profunda relação entre a cidade e o espaço sobre o qual a mesma exerce sua força, sua principal característica é a concentração de poder. Por isso, analisar um espaço urbano não deve ser somente levantar mapas, trajetos de ruas e divisão geográfica. Temos que levar em consideração também aspectos políticos, religiosos e sociais que são fatores importantes para a construção da cidade não só como pedra, casas, castelo e paços.

Entretanto, definir uma diferença entre o que era vila, cidade e aldeia não é exatamente tarefa fácil. O que torna muito cômoda a tomada de Jacques Le Goff da afirmação de Erich Keyser e Carl Haase: “*é cidade o que chama a si mesmo de cidade de maneira oficial*” (KEYSER; HAASE apud LE GOFF, 1992, p. 42). Na esteira do mesmo historiador, levamos em consideração que a explicação do amuralhamento das localidades não é suficiente para explicar a diferenciação, já que o número de vilas com castelos e muralhas na Idade Média é

grande. Assim, como o critério do número de habitantes e da política de privilégios como franquias (concedidas aos três casos) também não apresentam grandes diferenciações. Uma explicação que parece ser mais aceitável é a que leva em consideração como a Igreja é um dos definidores do que seria urbanidade. Justamente pelo aumento do número de paróquias e o aparecimento da rede das ordens mendicantes nos centros citadinos (LE GOFF, 1992, p. 42-43).

Tratando sobre a mesma questão, Carlos Guardado da Silva aponta que “*a palavra «vila», no português antigo, parece designar nos séculos XIII e XIV tanto as cidades como as aldeias, sendo difícil estabelecer uma distinção. E sendo importante o critério da muralha, esta é, todavia, insuficiente. Pois existem aldeias e vilas fortificadas, bem como cidades sem muralhas*” (SILVA, 2010, p. 18). Na *Crônica de D. João I*, ficam claramente nomeadas como cidades: Lisboa, Porto, Guarda, Coimbra, Évora, Tavira, Silves, Torres Vedras. No caso das vilas: Sintra, Estremoz, Palmela, Portalegre, Santarém, Leiria, Almada, Ourém, Alandroal., Como aldeias: Lumiar, Santo Antônio, Bombarral. As localidades que são definidas pelo cronista, conseguimos localizar a “nomenclatura” através de sua forma de escrita e apresentação ao usar expressões como “*çidade de*”, “*villa de*” e “*aldeia de*” ao demonstrar as localidades que iam sendo tomadas, quais tomaram voz pelo Mestre de Avis ou por onde os indivíduos encarados como personagens faziam passagem.

Já anteriormente, o foral de Lisboa de 1170 possuía normas jurídicas que contemplavam “*liberdades e garantias das pessoas e seus bens, imunidades colectivas, impostos e tributos, composições e multas devidas por delitos praticados, serviço militar, encargos e privilégios dos cavaleiros-vilões, e ónus e forma das provas judiciárias*” (SILVA, 2010, p. 132). Tais privilégios dados à cidade são parte de uma tentativa do rei D. Afonso Henriques de confirmar seu poder e influência no nascente reino cristão. A forma de renda da monarquia vinha da cidade, dependia de impostos e receitas e o foral estabelecia ainda questões sobre a organização da administração, como a criação do conselho e as funções do cargo de alcaide. Posteriormente, no findar do século XIV para o XV, Lisboa possuía trinta e oito portas ao longo de sua muralha (divididas entre a cerca moura e as muralhas construídas por de D. Dinis e D. Fernando), vinte igrejas além da Sé reunidas em vinte e três freguesias eclesiásticas, bairros interseccionados para população heterogênea (judeus, árabes, portugueses e entre outros), alcáçova e o restante da cidade murada estendida ao longo do vale e banhada pelo rio.

Já foi aqui mencionado que a *Crônica de D. João I* se inicia a partir do momento da morte do monarca borgonhês e a decisão de D. João e Álvaro Paes de vingarem sua morte e como a cidade participa dessa ação. Devemos deixar claro que quando mencionamos cidade, além da questão dos indivíduos que a compõe, também estaremos falando do castelo, fortaleza, alcáçova, igreja, vilas, câmara, conselho, praça, catedral, mosteiro, paço aldeias. A intenção é fazer uma análise conjunta de todos estes itens, sem deixar de lado os indivíduos retratados pelo cronista em seu lugar de fala de um funcionário real.

D. Leonor Teles, rainha e esposa de D. Fernando, de acordo com a escrita de Fernão Lopes, não possuía boa fama para com a população portuguesa. Sua honra ainda foi ameaçada, segundo o cronista, por conta da frequente importância e predileção para com a figura de um cavaleiro específico, João Fernandes de Andeiro, o conde de Ourém. Lopes aponta que D. Fernando via *“os muitos modos per que a Rainha mostrava desordenada afeição e bem querença ao Comde Joham Fernamdez”* (CDJ, I, cap.III p.7) e que pediu a seu escrivão que *“fezesse huua carta pera o Meestre dAviz seu irmão, em que lhe mandava e emcomendava que vista aquella carta, tevesse jeito de matar o Comde”* (CDJ, I, cap.III p.8). Todavia, a morte do mesmo não foi concretizada. A crônica trata de diversas outras tentativas malsucedidas de dar fim à vida de João Fernandes, todas malogradas (CDJ, caps. I, II, III e IV, p. 4-11).

Apresenta-se, assim, uma outra personagem. A cidade de Lisboa tratada pelo cronista quatrocentista é um organismo vivo. E tal conotação pode ser observada a partir do episódio planejado por Álvaro Paes e D. João, mestre de Avis, de dar cabo da morte do conde João Fernandes. Álvaro Paes, segundo Lopes, era *“homem homrrado de boa fazemda, e fora Chamçeller moor delRei dom Pedro e depois delRei dom Fernamdo. Este vivemdo em casa delRei e seemdo muito doemte de gota, veo pedir a elRei por merçee, que desse aquell offiçio a quẽ sua merçee fosse, e o apousemtasse em Lixboa”* (CDJ, I, Cap. V, p. 11). Segundo Maria Ângela Beirante, ao fazer um estudo sobre os grupos sociais apresentados por Fernão Lopes, afirma que *“o termo honrados é extensivo a toda a nobreza, mas somente aplicável a ela. Inclui os nobres, os nobilitados e os que estão em vésperas de o serem, pois reúnem condições favoráveis à nobilitação: riqueza e influência local”* (BEIRANTE, 1984, p. 43).

Nos apoiamos nas análises estruturais da historiadora portuguesa para explicar o que posteriormente ocorre na narrativa de Lopes. O antigo chanceler mor de Portugal, ao tentar convencer o Mestre de Avis a aderir à sua causa de matar o conde Andeiro, afirmou que *“quamto a ajuda do poboo em que o Meestre falou muito, respomdeo ell e disse, que sse o ell*

fazer quisesse, que elle lhe ofereçia a çidade em sua ajuda” (CDJ, I, Cap. VI, p. 14). Posteriormente, o nobre fidalgo de origem da Galiza e que cultivava intenções políticas com o partido de Castela, foi assassinado por D. João e por outros da confiança do Mestre (CDJ, I, cap. IX, p. 22). Entretanto, no momento do confronto é possível perceber a primeira vez em que a cidade de Lisboa demonstra a sua predileção pelo Mestre de Avis. Álvaro Pais prometeu-lhe em conversa a ajuda do povo caso o Mestre fosse a favor do que se intencionava ser feito. Isso só poderia ser feito por homem que possuía uma grande popularidade em meio aos segmentos urbanos. E, assim, Lisboa responde o chamado do seu Mestre.

Segundo conta a *Crónica de D. João I*, um pajem correu a cidade com a notícia de que era D. João quem estava sendo assassinado. *“As gemtes que esto ouviam, sahiam aa rrua veer que cousa era; e começando de fallar huus com os outros, alvoraçavomsse nas voomtades, e começavõ de tomar armas cada huu com melhor e mais asinha podia”* (CDJ, I, cap. XI, p. 24). As populações da cidade correram aos paços do castelo em socorro: *“soaram as vozes do arroido pella çidade ouvimdo todos bradar que matavom o Meestre; e assi como viuva que rei nom tinha, e como sse lhe este ficara em logo de marido, se moverom todos com mão armada, corremdo a pressa pera que sse esto fazia, por lhe darem vida e escusar a morte”* (CDJ, I, cap. XI, p. 24).

Jacques Le Goff, ao tratar da questão da cidade medieval fez uma colocação que muito assemelha-se à situação de Lisboa na escrita do cronista: *“a cidade se entregara ao príncipe. A cidade era uma mulher”* (LE GOFF, 2002, p. 235). Nesta metáfora com a relação conjugal percebemos tradições e situações políticas distintas. A cidade estava sem a presença de um monarca por conta da morte de D. Fernando de Borgonha. Lisboa tornou-se uma cidade real levada à categoria de viúva e que só recuperaria a sua condição matrimonial quando fosse reunida com o seu novo esposo. A metáfora da viuvez também se faz bastante adequada para o momento inicial dos acontecimentos, em que D. João ainda era Mestre da Ordem de Avis e, por este motivo, não casado e apresentado por Lopes como uma figura de monarca ideal.

Na Baixa Idade Média e passagem para a Idade Moderna tem-se uma tentativa de maior afirmação dos reinos europeus tal como territórios consolidados e regulados por uma figura régia cristã. Este é um momento de submersão das histórias locais que levaram os cronistas e habitantes a considerarem as narrativas de suas cidades, aldeias e vilas em detrimento das demais. O caso de Lisboa, colocado em pauta por Lopes, demonstra claramente, como a alegria e chance de luta dos da cidade foi devolvida com a permanência de D. João. A metáfora da

viuvez defende uma relação intrínseca e profunda entre o representante e a cidade, semelhante a uma união matrimonial. Nas batalhas, D. João estaria defendendo a honra de uma “mulher enviuvada”. Lisboa era a principal do reino e sua força é demonstrada na vitória dos conflitos bélicos e na comparação com Jerusalém, tema que será tratado no capítulo seguinte.

Ernest Kantorowicz, ao estudar os escritos jurídicos e teológicos da Idade Média sobre a natureza do poder real, encontra um caminho para afirmar que as teorias políticas sobre o poder também passam pela teologia medieval e da religiosidade cristã. Na Baixa Idade Média, a metáfora do casamento secular, do rei com o seu *corpus mysticum*, toma força e passa a ser considerada uma doutrina distintiva da situação do bispo, que tornava-se *sponsus*, noivo da Igreja. O poder real era encarado tal como um acordo semelhante ao do casamento. Tal analogia “interpretava o fisco como o dote nupcial da república e explicava que o marido estava autorizado apenas a usar a propriedade de sua esposa, mas não a aliená-la” (KANTOROWICZ, 1998, p. 138). Assim, como um casamento era para sempre, a função régia estava presente na vida de uma monarca a todo e qualquer momento sem possibilidade de renúncia. O rei era um escolhido de Deus para ser a cabeça do reino.

Para Fernão Lopes, a cidade de Lisboa era a esposa. Logo, quando fazia a comparação com a situação de viuvez, não fazia mais do que retomar um pensamento compartilhado entre os teólogos que escreviam à época sobre a natureza do poder. Isto é a demonstração de como a retórica medieval lançava as bases para a imaginação e interpretação política. Em um momento posterior da *Crônica de D. João I*, quando Fernão Lopes nomeia diversos fidalgos portugueses e castelhanos que participaram da peleja, a temática citada novamente toma lugar com a apresentação dos que foram mártires. O cronista insere:

E porê a ella como çidade vehuva de rei, teemdo emtom o Meestre por seu deffensor e esposo, podemos fazer pregumta dizendo: Oo çidade de Lixboa, famosa amtre as cidades, forte esteo e collumpna que sostem todo Portugall! Quegemdo he teu esposo? E quaaes foram os mártires que te acompharõ em tua persseguiçom e doorido cerco? (CDJ, I, cap. CLX, p. 343)

E a cidade de Lisboa torna-se protagonista, responde à pergunta do autor em primeira pessoa nomeando a diferenciação entre os “bons” e “maus” portugueses, já citada no capítulo anterior. Na citação das demais cidades, vilas e aldeias que haviam pelejado para defender o reino de Portugal, a própria cidade de Lisboa responde reclamando para si a construção do matrimônio e da sua condição temporária: “*E eu assi vhiuva e descomssollada, nom teemdo outro que me emparasse, senom o Meestre, meu Senhor e esposo, em que era minha grande*

feuz e esperança” (CDJ, I, cap. CLXII, p. 349). Segundo Mariana Bonat Trevisan, a cidade foi genderizada por Fernão Lopes, o que resultou numa demonstração de como o gênero é uma das categorias possíveis de análise para a história política (TREVISAN, 2012, p. 217). A categoria de gênero é associada à cidade. A representação da cidade na forma de um organismo feminino é, diante de tais aspectos, uma mulher.

Portanto, a apresentação da cidade como feminino vem denotar que como uma viúva prestes a encontrar um novo esposo, a mesma deve ser leal, indicando complementariedade e que ambos realizariam suas funções (TREVISAN, 2012, p. 222). Logo, ao possuir voz e poder de intervenção, Lisboa caracteriza seu esposo:

Se me perguntaes de que parentes descemde? – delRei dom Affomssso o quarto he neto. A altura do seu corpo? – de boa e rrazoada gramdeza, e a composiçom dos membros em bem hordenada igualdade com graciosa e homrrada presemça. He de gram coração e emgenho, nos feitos que a minha deffemssom perteçem, e todo meu bem e deffemdimento somente he posto em elle (CDJ, I, cap. CLX, p. 43)

Assim como o dever da cidade e dos segmentos que representava era ser fiel ao seu marido e senhor, a função do governante era bem defendê-la, ter honra e grande coração. Já foi brevemente mencionado que a cidade, além de viúva, é apresentada a partir da ideia de conjunto. Uma noção de que a localidade é composta pela reunião de diversos tipos de “cidadino” envolvendo os mercadores, artesãos, arraia-miúda, cavaleiros e fidalgos. Jacques Le Goff aponta que o morador da cidade “*é um homem acostumado com a diversidade e a mudança. Ele vive no meio de vizinhos e de amigos, numa “privacidade alargada”. [...] Ele também está integrado na comunidade urbana pela participação em numerosas destas que ela organiza, e nas quais se manifesta sua personalidade*” (LE GOFF, 2002, p. 231).

De acordo com a narrativa, Lisboa era vista como a cabeça de todo o reino. Ao fim dos episódios de conflitos, Fernão Lopes decide por dizer os nomes de pessoas que teriam ajudado D. João na defesa de Portugal e afirma a necessidade de nomear “*alguīs fidallgos que com ell ficarom; desi de Lixboa, certos cidadãos, pois ella foi madre e cabeça destes feitos*” (CDJ, I, cap. CLIX, p. 339). Nos trechos que demonstram a preponderância desta cidade sob as demais vilas e aldeias, fica a imagem de comunidade entre os habitantes para alcançarem objetivos em comum. Nas noções de bons e maus portugueses já denotadas anteriormente, a unidade entre os membros torna-se um campo de significação retratado dentro da experiência urbana do

movimento que vinha através do cronista. Esta era uma união entre os componentes da sociedade cristã e portuguesa do fim do século XV.

Ademais, construir a imagem de Lisboa como mãe e cabeça dos feitos do movimento de 1383-1385 também se relaciona com uma intenção de utilizar as metáforas da imagética antropomórfica bastante presente na Idade Média, vide as pesquisas de Ernst Kantorowicz (1998). No caso lopesiano, tal fato consistia em uma tentativa de ver o reino como um organismo administrativo, um corpo em que a maior cidade era a sua cabeça e principal líder das forças. O povo, como a soma de seus membros e o reino português, constituía-se na forma de um corpo. Logo, Lisboa, viúva, mãe e mulher, torna-se a esposa do futuro monarca eleito, D. João I.

Portanto, a cidade é uma pessoa composta pelos segmentos que nela habitam e por este motivo, uma noção de unidade foi elaborada para abarcar estes grupos. Fernão Lopes utiliza constantemente em sua escrita expressões como “*os da cidade*”, “*gentes de Lixboa*” ao longo da crônica, quando quer falar de relações de união dos habitantes da cidade em nome de um ideal comum. Seguem abaixo um dos primeiros momentos da conotação coletiva, quando o Mestre de Avis intenciona sair do reino após ter assassinado o Conde João Andeiro e a população tenta fazer com o que fique para a defesa das guerras que estavam por vir:

Fazendosse o Meestre prestes pera partir, e postas nos navios todallas bitallhas, e feitas as mamjadoiras pera as bestas, eram **todollos da cidade assi os grandes como os pequenos**, abalados em com medrosos pemsamentos. Muitas cousas lhe mostravom claros signaaes de nova guerra; e nehuũs podiam cuidar certamente, omde taaes feitos aviam dhir teer. Eram aimda em este tempo gramdes cuidados nos poboos do rregno, espiçiallmente nas **gentes de Lixboa**, veemdo taaes cousas muito dovidosas, e postas sob esperamça de grande estroioçom da terra (CDJ, I, cap. XIX, p. 40-41).

O trecho acima demonstra que não importa a origem social, todos estão incluídos. A utilização de palavras como povo, povos, gentes, parece ter, na grande maioria dos casos, significação literal e corresponder à totalidade da população de Lisboa. Em outros momentos, fica claro que Fernão Lopes falava especificamente dos segmentos menos privilegiados e estes episódios relacionam-se com o uso da expressão arraia-miúda, ou povos miúdos. Tal situação percebe-se presente quando o D. João decide, após pedidos da população, permanecer no reino de Portugal:

Estomçe ho **comuũ poboo livre e nom sogeito a alguũs que o comtrairo disto semtisse**m, lhe pedirom por merçee que sse chamasse Regedor e

Defensor dos reinos; e ell veendo seu grande desejo, desi o conselho de frei Johane, e dos outros que lhe sobristo aviam falado [...] o meestre disse que era mui bem; e foram em outro dia todos chamados. E sendo assi juntos em aquella Camara da cidade, foi rrazoado por parte do Meestre, **como todo o poboo meudo o rrecebiam por seu rregedor e deffensor**; e que ora era a eles rrequerido se lhes prazia outorgar aquello que todo aquell poboo tinha outorgado (CDJ, I, cap. XXVI, p. 52-53).

Após a vitória contra Castela no Cerco de Lisboa, a narrativa de Fernão Lopes demonstra que D. João começa a conceder diversas regalias para a cidade, como quitar os costumes e direitos dos impostos de portagem de vinho, pão, açougue, lombo, venda de mercadorias, entrada e saída da cidade. Ademais, a população pediu a derrubada do castelo, representando a derrocada dos grupos sociais que haviam perdido acesso ao poder com a escalada do Mestre de Avis. O cronista diferencia povos e fidalgos e insere uma nova categoria, a de cidadãos:

Faladas muitas e desvairadas cousas, assi pelos **fidalgos come todo o poboo**; e posto ante seus olhos o mall e bem que taaes feitos aviinr podia, depois de logos rrazoados que leixar queremos, por vos nom deter, sua postumeira comclusom foi esta: que nom embargando que **todollos da cidade e alguñs fidalgos dos que eram presentes**, tevesse ja rreçebido o Meestre por senhor; e ell se chamasse em seu ditado rregedor e deffemssor; que outra vez novamente o rreçebessem todos por senhor, **assi fidalgos come cidadãos**, e lhe fizessem menagem, come a rregedor e deffensor dos reinos de Portugall e do Algarve; e que o servissem e ajudassẽ com os corpos e averes que cada huñ avia, pois viiam que estavom em tẽpo de o aver mester (CDJ, I, cap. CLIV, p. 324).

O termo “cidadãos” não deve ser pensado tal como uma categoria que englobava todos os moradores da cidade. Nota-se pela narração de Lopes que são justamente os fidalgos e os cidadãos aqueles que prestavam homenagem ao Mestre de Avis, ritual conhecido por ser a instituição da relação vassálica e de fidelidade (BASCHET, 2006, p. 123). Logo, cidadão não era um mero morador da cidade. Segundo Maria Ângela Beirante, “*os cidadãos representam a cúpula da hierarquia do concelho, que se recruta entre os mais abastados e entendidos dos homens-bons. [...] Na guerra, tal como os fidalgos, os cidadãos servem em lanças*” (BEIRANTE, 1984, p. 43). O fidalgo, condição já bem mais conhecida, é o homem que nasce de grandes antepassados, que vem de uma linhagem hierárquica e intenciona perpetuar a tal dita pureza (BEIRANTE, 1984, p. 30).

Assim, é perceptível que na narração do cronista, aquilo que é cidade e o que é o povo estão intimamente relacionados. Mais uma vez, Le Goff aponta que “*a cidade é uma pessoa*,

feita de pessoas que ela modela” (LE GOFF, 2002, p. 232). As pessoas e local estão imbricados numa cultura comunitária feita de coletividades urbanas. Primeiramente, quando o Mestre de Avis precisa de ajuda financeira de algumas das comunidades de Lisboa (comuna dos judeus, mouros, igrejas, Sé, Freguesias) para cunhar moedas, Fernão Lopes apresenta o título do capítulo: “*Como a cidade de Lixboa deu huũ serviço ao Meestre pera ajuda de fazer moeda*” (CDJ, I, cap. XLVIII, p. 98). Posteriormente, quando a população lisboeta fica sabendo da chegada da frota castelhana em Cascais e os seus temores: “*Como foi sabudo pella cidade que a frota viinha, e do que as gemtes por ello fezerom*” (CDJ, I, cap. CXXXII, p. 258) e mais uma vez:

Aaleem desto, outro gram mall que lhes era prestes, convem a saber, **a cidade posta em tanta pressa e angustura**, que nom somente de todo perderiam esperança de sua deffemssom, mais aimda aconteçendolhes tal cousa, de em breves dias cahirem per força nas sanhosas mãos de tam mortaaes emmigos, pera husarem deles a seu livre tallamte (CDJ, I, cap. CXXXII, p. 258).

E já durante o cerco de Lisboa, quando o cronista narra o que acontecia dentro das muralhas da cidade e as aflições que passava a população, podemos notar que a caracterização da unidade da cidade é utilizada na crônica quando Lopes narra episódios que envolvem toda a população, e não mais necessariamente aqueles ligados a algum segmento social. Segue o trecho mencionado:

Toda a cidade era dada a nojo, chea de mesquinhas querelas; sem nehuũ prazer que hi ouvesse: huũs com gram mingua do que padeciam; outros avemdo doo dos atribulados; e isto nom sem rrazom, c asse he triste e mesquinho o coração cuidadoso nas cousas comtrairas que lhe aviinr podem (CDJ, I, cap CXLVIII, p. 307)

Diante de tais aspectos, fica o questionamento: falar de cidade é pensá-la como unidade? Sem moradores, sem segmentos sociais, sem pessoas para ocuparem os espaços públicos das ruas, casas, praças, alamedas, igrejas, câmaras, escolas, a cidade torna-se um aglomerado de edifícios vazios e sem valor cognitivo, sem representação. Os sujeitos compõem os centros urbanos em todas as eras justamente porque a história e as necessidades empíricas do convívio em sociedade fazem disso uma necessidade imperiosa: organizar-se em bairros, comunas, feiras, dioceses, governos, crenças e etnias. Até então discutimos como a cidade medieval de Lisboa apresenta a sua coleção de sujeitos e como o próprio local torna-se um. No tópico

seguinte, analisaremos como as evidências em pedra transformam a cidade numa entidade comunitária.

2. A ESPACIALIDADE DA CRÔNICA DE D. JOÃO I A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DO MUNDO FÍSICO

Segundo Jacques Le Goff, o homem dos centros urbanos é “*receptivo às influências trazidas pelas estradas que desembocam na sua cidade vindas de outras cidades; um homem que [...] cria, ou pelo menos desenvolve e enriquece, suas funções psicológicas e, num certo sentido por meio da confrontação, toma nitidamente consciência do seu eu*” (LE GOFF, 2002, p. 232). Nesses centros urbanos, o castelo fortificado era parte da paisagem e do imaginário dos moradores das cidades, vilas e aldeias. Ele demonstrava que o local ao qual estava presente era governado por um senhor e isto era representado também pelo tamanho das suas dimensões. Materializava-se no alto de uma colina, forte, com torres e grandes portas, possuía função defensiva (LE GOFF, 2002, p. 153).

O castelo é a cabeça de um domínio e representa segurança para o senhor e a sua corte, como uma espécie de residência aristocrática. É o enraizamento do poder no território (BUR apud PESEZ, 2002, p. 159). É desse poder que vem a força para ter autoridade em cima dos moradores tanto urbanos quanto rurais, fazendo com que concentre populações em seu entorno. O prédio do castelo representa o poder político-militar na cidade, cujo o centro é o próprio rei. Dava ao lugar a categoria de cidade-fortaleza, o que outorgava a capacidade de defesa do território às ameaças exteriores e estendia o seu domínio para fora das muralhas. Uma das primeiras menções que Fernão Lopes faz na *Crônica de D. João I* ao castelo de São Jorge ³⁶ é para demonstrar as intenções de tomá-lo. Se a residência real era tomada, solapava-se a estrutura de governança existente e novos grupos poderiam ter acesso ao poder. Conquistava-se o castelo e conquistava-se a cidade e por consequência, o reino português.

³⁶ O Castelo de São Jorge foi construído pelos mouros em meados do século XI e era até a retomada cristã, o último espaço de defesa para as elites. Após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, do século XII ao XVI, o castelo passou por um importante período de desenvolvimento de uma cultura cortesã em suas dependências. Os antigos espaços da era islâmica foram remodelados e aumentados para acolher o rei, sua corte, o bispo e instalar os arquivos e “departamentos” administrativos.

Anteriormente, a crônica narra episódios de hesitação do mestre de Avis em aceitar o posto de defensor do reino de Portugal nas guerras que estavam por vir. Num desses momentos de indecisão, D. João conversa com o Frei da Barroca, monge franciscano que teve uma visão sobre a missão que o mesmo haveria de desempenhar. O religioso deixa claro que

elRei de Castella viinha muito poderosamente ao rregno; e as mais das villas e logares tiinhã ja sua voz dele; e que pera tal defensom como aquella, compria ajuda de muitas gemtes e gram soma de dinheiros pera despesa de solldo; **desi o castello da çidade que era comtra ella**, seer logo tomado, que seeria mui grave de fazem tam a pressa (CDJ, I, cap. XXIV, p. 49).

Percebe-se que no cronista estava presente a analogia de que o castelo da cidade estava contra a mesma. A construção demonstra como o edifício era considerado parte do local, como uma unidade urbana. Posteriormente, em um capítulo dedicado para falar sobre a tomada do castelo, D. João I ao falar com seu conselho, reitera a analogia de que *“era o castello da çidade que estava comtra elle por parte da Rainha; o qual compria muito de seer filhado, por a cidade nã rreçeber dampno per elle dalguũas gemtes, sse viinr quisessem contreella”* (CDJ, I, cap. XLI, p. 79-80). A diferença agora é que o castelo estava contra ele, a figura de poder que surgia em Lisboa para tomar a condição senhorial que outros grupos já possuíam. O castelo torna-se um objeto acima da cidade, faz parte dela, mas o imaginário sobre o mesmo o coloca em uma posição de destaque. O castelo domina o território.

Mais uma vez foi utilizado o artifício de clamar pela ajuda popular para tomar o castelo, disseram por Lisboa que o acontecimento era outro: *“naçeo huũa voz pella çidade, dizemdo, Treiçom! Treiçom! Acorre ao Meestre que querem matar”* (CDJ, I, cap. XLI, p. 80). A população passou a reunir-se do lado de fora da fortaleza dizendo que o edifício deveria ser entregue ao Mestre de Avis. O alcaide, Martin Afonso, vendo a situação instalada e como as pessoas estavam muito agitadas para tomar o castelo, ameaçando matar todos que dentro haviam, entregou a fortaleza sem necessidade de combate. *“Os da çidade como souberom que o castello era peitejado, corriam todos pera alla com armas; e toda aquella noite foi posta grã de guarda ã elle, dormindo arredor do monte com muitas camdeas acesas vellamdo com grande cuidado”* (CDJ, I, cap. XLI, p. 82). É possível perceber como muito significava a questão de possuir o castelo. A primeira ação do Mestre de Avis, segundo conta o cronista, foi mandar derrubar as portas do castelo que davam acesso à cidade: *“foi entregue o castello ao Meestre trimta dias do mês de dezembro; e foi pousar em elle, e mamdouho devassar e tirar as portas da parte da çidade per comsselho de todo o poboo”* (CDJ, I, cap. XLI, p. 82-83).

Logo, na maioria das vezes em que ficamos cientes da existência de outros castelos pelo reino de Portugal, é para contar como os demais foram tomados nas cidades, vilas e aldeias como Porto, Beja, Tomar, Torres Vedras, Sintra, Santa Maria da Feira, Guarda, Évora, Portel, Palmela, Leiria, Alcobaça e entre outros. Assim, é importante perceber que um castelo é um ponto de ancoragem no qual se constrói o poder aristocrático. Ele é coração e mente tanto prático quanto simbólico das camadas mais elevadas (BASCHET, 2006, p. 113). No caso de Lisboa, o castelo de São Jorge localizava-se na Alcáçova, já mencionada aqui anteriormente, e que consistia numa espécie de cidadela ou cidade senhorial; separada da cidade episcopal e do restante, por vezes cognominada de vila (SILVA, 2010, p. 23).

O espaço da Alcáçova, que no período medieval fazia-se presente no Paço Real, possuía função política de governança e era morada dos representantes do poder na cidade. Tal a estrutura, por ser antes de tudo governativa e de habitação do alcaide, encontrava-se também nas demais cidades. No episódio da eleição do Mestre de Avis a rei nas cortes de Coimbra, percebe-se a existência da mesma construção em tal cidade quando Fernão Lopes narra a chegada do mesmo:

Quando o Meestre chegou acerca della, e vio estar a proçissom, deçeosse ell e todollos outros das bestas; e humildosamente ficou os geolhos em terra, e beyjoy a cruz, e veosse de pee com a proçissom; e emtrou pella çidade com gram festa e prazer que com ell aviã; **e levaramno aos Paaços da Alcaçeva hu abia de pousar**; e foi esto no mês de março, hũa sesta feira, tres dias amdados dele, da era ja nomeada (CDJ, I, cap. CLXXXI, p. 390)

As demais localidades por nós identificadas em que o cronista citou a existência de uma alcáçova propriamente dita são Santarém e Almada. Principalmente para citar os locais que haviam sido tomados por D. Juan de Castela e que o monarca tinha deixado aos nobres por comando local de guerra. Uma outra categoria que possui identificação de poder e governança é “paço”. No paço estão concentrados diversos lugares que dizem respeito à administração do reino e não só a morada que é o castelo. Era hospedagem do soberano e também local de reunião do conselho, onde se discutiam assuntos em prol do reino e do povo. Ao tratar das tentativas mal logradas de assassinar o conde João Fernandes, já anteriormente mencionado, Fernão Lopes cita as atividades realizadas por Nuno Álvares na sua decisão de quem era ideal para ajudar no intento desejado pelo rei D. Fernando. Fica clara a existência de mais de um “paço” e como estes são associados à gestão do reino:

feitas suas exéquias e acabado todo, foi huñ dia NunAllvarez ver ho Prioll dom PedrAllvarez seu irmãoo; e depois que lhe falou, e espaçou

huim pouco com alguus fidalgos que hi estavom, **apartousse pelo Paaço soo, a cuidar que avia de seer do rregno que assi ficava deserto e quem ho avia de defemder dalgũs se comtra elle quissem viir** (CDJ, I, cap. IV, p.10)

Já no episódio da morte do Conde Andeiro, D. João desculpa-se com a D. Leonor por ter cometido o ato nos paços da rainha, próximo à sua câmara: “*E por ho eu matar em vossos Paaços, desto vos peço eu perdõ, e nom doutra cousa; ca a morte que lhe eu dei, Deos que he sabedor de todallas cousas, sabe bem que muito ha que me elle tinha merecido*” (CDJ, I, cap. XIII, p. 31). E posteriormente, a mudança de lugar de D. Leonor para a Alcáçova, demonstrando a existência de um paço exclusivo para as funções da rainha: “*E depois que foi bem noite, mandouho a Rainha soterrar o mais escusamente que seer pode na igreja de sam Martinho que he logo jumto; e partiosse essa noite dalli, e foisse pera Alcaçeva pera outros Paaços que allo tinha*” (CDJ, I, cap. XIII, p. 33).

Existiam diversas “categorias” de paços. Antes de tudo, sempre nos dois volumes da crônica percebemos como Lopes está falando dos paços do Castelo de São Jorge, a mais alta construção e que possuía a paisagem e visão voltada para toda a cidade. O castelo estava localizado dentro da Alcáçova (primeira morada ainda da Torre do Tombo), porém, não se resumia somente a isso, havia além do Paço Régio, o Paço Episcopal e os Paços do Conselho (surgido somente no século XIV). No exterior da cidadela, tinha-se o Paço Municipal, onde se reunia a câmara de Lisboa (SILVA, 2010, p. 27).

No que diz respeito ao aspecto episcopal, Portugal nos séculos XIV e XV encontrava-se dividido em dioceses (bispados e arcerbispados), que se subdividiam em paróquias, cada uma destas dedicadas a um santo. Estima-se que o número de paróquias girava em torno de 2500 para todo o reino na época citada. Assim sendo, a Igreja é outro elemento presente no espaço e possui importante caracterização no meio ao qual estava inserido. A Catedral ou Sé, que é a igreja sede do bispo, as demais paróquias e mosteiros impõe-se na cidade com suas grandes construções. Notadamente, todos eram locais de culto e prece, porém eram também de sociabilidade e cultura. Os espaços religiosos concediam à cidade de Lisboa a imagem de uma unidade ordenada e abençoada por Deus. Em Fernão Lopes, os espaços episcopais são palco de episódios relativos ao povo, aos conselhos, aos nobres e à guerra.

As catedrais na Idade Média eram compostas por um conjunto de edifícios que combinavam capelas colaterais organizadas ao redor de um grande claustro interior e uma

tribuna que separava os fiéis dos cônegos (ERLANDE-BRANDENBURG, 2002, p. 177). Existe uma intrínseca relação entre os habitantes da cidade, que frequentam a catedral, e as demais igrejas com estes ambientes. Porém, a catedral, por ser o maior edifício eclesiástico, torna-se centro de várias funções além da religiosa, como intelectual, caritativa, artística e social. Além de cumprir uma serventia simbólica, urbanística e organizativa no âmbito da cidade, as catedrais eram responsáveis por parte do crescimento urbano na Baixa Idade Média (DUBY, 1978, p. 101-102).

Os mosteiros, em especial os pertencentes às ordens mendicantes, estavam presentes nas cidades. Os mosteiros de ordens monásticas eram separados tanto fisicamente quanto ideologicamente do restante da população. Em contrapartida, executavam a famosa função de “mantenedores sociais”: os monges oravam pelo povo, pela família, pelos irmãos espirituais, pelo superiores e pela Igreja de Roma, além de ser mantenedores da cultura e do conhecimento. De acordo com o historiador Jorge Gaspar, os mosteiros nas cidades portuguesas na Idade Média estavam localizados em ambientes periféricos das cidades e vilas. Por tal motivo, acabaram por constituir novos focos de habitação longe dos grandes fluxos citadinos (GASPAR, 1985, p. 139).

Na escrita de Lopes, existe uma diferenciação daquilo que é considerado igreja, na forma de um edifício, e o que é a Igreja de Roma. Uma das primeiras ações do povo de Lisboa como uma unidade, após o assassinato do Conde Andeiro, foi ir de encontro ao Bispo da cidade para que repicasse os sinos da Sé, já que o mesmo acontecia nas demais igrejas: *seemdo toda a çidade ocupada em este alvoroço, e viimdo com o Meestre per junto com a See, foram alguũs nembrados, que himdo per alli, braadarom aos de cima que rrepicassem; e que rrepicãdo em sam Martinho e nas outras egrejas que na See nom quiserom rrepicar* (CDJ, I, cap. XII, p. 27).

Conta o cronista que o Bispo, apesar de ser um grande letrado e bom eclesiástico, era de origem castelhana e conhecido por ser um grande apoiador dos intentos da rainha Leonor Teles. Características as quais a população não apreciava em um contexto de guerra e possuíam intolerância a não apoiadores do que seria a causa portuguesa. Depois de ter sido lançado da torre da Sé,

em esse dia logo alguũas rrefeças pessoas lamçarom ao Bispo onde jazia nuu, huũ baraço nas pernas, e chamando muitos cachopos que o arrastassem, hia huũ rrustico braadamdo deante: *Justiça que mamda fazer nosso Senhor ho Papa Urbano secto, neste treedor cismático Castellaão, porque nom tinha com a samta Egreja*. E assi o arrastarom pella çidade, com as vergonhosas

partes descubertas e o levarom ao Ressio, omde o commeçaram de comer os caães, que nom ousava nehuũ soterrar (CDJ, I, cap. XII, p. 30).

Nos exemplos que foram dados acima, é possível notar como a cidade e os povos da mesma estavam envolvidos na narrativa do episódio. É a conotação que Fernão Lopes intenciona passar ao ver a cidade como a composição daqueles que moram nela, como algo que pulsa, possui sentimentos e atitudes em unidade. Ademais, é passível de percepção também que o edifício religioso, seja ele Sé, Catedral, igreja ou capela era um espaço de comunicação e sociabilidade. Quando a cidade de Porto decide tomar por voz a defesa do reino por D. João, a população miúda decidiu que a bandeira e voz do Mestre fossem levadas pela cidade bradando juntos: “*Arreall!Arreall! por Meestre dAvis, Regedor e Deffensor dos rregnos de Portugall*” (CDJ, I, cap. XLVII, p. 93). Além disso,

amdando assi pella çidade, foromsse aa See, omde grandes tempos avia, que era posto interdito, e nom soterravom nenhuũ; e comeeçaram de tamger os sinos, e fazer dizer missas, e dessoterrar os mortos homde jaziam emterrados, **e tragellos demtro aa egreja, e nehuũa pessoa ousava esto comtradizer** (CDJ, I, cap. XLVII, p. 93-94).

A Sé tornou-se o local de parada final, o que demonstra o magnetismo que exercia sobre os habitantes de conglomerados urbanos na Idade Média. Todas as ruas e passagens convergiam para pontos como as praças, o castelo e a Igreja. Mas a ajuda evidenciada da Igreja não vem só de proteção e lugar estratégico num núcleo citadino. A Igreja, além da ajuda financeira advinda das dioceses, ofereceu seu apoio espiritual em tempos de conflitos bélicos, essa era sua forma de defesa, exatamente a que vinha através da fé: “*Que mais ajuda a egreja o rregno cõ suas orações, que os cavaleiros com as armas*” (CDJ, I, cap. CXV, p. 223). Após o cerco de Lisboa, quando a cidade e os seus habitantes haviam passado por diversas tribulações de morte, míngua de alimentos, peste e entre outros, as edificações eclesiásticas e as devidas instituições oferecem ajuda espiritual e comemorativa:

no seguimte dia hordenarom logo huũa grande e devota proçissom, na qual todos fossem descanllços aos **moesteiro da Triimdade** que he dos muros ademtro do logar; e o homrrado dom Joham Escudeiro, Bispo que emtom era dessa çidade, partio descalço da **egreja cathedrall da See** rrevestido em pontifical com o Corpo de Deos nas mãos, o mais honesto e homrradamente que sse fazer pode, muito acompanhado doordeês e clerezia, e desi do Meestre com todo outro poboo (CDJ, I, cap. CLI, p. 315).

No exemplo dado acima, o mosteiro passa a fazer parte do circuito geográfico da cidade de Lisboa a partir da história contada por Fernão Lopes. Porém, os mosteiros demonstrados pelo cronista a partir da *Crônica de D. João I* são urbanos, com participação ativa na cidade e funcionavam como um local de reunião, estadia e moradia, como uma fonte de rendimentos para a coroa e claramente, como um espaço de encontros e religiosidade. Tal fato se deve porque a crônica é contada a partir do olhar majoritariamente urbano de Lopes. São diversos os citados ao longo da narrativa e que fazem parte do reino: Mosteiro de São Francisco, Mosteiro de São Domingos, de São Bento, Torre de Filhas, de Santa Clara, de Santos e entre outros.

Rita Costa Gomes considera os mosteiros portugueses e suas passagens pelas documentações históricas como “*espaços residenciais, que no caso dos monarcas portugueses apresenta, nesta época medieval mais tardia, carácter pouco duradouro, com estadas esporádicas*” (GOMES, 1995, p. 274). Além disso, segundo Marc Bloch “*não havia castelo, aldeia ou mosteiro que não pudesse ter a esperança de receber algum dia a visita de gentes de passagem, elos vivos de ligação com o vasto mundo*” (BLOCH, 1987, p. 81). O mosteiro em Lopes é também um espaço de reunião. Ao narrar como o Mestre de Avis decidiu por ficar no reino de Portugal e aceitar o título de regedor e defensor, decidiu fazer com que a população

se juntassem todos aquell dia no moesteiro de sam Domingos, pera lhe aver de falar o que sobrello emtemdia de fazer em rrazom de sua ficada, por que tanto era rrequerido; e elles disserom que lhes prazia muito. Juntos esse dia muito poboo da çidade em aquel moesteiro, propôs o Meestre como sse emtemdia partir do rregno [...] (CDJ, I, cap. XXVI, p. 52)

Mosteiros também eram locais de moradia quando algum sujeito chegava ao fim de uma vida pública. É o caso da rainha Leonor Teles, levada presa por D. Juan para viver até o fim de sua vida em um mosteiro em Castela, afastada de qualquer cargo ou decisão real. “*Pos elRei este feito em comsselho [...], dizemdo que lhe parecia rrazom e aguisado de premder a Rainha sua sogra, e mandar pera Castella, pera alguũ Moesteiro, e nom comssemtir que mais estivesse em Portugall, por as cousas que aviam aconteçido*” (CDJ, I, cap. LXXXIV, p. 161). Nos deslocamentos de comitivas reais ou exércitos, os mosteiros normalmente funcionavam como estadia: “*chegou elRei a Coimbra e muitas gentes com elle, e pousou nos Paaços de samta Clara junto com a pomte da çidade; e o Comde de Mayorgas dentro no Moesteiro, e o Comde dom Pedro em Samta Ana [...]*” (CDJ, I, cap. LXXVIII, p. 149).

Em tempos de conflitos, os órgãos eclesiásticos e monásticos tornam-se fontes de rendimentos para a coroa:

chamou o Meestre todollos da çidade, e hordenarom de sse tirar huū pedido de çem mil livras de moeda antiiga pera paga do solldo das gemtes darmas, do qual nom foram escusados clérigos nem frades, nem pessoa algũa por homrrada que fosse; e afora o que cada huū clérigo pagava por ssi, segumdo a rremda de seu benefiçio, todallas egrejas e moesteiros derom ajuda de prata em cruces e callezes e outros ornamentos pera fazer a dita moeda (CDJ, I, cap. CXXXVIII, p. 274).

Nenhuma monarquia na Idade Média poderia prescindir da força do poder espiritual, isso incluía as instituições eclesiásticas e as suas sedes, quem as compunham. “*O peso topográfico da Igreja impõe-se na cidade: a ocupação do solo pelas igrejas, capelas, mosteiros e conventos*” (SILVA, 2008, p. 26). Ao mesmo tempo, existem demais exemplos de poderes e suas sedes, como os mesmos se apresentavam e o que significavam, seja espacialmente ou de maneira administrativa. São estes os corpos consultivos das câmaras e dos conselhos.

Assim, procuramos pelas evidências de diversos lugares/termos e como os mesmos são percebidos pelo cronista Fernão Lopes. No caso de “*câmara*”, encontramos principalmente uma denominação para tratar do espaço em que os reis e rainhas dormiam e recebiam os mais próximos para conversas e reuniões. Não sempre como um local que funcionava como um órgão administrativo de câmara municipal ou de artesãos/mercadores. Normalmente, a câmara era também o espaço onde os membros da corte entravam em conselho e decidiam sobre o futuro do reino. No momento em que D. João decidiu-se por ficar no reino de Portugal e trabalhar em sua defesa dos conflitos que estavam por vir, as pessoas da cidade “*disserom logo ao Meestre, que por quanto na çidade avia muitos homrrados cidadõas, que alli nom estavom presentes; que fossem chamados aa **Camara do Comsselho**, e que lhe fosse todo rrazoado e preposto quanto alli fora dito*” (CDJ, I, cap. XXVI, p. 53).

Após a vitória dos portugueses na situação do cerco de Lisboa, Nuno Álvares chega a cidade e vai logo ter com o mestre sobre as ações que devem ser tomadas para garantir a vitória final portuguesa sobre os castelhanos, ambos percebiam que o rei de Castela faria outras investidas.

E em fim de suas rrazões, NunAllvarez numca sse quis levamtar ataa que o Meestre comssemto de lhe beijar as mãos; **emtom se levantou e foromsse ambos pera a camara**, omde fallarom per alguūs dias que hi esteve muitas cousas, no provimento da guerra em que eram postos e esperavom de seer (CDJ, I, cap. CLIII, p. 322)

Uma situação parecida acontece com a palavra “conselho”. A mesma nos aparece como o momento em que o rei ou o mestre de Avis “tomam conselho” com os seus respectivos grupos de apoio durante os períodos de conflito em que estavam em itinerância. Como Lopes estava intencionado em demonstrar um D. João sempre em contato com as camadas mais populares, as reuniões de conselho, no local a elas reservado, talvez não fossem um fato que o cronista desejava demonstrar. Sem deixar de ter em vista que num primeiro momento D. João não possuía acesso a tais locais de governança. O espaço dedicado aos Paços do Concelho surgiu na primeira metade do século XIV, ocupando parte da capela de Santo António próximo à Sé de Lisboa (SILVA, 2010, p. 297).

Após a primeira vitória sobre Castela, o mestre de Avis concedeu diversos privilégios a cidade de Lisboa, já mencionados anteriormente. Todos os moradores,

assi fidalgos come çidadaãos, e lhe fezessem menagem, come a rregedor e deffensor dos reinos de Portugall e do Algarve; e que o servissem e ajudassẽ com os corpos e averes que cada huũ avia, pois viiam que estavom em tẽpo de o aver mester. **E amsi que fossem chamados aquelles Conçelhos que por Portugall mantinham voz;** e todos em Coimbra com os fidalgos e prelados que hi fossem juntos, falassem sobre o provimento da guerra, e domde sse poderiam aver as despesas pera ella neçessarias (CDJ, I, cap. CLIV, p. 324).

Na tentativa de encontrar vestígios da terminologia “*fronteira*” e entender como os medievos portugueses entendiam tal denominação, esta é utilizada para falar de limite de domínios entre outro caso específico de Nuno Álvares: “*Soube NunAllvarez. que estava em Palmella, como se levamtara elRei do çerço e estava em Samtarem, e prouguelhe muito com taaes novas; e foi certificado que elle fezera hi allardo de pouca gemte nom bem corregida pera rrepartir pera suas frõtarias*” (CDJ, I, cap. CLII, p. 320). Ou quando o mesmo senhor cobrou a vila de Portel em nome do Mestre de Avis, “*porque Portell estava por Castella, porque era logar de sua frontaria, e omde ell muito comarcava; e disse que sse trabalhasse de o poer em obra, e que o Meestre lhe faria por ello muitas merções*” (CDJ, I, cap. CLVII, p. 334). Existe a tentativa de defender as fronteiras/frontarias, sejam elas do reino ou somente das terras de Nuno Álvares. Eram territórios portugueses, concedidos pelos reis aos seus vassalos, logo a necessidade de confirmar estes espaços e manter a posse destes era importante. Diziam respeito a própria existência de Portugal como tal.

Podemos notar que a denominação que mais se encontra presente na escrita lopesiana é a de frontaria. Essas regiões eram escolhidas em momentos de guerra, sendo designados e

nomeados líderes militares para tais zonas com intenção de posto avançado de defesa. No caso de Portugal, estas eram definidas somente em tempos de conflitos. Findam-se os conflitos e tais áreas não se tornavam centros administrativos com paços reais. Existiam frontarias em todas as regiões do reino em Portalegre, Elvas, Vila, Viçosa, Beja, Entre-Tejo-e-Odiana e entre outros. Enquanto isso, nas zonas fronteiras, a peleja organizava-se ao longo dos castelos e fortificações na direção do Minho até o Algarve (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 345).

Segundo A. H. de Oliveira Marques, as questões relativas a fronteiras, que eram tão importantes em outros reinos europeus nos séculos XIV e XV, em Portugal não possuíam uma relevância tão preponderante. A definição dos limites com o reino de Castela foi lentamente gestada ao longo dos reinados de D. Dinis (1261 – 1325), D. Fernando (1345-1383) e D. João I (1385 – 1433), porém eram repetidamente desfeitas por acordos e tratados em períodos de conflitos (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 333).

Porém, nem todos espaços físicos são feitos de pedras ou são resultados de construções humanas. O rio Tejo, para o qual Lisboa se abre e depende de sua navegabilidade para o comércio, aparece na *Crônica de D. João I* a partir dos eventos que nele ou por conta dele acontecem. O rio era encarado tal como um símbolo, estava presente no imaginário dos habitantes da cidade, fez parte dela, de sua construção e expansão urbana (ARAÚJO, 1990, p. 23). Este dava à Lisboa e seus habitantes, por possuir um porto de grande importância local, um caráter mais urbano e mercantil. Logo, a defesa do rio e do porto era necessária para garantir a integridade da cidade e seus moradores. Pelas suas águas chegava trigo, vinhos e cevada, fazendo com que a resistência fosse ainda político-econômica. Com a chegada das forças castelhanas sobre Lisboa, parte dos enfrentamentos anteriores ao cerco aconteceram em naus e galés no rio. Do lado português do combate, vinham a frente cinco naus. “*Depois destas çimquo naaos, viinham as galles todas juntas, pavesadas e apemdoadas; e tras as galles viinham doze naaos; e a viraçom ventava temdemte ao lomgo do rrio, muito de viagem pera poder entrar*” (CDJ, I, cap. CXXXIII, p. 261).

Posteriormente, Lopes insere a partir da narrativa do conflito a sua opinião e destaca sobre a topografia do rio: “*Oo que fremosa cousa era de ver! Em tam pouco espaço, através dhuū tam estreito rrio, ver çimquoemta e sete naaos, e trimta gallees, todas armadas e bem corregidas, com desejo de empeeçer huūas aas outras! Oo que dia de tamto cuidado!*” (CDJ, I, cap. CXXXIII, p. 263). O rio era (e ainda é) um elemento integrante na paisagem urbana de Lisboa, fazendo com que sempre estivesse presente nas representações sobre seu território. As

descrições as quais fizemos para iniciar as análises do capítulo, demonstram como a cidade estendia-se pelo rio e como este apropriava-se legitimamente do espaço cidadão. O rio faz parte do imaginário coletivo pois o mesmo reflete a sua função, a história do local e o papel que exerce em viabilizar o desenvolvimento econômico. O rio Tejo estava para Lisboa conforme o seu crescimento e os habitantes o incorporaram como símbolo; um deles o próprio cronista.

Além do rio, um outro espaço possui grande protagonismo na *Crônica de D. João I*: a praça pública. Na Idade Média, a praça emerge como elemento de atração de todos os segmentos sociais e perto dela encontram-se os mercadores, os artesãos, as feiras. Era o local que, segundo Jacques Le Goff, a cultura tinha a seu dispor (LE GOFF, 1992, p. 206). A praça era um espaço de sociabilidade e onde os encontros, a comunicação e a língua tomavam seu lugar. Notadamente a partir de uma *“linguagem familiar, que formavam quase uma língua específica, inutilizável em outros lugares, nitidamente diversa daquela da Igreja, da corte, dos tribunais, das instituições públicas, da literatura oficial, da língua falada das classes dominantes”* (LE GOFF, 1992, p. 206).

A praça era um ponto de encontro cultural entre dois mundos: o erudito e o popular. Eram amplas e segundo Lewis Mumford, historiador americano, as praças reinvestiram a função da ágora ou do fórum presentes no mundo antigo (MUMFORD, 1998, p. 334). A praça é a morada da cultura urbana, das trocas, do mercado e da criação. Também era palco das interpretações teatrais, dos torneios, de anúncios e comunicados, da condenação e absolvição de criminosos. Na escrita de Fernão Lopes, acepções diferentes da palavra foram encontradas. Em muitos dos momentos, a palavra vinha acompanhada de expressões como “fazer praça”, “pôr em praça”, com as devidas conjugações verbais na intenção de conotar informações que estavam sendo levadas ao conhecimento de todos, que se tornavam públicas. Logo, no prólogo da sua obra, Fernão Lopes faz uso do termo ao falar dos seus intentos:

os claros feitos, dignos de grande rreembrancha, do mui famoso Rei do Joham seemdo Meestre, de que guisa matou o Comde Joham Fernamdez, e como o poboo de Lixboa o tomou primeiro por seu rregedor e deffensor, e depois outros alguũs do rregno, e dhi em deamte como rregnou e em que tempo, breve e sãmente comtados, **poemos em praça** na seguimte hordem (CDJ, I, Prologo, p. 3).

A existência de tal expressão provavelmente atesta a importância na Idade Média que possuía o ambiente da praça pública, local de encontros de funções urbanas. Na narração do assassinato da abadessa, por esta ser serva e parenta da rainha D. Leonor, em Lisboa pelas mãos

da população, vemos a utilização de duas conotações diferentes da palavra “praça” no mesmo parágrafo, tanto do nível de publicidade como de espaço, sem que a compreensão do evento fique prejudicada. Após a morte da superiora, a população

Estomçe a leixaram assim jazer na Praça, e foram comer, e buscar outros desemfadamentos; e acerca da noite veherom aquelles que a matarom; e lamçaramlhe huū baraçõ nos pees e levaromna arrastamdo ataa o Ressio, acerca do curral das vacas; e leixamdo ali aquell desomrrado corpo, alguūs que de sto ouverom sentido, o tomarom de noite e **soterrarom na See ascomdidamente, ca doutra guisa nom eram ousados de o fazer de praça** (CDJ, I, cap. XLV, p. 92).

A cidade funcionando como um organismo repleto de sentimentos e sensações que se tornam públicas insere mais um elemento urbano em suas narrativas: a rua. De acordo com Maria Lúcia Perrone Passos “*a rua, em Lisboa, não só é estreita e retorcida, como ainda aparece recoberta de construções, de passadiços, metendo por corredores entre os quarteirões irregulares das casas apinhadas*” (PASSOS, 2014, p.58). Habitantes, animais, mercadores, nobres e artesãos caminhavam livremente por essas ruas. Porém, a rua não é somente passagem ou caminho, a rua é o lugar do tumulto, do motim, da desordem. Os elementos da vida cotidiana desembocam para as ruas e daí explica-se como em quase todas as representações literárias e históricas a rua toma o seu lugar, pois ela é palco da vida pública. As ruas obrigam e ensinam a conviver em comunidade.

Normalmente, a imagem construída em relação às ruas na Idade Média é de muita desordem, sujeira, caminhos tortuosos e barulho. Eram repletas de balcões, tabuleiros que espaçavam pelo lugar com vendedores e mercadorias. Iria Gonçalves, estudiosa portuguesa, demonstrou que em relação à Lisboa e às principais cidades da Europa na época, a poluição citadina tornou-se um problema real. A rede de esgotos era praticamente nula e a pavimentação inadequada. O chão era de terra batida (o que facilitava o acúmulo de lama em tempos de chuvosos) e a qualidade das calçadas não era excelente. Somente a partir do século XIV, começou-se a ter uma maior preocupação com a urbanidade das vias e passaram-se a abrir novas ruas com traçado e caminhos mais largos, com edifício mais cuidados (GONÇALVES, 1996, p. 121-122)

As ruas demonstravam o lado público da vida cristã no mundo ocidental e ocupavam um lugar diferente do recém adquirido na era dos transportes (MUMFORD, 1998, p. 335). Eram o local de trânsito, comércio, mas também era do divertimento: jogava-se, justava-se e dançava-

se na rua nos momentos de torneios e cerimônias. Elas demonstravam o tecido urbano de uma Lisboa de caminhos sinuosos e entrelaçados de uma cidade dividida em bairros que se identificavam a partir de suas crenças, sejam estas cristãs, judaicas e muçulmanas. Na obra de Fernão Lopes, em todos os momentos em que existe um evento público, em que o povo e a cidade tornam-se protagonistas, a rua torna-se também parte da narrativa. Maioria das vezes são acontecimentos em que o povo miúdo é conclamado para tomar parte em alguma ação que será definidora da história de D. João e sua ascensão ao trono português contada pelo cronista.

No episódio da morte do Conde Andeiro, já anteriormente mencionado, Álvaro Paes arma a estratégia de anunciar pela vila de Lisboa que quem estava sendo assassinado era o Mestre de Avis. Assim, o pagem do antigo chanceler sai pela cidade convocando as gentes para a insurreição popular, já que estavam tentando “matar” o Mestre de Avis e o povo responde o chamado. “*As gentes que esto ouviam, **sahiam aa rua ver que cousa era; e começando de falar huūs com os outros, alvoraçavomsse nas voohtades, e começavõ de tomar armas cada huũ com melhor e mais asinha podia**”* (CDJ, I, cap. XI, p. 24).

Álvaro Paes também bradou pela cidade e “*a gente começou de sse juntar a elle, e era tanta que era estranha cousa de veer. **Nõ cabiam pelas ruas primçipaaes, e atravessavom logares escusos, desejando cada huũ de sser o primeiro***” (CDJ, I, cap. XI, p. 25). A rua é o espaço da concentração de gentes de todos os tipos para que as informações fossem passadas, para que decisões coletivas, sem julgar os seus meios e resultados em um âmbito de anomia social, fossem tomadas pensando o futuro de governabilidade da cidade de Lisboa. As travessas e vias também aparecem com efeito de descrição do ambiente.

Um exemplo da situação acima é quando o rei de Castela chega sobre Lisboa e passa a montar o acampamento para o cerco. O rei levantou sua tenda próximo a um mosteiro feminino, de Santos pertencente a Ordem de Santiago, que ficava do lado de fora da cidade numa distância de dois tiros de besta (CDJ, I, cap. CXIV). Ao redor da tenda de D. Juan, as dos nobres senhores que com o rei vinham eram também levantadas. “*Todallas outras gentes apousemtarom suas temdas per Alcamtara, e per Campolide, e per a comarca darredor, **em grandes e bem hordenadas rruas, e todas em cima com bamdeiras e pemdões de desvairadas armas e sinaaes***” (CDJ, I, cap. CXIV, p. 219).

No acampamento do rei de Castela e das forças que com ele seguiam abundavam os ricos panos e lã das mais variadas maneiras. Existia a “*rua de molheres mumdayras*” e “*rrua em que se vendiam e adubavom muitas armas; e outras de mercadores christãos e judeus,*

em que achavom panhos e sayos e outras cousas a vender” (CDJ, I, cap. CXIV, p. 220 - 221). A rua, mesmo quando esta é um caminho que passa por um acampamento provisório, é reflexo resultante das estruturas presentes nas cidades medievais dos séculos XIV e XV: mercadores, artesãos e prostitutas. As casas e o seu ordenamento, as ruas e seus serviços ofertados constituem as cidades, vilas e aldeias.

Esses mesmos espaços também são locais de prazeres, de conversas, celebrações e festejos, tabernas, igrejas, escolas e até mesmo em cemitérios (LE GOFF, 1998, p. 25). São espaços dados ao cerimonial. Quando D. João foi alçado rei, foi pelas velas e travessas que lançaram seu pendão e não somente em Coimbra após a decisão em Cortes, mas em outras cidades e vilas que também tinham tomado sua voz.

Espeçialmente ã Lixboa, homde foi feita hũa mui homrada e sollêne proçissom que partio da See e foi a Sam Domingos; e depois de comer com muito prazer e alegria, trouverom bamdeira pella çidade, com muito jogos e trebelhos, apregoamdo: Arreall! Por elRei dom Joham! E alçarom emtom na rrua Nova por tavollado, huũ gramde e alto mastro de carraqua da parte do mar, **de guisa que nom torvava a rua** (CDJ, I, cap. CXCII, p. 424).

As imagens da cidade que nos são apresentadas por Fernão Lopes a partir das igrejas e da Sé, mosteiro, alcáçova, paço, castelo, fronteiras, praças, o rio, as ruas e etc., são representações dos habitantes da cidade e as significações urbanas que a estes espaços são dadas. A vivência urbana e o espaço ao qual ela se encaixa são uma experiência de tempo e estão construídas e definidas por tudo o que caracteriza esse tempo (PASSOS, 2014, p. 71). Assim, a ideia que nos é transmitida por Fernão Lopes trata-se menos da descrição dos espaços em si e mais da relação dos habitantes com a cidade. Como Lisboa se apresenta para os miúdos, para os nobres, para os que lutam em sua defesa e para o futuro monarca, D. João I. Lisboa é resultado da ímpar unidade dos habitantes da cidade nos espaços, desempenhando funções diferentes no desenrolar da narrativa lopesiana. As muralhas, as paredes das casas, das igrejas/capelas, do castelo e o calçado das ruas e praças estão impregnados de memórias de ações coletivas contadas a partir de pontos de vistas diferentes. A cidade é objeto da compreensão e percepção de seus moradores.

Segundo a história nos contada a partir do ponto de vista de Fernão Lopes, para o miúdo a cidade se passa através do seu chamado para o protagonismo, para fazer o movimento das ruas e perceber os acontecimentos que envolviam as ações dos nobres fidalgos e ser diretamente afetados por elas. É perceber a cidade no seu momento de fome, de conflito, de penúria de

alimentos, de revolta popular, mas também de viver a cidade como festejo, celebração e consolidação de novos tempos e renovação de esperanças. Enquanto que na situação do Mestre de Avis, que posteriormente torna-se D. João I de Avis, a cidade é o espaço de sua escalada social e confirmação de poder pessoal que se transformou em régio. Ela é palco de suas hesitações e vitórias. É do âmago lisboeta que vem o clamor popular que apoiou sua ascensão. Logo, Lisboa para D. João é um espaço coletivo de prática de governabilidade e a chance de exercer sua ameaçada legitimidade.

Para Fernão Lopes e a história que ele intencionou contar, Lisboa é antes de tudo memória. Lembranças contadas e cantadas nas ruas, nas tavernas, igrejas, praças e mercado através da recolha de relatos orais. A cidade é um documento, um laboratório para que o seu objeto de investigação – não científico e impregnado de intenções políticas, claramente – fosse percebido como elogio dinástico. É do alto da Torre do Tombo, nos paços da alcáçova, que ao ler e procurar por documentos, o cronista enxergava uma cidade repleta de diferenças e origens cristãs, judaicas e muçulmanas que se estendiam ao longo do rio e que era aberta ao mundo exterior. Foi visualizando a paisagem que o cronista mentalizou as imagens dos conflitos, dos tumultos, das procissões, missas e das comemorações. Entre Lopes e Lisboa aconteceram profundas trocas entre o observador e aquilo que é observado.

Então, como pensar tempo e espaço como entidades que caminham juntas? Como dois vetores que condicionam um ao outro sem deixar de lado as particularidades. Os tempos do rei, da corte, do povo e dos clérigos combinam-se no ambiente em que cada um desses segmentos sociais exercem suas habilidades e executam suas funções. Tempo e espaço combinam-se através do cerimonial presente em missas, procissões, casamentos, entradas, sermões e os deslocamentos do povo e seu monarca. Ambas as categorias se fazem presentes quando um ambiente é caracterizado tal como um território privilegiado para a efetivação de um novo reinado divino na terra. Na escrita de Fernão Lopes, D. João I é apresentado como um consolidador de um novo capítulo da história bíblica e cristã, e seus seguidores são apresentados como apóstolos escolhidos para levar sua mensagem na confirmação de um Evangelho Português.

Essa mensagem messiânica – que fala de tempo e da edificação de uma nova era através de uma idade milenarista - constrói-se dentro da escolha de um espaço como um palco para a confirmação de um projeto político dinástico. No quarto capítulo desta análise, temos por intenção tratar e analisar como tempo e espaço combinam-se através das mensagens

messiânicas e milenaristas. A corte e o povo possuem tempos e espaços que são diversos, mas que em situações de cerimonial e comemorações passam a estar brevemente juntos construindo uma inteligibilidade do que estava caracterizado como uma sociedade que se voltava para o espaço e o tempo de um monarca.

O poder, as funções políticas exercidas e o cerimonial faziam com que a cidade se fizesse em ritual, tal como em espaço público de espetáculo, procissão e ritos de passagem (ARAÚJO, 1990, p. 19). Por fim, intencionamos perceber como as construções do messianismo e milenarismo expostas pelo cronista, defendem a escolha de um espaço na terra para a consolidação do reino eterno através de um líder escolhido. Compreender as analogias feitas por Fernão Lopes através da consolidação do Evangelho Português. É de nossa intenção demonstrar no capítulo seguinte como tais categorias, tempo e espaço, interagiam através dos tecidos sociais presentes no Portugal medieval dos séculos XIV e XV.

CAPÍTULO 4

TEMPO E ESPAÇO NA *CRÔNICA DE D. JOÃO I*: A TRANSFORMAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL EM DESTINO

Tempo e espaço são categorias culturais. O tempo possui direção, projeção e apresenta temporalidades diversas que se sobrepõem umas às outras. Ele é construído, apropriado e a sua representação não está só no domínio do imaginário. Logo, a percepção das diversidades de tempos faz com que homens e mulheres passem a perceber o espaço na forma de um horizonte aberto para a possibilidade de adaptações e construções, sejam estas físicas, como cidades (já abordado no capítulo anterior), ou do regime do imaginário, através da elaboração de histórias e eventos que se relacionem com ideias escatológicas e providencialistas.

O nosso objetivo neste último capítulo é apresentar como as noções de tempo e espaço construíram metáforas e realidades combinadas na escrita de Fernão Lopes, a partir da fonte analisada, a *Crônica de D. João I, primeira e segunda parte*. Já elaboramos como uma cidade representa a síntese do reino e da afirmação do poder real. Assim, a mesma irá reunir, através de seus símbolos e ritos, diversos atributos de legitimação real e cristã, como festas litúrgicas, torneios, procissões, casamentos, entradas. Neste caso específico, vamos analisar os ritos e o cerimonial presentes na eleição de D. João I ao cargo de rei nas cortes de Coimbra.

Diante de tais aspectos, muitos pensadores deixaram suas marcas no que diz respeito ao estudo dos ritos. Arnold Van Gennep ficou conhecido como o pesquisador que incluiu a temática dos ritos nos estudos da Antropologia Social. Estudioso francês que se destacou no início do século XX, introduziu os ritos da passagem a partir da perspectiva de que mesmo as sociedades modernas possuem seus rituais, interpretando-os como um elemento crítico e chave do intercâmbio social humano (GENNEP, 2013, p. 160). Os mesmos funcionam como etapas de um ciclo da vida, que demarcam momentos e características de atos políticos, sociais, teatrais, religiosos, messiânicos, revolucionários e entre muitos outros. Gennep foi o primeiro a pensar os rituais como autônomos e possuidores de um tempo e espaço próprios. A buscar a significação essencial dos ritos e cerimônias (GENNEP, 2013, p. 162).

Muito influenciado por seus estudos foi Jean-Claude Schmitt, um dos historiadores medievalistas que se debruçou sobre o estudo das categorias de rito e ritual. O mesmo construiu a noção que “o rito é uma sequência ordenada de gestos, sons (palavras e música) e objetos,

estabelecida por um grupo social com finalidade simbólicas” (SCHMITT, 2002, p. 415). Cruzando a antropologia e a história, o pesquisador francês apontou que com os ritos e os rituais é notório “*lembrar a extrema diversidade de todas estas encenações, de acordo com os meios sociais, as circunstâncias, o grau de solenidade, a despesa efetuada, o que se pode perder ou ganhar*” (SCHMITT, 2002, p. 415-416).

Ainda assim, é importante ter claro que o trabalho antropológico em relação aos rituais é diferente da pesquisa realizada em história. Historiadores possuem somente registros e descrições históricas, não são testemunhas oculares dos processos ritualísticos que narram e analisam. O foco do pesquisador em história são documentos oficiais, literatura, relatos, narrativas, notícias de impressos e as conjecturas que podem ser feitas de tais fontes. E muitos dos méritos apresentados em tratar de tal temática a partir de um olhar historiográfico vêm da investigação realizada pela Antropologia Histórica, com destaque para Jacques Le Goff e os medievalistas da *École des Annales*.

As relações que passaram a existir entre ambas as disciplinas de investigação deram à história a possibilidade de interpretação de comportamentos sociais e suas simbologias, de realizar perguntas sobre eventos familiares que eram considerados menos importantes, de indagar-se sobre desenvolvimento da história da vida cotidiana, dos costumes, da alimentação, do corpo e entre outros. Em casos mais específicos, deu aos historiadores a possibilidade de ver a efetividade do poder fora das esferas em que ele normalmente anuncia-se. A antropologia histórica mostra que existem situações simbólicas, corpóreas e de caráter sagrado que devem ser levadas em questão (vide Marc Bloch em *Os reis taumaturgos*) (BURGUIÈRE, 2011, p. 306).

Os ritos que fazem parte da vida cotidiana, religiosa e as suas respectivas culturas também foram uma nova perspectiva de estudo inserida pela Antropologia Histórica. Portanto, notamos que em relação à pesquisa em História Medieval os ritos estão imersos no seu tempo próprio de duração (pausas, momentos de tensão), estão vulneráveis a mudanças no decorrer histórico a partir de suas lentas gestações e possuem concretização na igreja, na praça, num salão do castelo, nas ruas, num torneio. Ou seja, os rituais se fazem presentes no espaço, pertencem ao espírito histórico e apresentam-se tal como ciclos que desejam se marcar e revelar. Diante de tais aspectos, por abarcarem tanto o tempo quanto o espaço, é que os ritos e rituais devem ser investigados pelas funções que exercem, quem participa dos mesmos e como atingem a sociedade.

Logo, quando entramos na esfera da análise do poder e as relações presentes neste, utilizamos o cerimonial para designar uma série de usos e costumes que são práticas referentes à vivência das cortes monárquicas, colocadas em pauta por líderes e seus séquitos e que possuem efetividade no tempo e no espaço. Em pesquisa que trata sobre os costumes das cortes portuguesas nos fins da Idade Média, Rita Costa Gomes caracteriza o cerimonial como uma realidade dividida em dois aspectos:

Por um lado, um discurso particular através do qual se faz a transmissão dos usos de uma corte determinada, mas inserindo-os numa construção normativa cuja enunciação é geralmente da responsabilidade do próprio monarca. [...] O que nos traz à segunda acepção da palavra cerimonial, ou seja, o conjunto de práticas rituais de uma corte, organizadas de forma sistemática (GOMES, 1995, p. 297).

Concordamos com a historiadora portuguesa quando especifica que a diferença entre as expressões “cerimonial” e “ritual” designa universos simbólicos distintos. As cerimônias relativas à corte circunscrevem uma manifestação particular de um grupo específico; enquanto que os usos e costumes tradicionais pertenciam ao povo. Norbert Elias nos demonstra que não há cerimonial algum, ritual algum que não seja determinado pelas necessidades e objetivos em comum de um grupo (ELIAS, 2001, p. 139). Ou seja, os segmentos políticos e sociais ditam, de acordo com suas precisões, os aspectos ritualísticos e teatrais a serem apresentados. As encenações possuem intenções ocultas com objetivos a serem alcançados e mensagens que eram repassadas.

Segundo José Carlos Reis, “*o tempo do ritual é um começo sagrado: o presente une-se ao passado em um presente intenso, em um instante eterno*” (REIS, 2009, p. 32). Na esfera religiosa medieval, a sucessão dos acontecimentos baseada de acordo com um fim último, o messianismo e o providencialismo, ocupam lugar de experiência na vida humana. A narrativa messiânica é teatralizada e os participantes que são símbolos chave passam a possuir uma personificação sagrada. O participante identificado tal como um messias permanece através do tempo e a sua espera delonga-se até o seu aparecimento. O tempo messiânico é “*o espaço entre o que espera e o esperado*” (DESROCHE, 2000, p. 19-20).

O messianismo das metáforas de Fernão Lopes inclui a vertente providencialista, que é otimista. O mesmo efetiva a crença em um momento de bonanças para os habitantes do reino português. A figura de D. João, transformada em messias consolidador de uma grande era na história portuguesa, apresenta um sentido histórico e sociológico no seu cerne. A figura do

salvador vem através do advento de um novo reinado. É um messianismo de um tempo de espera, da chegada de um líder em espaço escolhido.

Na *Crônica de D. João I* é possível perceber ainda um ambiente ritualizado e lentamente apresentado ao longo da obra lopesiana. Seja através das agitações sociais em que o povo denuncia eventos de forma teatral, ou nos ambientes de corte em que podemos encontrar como o cerimonial litúrgico foi intimamente imbricado com o de características e intuítos políticos. Ao longo deste capítulo, iremos apresentar como as temáticas providencialistas e as de cunho cerimonial possuem as suas respectivas efetivações no tempo e no espaço. Messianismo e rituais cumprem funções no campo simbólico, designando funções, acontecimentos e apresentando intenções políticas legitimadoras. Os momentos e os eventos são vivenciados na forma de comunicação e transformam espaço e tempo em palco de uma encenação. Por fim, é de nosso objetivo mostrar como ambas as categorias possuem atribuições de papéis históricos construtores de memória.

1. RITUAIS E CERIMONIALÍSTICA PRESENTES NA *CRÔNICA DE D. JOÃO I*

O tempo em que cresceram as cidades durante a Idade Média corresponde também ao fortalecimento da figura dos reis, em meados do século XII. Tais monarcas, com atribuições diferentes de acordo com os reinos de domínio, controlavam a maior parte das cidades em que residiam e pelas quais passavam, tornando-se senhores das mesmas. Desta forma, o tempo do rei é sobretudo um tempo urbano, e o cidadão é um “cidadão cerimonial” (LE GOFF, 2002, p. 231). Ele está sempre integrado aos rituais que possuem livre acesso e espelha-se na comunidade cortesã e nos ensinamentos cristãos na busca de manifestar o que na época era considerado boas maneiras. Existe uma mistura entre a cidade que verdadeiramente existiu e aquela que era imaginada e reinventada continuamente pelos seus habitantes (LE GOFF, 2002, p. 219).

A cidade medieval é um espaço de teatralidade. Os seus espaços urbanos eram repletos de construções e monumentos em que o cerimonial se fazia presente. Ainda, a topografia de uma cidade é carregada de simbologia política e social; e a sua beleza provinha da visão emanada da mesma tal como centro cerimonial e vivo (BALANDIER, 1982, p. 11). As cidades,

vilas e aldeias são feitas - além das atividades cotidianas - de festas, ritos, cerimônias e da breve noção de unidade e identidade que são expostas a partir de tais momentos. Assim, o rei se manifestava na vida cidadina a partir da sua intensa participação em numerosas festas organizadas, nas quais demonstrava sua força. À medida em que o poder do rei crescia, também aumentava a sua apropriação e espetacularização dos ritos e cerimônias (ARAÚJO, 1990, p.52). E muitas dessas cerimônias aconteciam nas ruas. Tais espaços eram um pilar essencial de viver o lado coletivo da cidade (GONÇALVES, 1996, p. 159).

No caso medieval, uma considerável quantidade de celebrações era invocada a partir do rei e de acontecimentos em volta de sua corte e conquistas. Logo, o monarca era encarado tal como epicentro do processo cerimonial. A realidade do rei e da vivência de corte ditavam os ritmos da vida quotidiana, pois o monarca era a personagem diversa, constantemente evocada e protegida (GOMES, 1995, p. 309). Em relação ao seu séquito cortesão, muito do cerimonial e ritual repetidos compunham-se em ações e gestos que podem ser encarados na forma regras de etiqueta e vivência de corte. Porém, o monarca e a sociedade como um todo possuíam uma série de ritos que criavam um ciclo de retorno da vida do reino e de todos os segmentos sociais. Sejam estas procissões, batismos, casamentos, marchas fúnebres ou até mesmo entradas régias. No caso específico tratado por Fernão Lopes, a eleição em Cortes de D. João I.

Assim, rito e o processo de cerimonial só tinham eficácia quando existia uma relação de confiança entre a comunidade, os segmentos sociais, o monarca e o clero. Na cidade medieval dos finais do século XIV e XV, o corpo de clérigos passa a ter uma função específica. Não mais tendo o monopólio do conhecimento e de cargos próximos aos reis, a partir da relativa laicização dos saberes, fica relegada à Igreja sua função primária de intercessão junto a Deus, a Maria e aos santos, em nome da cidade e de seus habitantes (SCHMITT, 2002, p. 426). O ritual religioso e os momentos de celebração presentes funcionavam como forma de controle às pulsões: Carnaval, Quaresma, Corpus Christi, Natal e entre outros. Modificavam-se ao longo da passagem do tempo e do local, porém a forma e os objetivos cristãos permaneciam os mesmos. O clero assegurava-se como instituição mantenedora da tradição cristã.

Assim, muitas das cerimônias cidadinas tomavam espaço na catedral, na Igreja, no Paço, nas praças ou percorrendo as principais ruas e vielas das cidades. Nos ritos religiosos, o clero apresentava os poderes invisíveis - Deus, santos, santas, Diabo e os demónios - tendo força sobre os homens e mulheres da Idade Média. Vida e ritual não são instâncias separadas durante o período medieval. Existiam com uma organização social voltada para a hierarquização dos componentes. O que levava à uma construção cerimonial que justificasse e legitimasse a

sociedade posta. Nem todos tinham acesso a todas as benesses e a expectativa de vida era baixa. Logo, a maioria das atitudes passavam a ter um sentido ritual que garantissem um momento de salvação (ARAÚJO, 1990, p. 30). Se utilizavam dessas ações para exprimir sentidos e significados.

Consequentemente, o espaço urbano era ocupado com mais intensidade nos momentos dos ritos e das cerimônias reais. E os monarcas também possuíam uma vida ritualizada. Com a centralização do poder real já iniciada nos fins da Idade Média, passa a acontecer um aumento e até mesmo uma apropriação de certos ritos religiosos para o cerimonial real (ARAÚJO, 1990, p. 52). Quem muito escreveu e analisou sobre a teatralização do poder foi o sociólogo Georges Balandier. O estudioso afirma que a legitimação do poder não se conforma com simplicidade e faz-se por meio do cerimonial. O rei, ou o príncipe, apresenta-se tal como um ator político na intenção de conservar a sua força administrativa (BALANDIER, 1982, p. 5-7)

Assim, o imaginário passa a fazer parte do poder político através da encenação do poder. E durante a Idade Média, a encenação não se refere somente à monarquia, mas a toda sociedade, que era “*impregnadas de imaginário*” (BALANDIER, 1982, p. 18). Segundo Balandier, “*o final da Idade Média foi rico de manifestações públicas em que os poderosos figuram como personagens de uma representação que a sociedade oferece a si mesma*” (BALANDIER, 1982, p. 18). Nesse sentido, o monarca através de suas festividades - nascimento, batismo, casamentos, as cerimônias de corte, os jogos, julgamentos, as entradas e cortejos -, torna-se o centro da sociedade. Constrói sua autoridade a partir da combinação do cerimonial repleto de metáforas vindas do imaginário e das noções de justiça e bem comum.

Igualmente, as pesquisas de José Manuel Nieto Soria muito nos ajudaram a compreender a lógica cerimonial nos reinos ibéricos. O pesquisador espanhol segue a mesma linha de Georges Balandier e afirma que a dimensão teatral é uma faceta essencial que se faz presente em cerimônias nas quais os príncipes executam papel de protagonista. Tal teatralidade refletia a distância e a hierarquia que existia entre as monarquias e seus súditos. Assim, Nieto Soria elenca vários aspectos que podem ser destacados para o reconhecimento do poder em forma de encenação teatral: 1) transposição dramática dos acontecimentos políticos; 2) tradução simbólica das relações sociais; 3) hierarquização da comunidade; 4) integração solidária e pacífica das diferenças; 4) por fim, tal integração posta em espetáculo (NIETO SORIA, 2009, p. 53).

Reitera ainda que a teatralização do poder nas monarquias medievais muito se revelou

em momentos em que existiam crises de legitimidade e uma necessidade de assegurar a continuidade dinástica. As monarquias medievais ibéricas converteram os seus atos em cerimônias de demonstração das intenções políticas, na vontade de expressar um poder real em conjunto e provocar adesão e consenso de seus seguidores. Além disso, José Manuel Nieto Soria cria uma classificação que identifica diversos tipos de cerimônias realizadas pelos príncipes: cerimônias de acesso ao poder, cerimônias de trânsito vital, de cooperação, justiça, litúrgicas, funerárias, recepção, vitória e promoção (NIETO SORIA, 2009, p. 59-61)

Em Fernão Lopes e na fonte aqui analisada, separamos muito deste cerimonial. Encontramos batismos, bodas reais e casamentos, entradas, cerimônias litúrgicas, ritos funerários e celebrações de vitórias militares. O caso do novo monarca D. João I, que encontra na escrita do cronista uma fonte de legitimação, demonstra como os seus intentos encaixam-se nas análises feitas por Nieto Soria. Uma nova monarquia com carência de legitimidade necessitou teatralizar o seu poder na intenção de assegurar a posse do trono, precisou convocar todos os segmentos sociais em seu apoio. Além disso, e não somente a partir do cerimonial, a promoção da prosa histórica com a *Crônica de D. João I* faz parte do intento de potencializar a dimensão política a partir da celebração da memória. As celebrações públicas eram transmissoras de identidade (MACEIRAS, 2013, 773)

Um dos exemplos de cerimonial litúrgico que aponta a questão da integração da comunidade mostrada pelo historiador espanhol é a procissão, com uma repetição considerável ao longo da crônica. Tal cerimônia cristã foi instituída em 1264 pelo papa Urbano IV. As procissões tinham uma importância para a vida na cidade, assim como todos os demais ritos, e faziam parte do processo de crescimento urbano presente em toda a cristandade após o século XII. Costumavam, assim como hoje em dia, serem acompanhadas de cânticos líricos e eram acessíveis a todos os segmentos sociais.

Se aconteciam casamentos, enterros de monarcas e grandes apresentações públicas, normalmente eram iniciados por procissões. Em marcha vinham primeiramente os membros do clero, enfileirados de forma hierárquica; logo atrás os membros dos segmentos sociais e urbanos privilegiados, e por fim, como diz o próprio Fernão Lopes, a arraia-miúda. A procissão marcava um lugar na vida pública em comunidade e mostrava como o clero organizava-se para demonstrações coletivas do ritual da fé cristã (ARAÚJO, 1990, p. 33).

Um primeiro exemplo a ser dado é relacionado à morte do rei D. Fernando. O monarca castelhano casado com a filha do antigo rei português, Dona Beatriz, decide fazer exéquias ao

falecimento de D. Fernando. No ritual das exéquias, a Igreja oferece ao morto orações, auxílio espiritual e consolo para os que choram o falecimento. Preces para que faça uma boa passagem ao mundo eterno, próximo à Jesus Cristo, aos santos e anjos. Cuidavam do corpo e tratavam da alma.

ElRei levava huū sayo preto; e a Rainha hia em hūas amdes vestida dalmafega preta, e as amdes cobertas todas de pano preto que a nom viia nehuū [...] Dalli levarõ a Rainha a See, homde já estava huū gramde estrado feito e ataúde em cima posto, todo corregido como compria. E quamdo entraram pella porta da See, fezerom todollos Portugueeses gram doo, e a Rainha com as molheres que de Portugall forõ; e depois que acabaom suas vésperas era já tarde, e forom pera seus Paaços que eram demtro na çidade, homde a Rainha tinha a ssalla e a câmara todo armado de panos timtos pretos. Em outro dia pella manhaã partio elRei e a Rainha pera a See homde ja estava feito huū alto corregimento pera elles; e como emtrarom pella porta, fezerom seu doo assi como aas vésperas; e depois que sse tirarom a fora, elRei desvestio os panos pretos que levava, e vestio huū comprido mamtom de pano douro forrado darminhas aberto per a parte direita; e chamavomlhe estomçe mamtoões lombardos. A Rainha outrossi foi vestida daquell pano mui rricamente, e o sobreçeeo e aseemtamento em que estavom, todo era cuberto ataa o chaão daquell mesmo pano douro; e foisse elRei e a Rainha aseemtar naquell corregimento. **Estamdo elles assi, veo huūa proçissom em esta guisa: vinha o Arcebispo de Tolledo com capa bem rrica e mitra na cabeça, e todollos Coonigos e creelezia da çidade rrezamdo, e traziam a bandeira das armas de Castella, e os sinnaes de Portugall coseitos em baixo; e levaromna com esta proçissom e poseramna amtre elRei e a Rainha (CDJ, I, cap. LIV, p. 107-108).**

Nota-se na descrição feita pelo cronista a dimensão da cerimônia. Como já apontamos no capítulo inicial, Castela se preparava para tomar a coroa do reino português, o que deve justificar o motivo da realização de um cerimonial fúnebre para com um monarca vizinho. D. Beatriz era filha do rei falecido, fato este que também cria uma margem de explicação, porém o contexto de conflitos deve ser levado em consideração. No texto destacado ao final, podemos perceber que durante a procissão os símbolos da heráldica portuguesa foram costurados na bandeira das armas de Castela, o que demonstra um indício dos intuitos de rei D. Juan de unir as duas coroas. Os sinais costurados embaixo demonstram, por fim, a afirmação e legitimação de Castela sobre Portugal.

Ademais, pode ser notada a descrição da riqueza e detalhes das vestes reais. O rei e a rainha são descritos com roupas pretas e sempre rodeados de seus súditos, sendo continuamente os primeiros a adentrarem os ambientes. Na narração da procissão, temos os membros do clero vindo à frente de todos. Primeiro, o Arcebispo de Toledo, cônegos e clerezia com as armas castelhanas e portuguesas caminhando coletivamente até o rei e a rainha. Como se indicasse

que, agora, com a morte do rei português, a coroa e as armas portuguesas pertenciam, por meio do memorado tratado, aos governantes do reino de Castela.

O termo “*procissão*” continua a aparecer em diversos outros momentos, inclusive durante a preparação para as batalhas que se seguiam. Em uma situação anterior ao cerco de Lisboa, a visão de uma maravilha teria sido um sinal da futura vitória portuguesa. A maravilha era um símbolo essencial da cultura da Idade Média e possuía importante combinação com a magia, constituindo o imaginário medieval. (LE GOFF, 2013, p. 12). No acontecimento da *Crônica de D. João I*:

Foi maravilha na noite seguinte, que Christãos e Mouros que vellavom o muro da parte de Sam Vicête de Fora, acerca domde he feita hũa capella que chamam dos Martires que foram na tomada da çidade; quamdo foi cobrada de Mouros, que aa mea noite, vellamdo alguũs, **virom vinte homeês vezem vestiduras alvas assi como sacerdotes, e quatro deles tragiam nas mãos quatro círios açesos, e hiam e viinham em proçissão emtrando demtro na egreja, e fallavõ muito baixo amtressi, como sse rrezassem alguũas horas** (CDJ, I, cap. CXI, p. 213).

Segundo Jacques Le Goff, “*o domínio do maravilhoso é a estupefação dos homens e mulheres da Idade Média. Ele suscita o maravilhamento e depende do mais bem exercitado e exaltado sentido do homem medieval: a visão. O maravilhoso fazia os olhos dos homens e mulheres da Idade Média arregalarem-se*” (LE GOFF, 2013, p. 13). Nota-se como mesmo na descrição de uma visão, os principais aspectos de uma procissão continuam: os possíveis sacerdotes, as roupas designadas para a ocasião, a presença de objetos religiosos, as preces realizadas ao mesmo tempo em que andavam e a finalização do ato dentro de uma Igreja com uma missa. Um último fato a ser notado nesta visão é a presença dos mouros, representando a submissão e conversão diante de uma visão maravilhosa. O maravilhoso está ligado evidentemente ao espaço e ao tempo no exemplo acima por mencionar a entrada na Igreja, um ambiente relacionado a Deus e à cristandade.

Em seguida à visão dos guardas, foram percebidas pontas de lanças presentes na torre acesas com uma forte luz e o cair de uma chuva de cera de vela. Quando a população da cidade ficou sabendo da tal dita aparição, ficaram muito alegres e providenciaram uma outra procissão que aconteceu logo após: “*E o Bispo e creelezia com todo o poboo em proçissom foram aaquella egreja dos Martires, damdolhe muitas graças e pedimdolhe merçee, que fosse em sua ajuda*” (CDJ, I, cap. CXI, p. 213). Mesmo a celebração de uma dita procissão é efetivada por uma outra procissão. E tal fato somente demonstra a importância ritual que o cortejo cristão

exercia na vida de uma cidade. O ritual era planejado como um grande evento religioso social, com *modus operandi* próprio e com grande participação dos fiéis habitantes das cidades.

Ao final da primeira parte da *Crônica de D. João I* temos a elevação de D. João à categoria de rei de Portugal. Fidalgos, procuradores e prelados entraram em consenso de que aquele que havia guiado as vitórias contra Castela deveria tomar o trono português. Primeiramente, o Mestre da Ordem Militar de Avis não aceitou a proposta por todos os motivos que o impediam, como as funções que já exercia. Consequentemente, o seu impedimento de casar-se. Seus apoiadores defenderam pedindo para que não os desamparasse e afirmando que estavam dispostos “*de levar adeante a homrra do Samto Padre Urbano sexto, verdadeiro Papa de Roma*” (CDJ, I, cap. CXCII, p. 423) as decisões tomadas em busca de apoio.

D. João acaba por aceitar a proposta, e tem-se o início de uma nova dinastia portuguesa, a de Avis. Segundo a narrativa de Fernão Lopes, o dia em que o alçaram por rei foi de grande prazer e festa para todos:

Espeçialmente ã Lixboa, **homde foi feita hũa mui homrrada e sollêne proçissom que partio da See e foi a Sam Domingos**; e depois de comer com muito prazer e allegria, trouverom bamdeira pella çidade, com muitos jogos e trebelhos³⁷, apregoamdo: Arreal! Por elRei dom Joham! E alçarom emtom na rrua Nova por tavollado, huũ gramde e alto mastro de carraqua da parte do mar, de guisa que nom torvava a rua (CDJ, I, cap. CXCII, p. 424).

Neste trecho percebe-se como a procissão partiu da Sé de Lisboa em direção à Igreja de São Domingos de Lisboa, casa da Ordem Dominicana e fundada por volta de 1240 (SANTANA; SUCENA, 1994, p. 795). Estamos cientes de que na época medieval existiam diferenças sociais na forma em que as pessoas se alimentavam. O ato de comer mais do que o suficiente e em demasia era associado à riqueza e ao poder dos segmentos mais abastados (MONTANARI, 2002, p. 38). É sabido que em momentos de divertimento era comum o oferecimento pelo monarca de banquetes a todos os membros da sociedade medieval (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 479). Porém, a narrativa não deixa claro se esse “*comer com muito prazer e allegria*” incluía todos os moradores da cidade ou se foi somente reservado àqueles que eram próximos ao novo rei.

Sabe-se que a bandeira foi levada pela cidade com muitos jogos e brincadeiras, com todos clamando D. João pela alcunha de rei pelas ruas do lugar. Fincaram a bandeira em um

³⁷ A palavra vem do português arcaico e significa brincadeira, o ato de brincar (MACHADO FILHO, 2013, p. 508).

grande mastro próximo ao mar, de uma forma que não prejudicava a visão de todos. A presença de uma bandeira com as armas principescas denuncia a legitimação a partir do poder da imagem e da heráldica. Estas eram levantadas em ocasiões solenes, elevando significações do crescimento da noção de pertencimento a um reino com espaço delimitado e armas designadas. E a partir de tal momento, um reino com um governante por direito e nova monarquia eleita. Nos fins da Idade Média, as cidades passam a organizar-se em volta do crescimento do poder real, e o caso lisboeta não vai ser diferente. Os rituais e o cerimonial presentes na principal cidade portuguesa são uma prova de tal fato.

No caso da *Crônica de D. João I*, foi realizada uma procissão para comemorar os feitos militares conquistados da guerra contra o reino de Castela com as vitórias portuguesas:

No seguimte dia hordenarom logo huũa grande e devota procçissom, na qual todos fossem descalços ao moesteiro da Trrimdade que he dos muros ademtro do lugar; e o homrrado dom Joham Escudeiro, Bispo que emtom era dessa çidade, partio descalço da egreja cathedrall da See rrevestido em pontifical com o Corpo de Deos nas mãos, o mais honesto e homrradamente que sse fazer pode, muito acompanhado doordeês e clerezia, e desi do Meestre com todo outro poboo (CDJ, I, cap. CXI, p. 315).

Nas simbologias cristãs existe uma forte ligação entre andar descalços e a espiritualidade. Primeiramente, representa um ato de humildade e subserviência. Ao andar sem sapatos, os cristãos e cristãs acreditavam reconhecer uma noção de unidade entre a carne humana e a criação divina. Representa uma forte afirmação, presente nas escrituras bíblicas, de que se pisa em solo sagrado³⁸. Nas citações bíblicas, é muito comum a menção aos sacerdotes sempre andando de pés descalços³⁹. Propositalmente demonstravam uma imagem de santidade. Andar calçado era velar-se em relação à crença que se tinha nas obras terrenas divinas, era colocar-se numa posição de inferioridade e até mesmo pobreza para ser merecedor das bênçãos

³⁸“ Apascentava Moisés o rebanho de Jetro, seu sogro, sacerdote de Madiã. Conduziu as ovelhas para além do deserto e chegou ao Horeb, a montanha de Deus. O Anjo de Iahweh lhe apareceu numa chama de fogo, do meio de uma sarça. Moisés olhou, e eis que a sarça ardia no fogo, e a sarça não se consumia. Então Moisés: ‘Dare uma volta e verei este fenômeno estranho, verei porque a sarça não se consome’. Viu Iahweh que ele deu uma volta para ver. E Deus o chamou do meio da sarça. Disse: ‘Moisés, Moises!’ Este respondeu: ‘Eis-me aqui’. Ele disse: **‘Não te aproximes daqui; tira as sandálias dos pés porque o lugar em que estás é uma terra santa’**”. (Bíblia de Jerusalém, Êxodo, 3, 1-5).

³⁹“Então ele próprio partiu para Ramá e chegou à grande cisterna que está em Soco. Indagou onde estava Samuel e Davi, e lhe responderam: ‘Estão nas celas em Ramá’. Dali partiu Saul para as celas de Ramá. Mas o espírito de Deus também se apossou dele, e ele caminhou em transe até chegar as celas em Ramá. Também ele se despojou das suas vestes, também ele entrou em transe diante de Samuel e depois caiu no chão, nu, e ficou assim todo aquele dia e toda a noite. Daí o proverbio: ‘Está também Saul entre os profetas’” (Bíblia de Jerusalém, 1 Samuel, 19, 23-24).

do Deus cristão onipotente e onipresente em que se acreditava.

Ademais, neste trecho da *Crônica de D. João I* citado existe a presença do Corpo de Deus. Este representa uma celebração cristã com o pão e o vinho, que parte do sacramento da eucaristia e da presença de um sacerdote para que a celebração seja comandada. Tais alimentos transformam-se em corpo e sangue de Cristo, respectivamente. O que caracterizava a cerimônia como a ritualização da morte e da ressurreição através da transubstanciação.

Porém, alguns outros sacramentos são preconizados pela cultura cristã e estão presentes nas crônicas de Fernão Lopes, tornando-se objetos de nossa análise. Os ritos sacramentais cristãos definidos na Idade Média tinham por intenção a santificação interior dos cristãos e cristãs. São ao todo sete categorizados definitivamente pelo IV Concílio de Latrão, em 1215: batismo, crisma, eucaristia, confissão, ordem, matrimônio, extrema-unção (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 186). A realização de todos os sacramentos na vida dos cristãos e cristãs (sem incluir o ordenamento), garantem na morte, a realização de todas as etapas da vida (SCHMITT, 1999, p. 223).

Logo, na cristandade e suas crenças, só se nascia verdadeiramente através do batismo. A intenção era fazer com que as pessoas se tornassem fiéis o mais rápido possível. Estas nasciam sem pecado. Por conseguinte, o batismo fazia-se necessário para que pequenas crianças não ficassem relegadas ao limbo⁴⁰. Existe um caso citado na *Crônica de D. João I* do batismo do Infante Dom Afonso, primeiro príncipe filho da união com D. Filipa de Lencastre, mas que não chegou a receber o título de herdeiro do trono por conta de morte precoce.

E o Ifante dom Afomsso que naceo em Santarem, hũa noite de sábado, XXX dias do mês de Julho de III^c e XXXVIII, em cujo bautismo el Rei ordenou hũas justas reaes em que elle justou, e foram feitas outras alegrias, e viveo hũs doze annos e morreo e jaaz em hũu moimento na Ssee de Bragua (CDJ, 2, cap. CXLVII, p. 320).

D. Afonso nasceu em 1390 e viveu, como disse Fernão Lopes, por 12 anos. Para a celebração de seu batismo o rei mandou que justas reais fossem organizadas. Está claro notar como logo após seguem as palavras *alegrias*, uma demonstração que a ocasião causou bastante diversão. Ademais, em outros trechos da crônica, os torneios e justas estiveram presentes para celebrar os eventos, como era costume da nobreza e dos membros da casa real. Em tempos em

⁴⁰ O limbo é uma analogia cristã criada para designar as crianças que morrem sem batismo e foi adotada a partir do século VI. Os infantes estariam considerados como a margem de Deus, estão excluídas da entrada no Paraíso eterno (SCHMITT, 1999, p. 68).

que não mais se estava em guerra, os divertimentos em armas eram utilizados como forma de conservar as habilidades de combate e o físico.

A Igreja havia condenado tais atividades juntamente com a caça no século XII. A afirmação que corria pela cristandade era a de que esses eventos provocavam derramamento de sangue cristão de cavaleiros que deveriam estar defendendo a fé cristã e os desprivilegiados (BASCHET, 2006, p. 118). Nestes eventos, em que as justas e os torneios eram parte da comemoração, os cavaleiros armavam-se e os observadores vestiam-se de formas exóticas e belas na intenção demonstrar sua força, poder aquisitivo e validez. Essas atividades, durante os séculos XIV e XV, possuíam uma demonstração teatralizada e a maioria das festividades que envolviam atos relacionados à cavalaria eram apresentados com banquetes. Como eram atividades da nobreza, os torneios e as justas possuíam a intenção de demonstrar, de maneira teatralizada e simbólica, o prestígio e hegemonia dos maiores segmentos. Além de proporcionar o ganho de significativas quantias de dinheiro.

Consequentemente, a casa de Avis foi uma grande incentivadora das atividades de caça e torneios. Durante o século XV, os reis e os príncipes emitiam juízos morais a respeito do cotidiano, de virtudes, vícios, prazeres, moralidade e “controle do siso”. A prosa moralística da nova dinastia é composta por vários livros como o *Livro da Montaria*, em que o próprio D. João é o autor e dedica-se a escrever sobre as técnicas de caça ao porco montês. Elevando tais atividades à uma categoria superior de jogo e apontando que a mesma deve ser reservada aos nobres, cavaleiros e reis, o monarca avisino a insere numa lógica de doutrinação e “controle do siso” da sociedade cortesã que estava a sua volta. Na sua escrita apresenta diversos ensinamentos os homens nobres, cavaleiros, príncipes e monarcas tocando em assuntos que dizem respeito à moral e aos bons costumes, como a temperança dos nobres e a obediência ao monarca (ZIERER, 2012, p. 20).

Por conseguinte, a corte real passa a ser a maior incentivadora desse tipo de produção. D. Duarte, infante que nasce logo após o eternamente jovem D. Afonso, pôs-se a escrever dois tratados morais. O primeiro, *Livro da Ensinança do Bem Cavalgar* e o segundo e bem mais expressivo o *Leal Conselheiro*, que funciona como um tratado moral para fidalgos e senhores (MATTOSO, 1997, p.455). Neste, o segundo monarca de Avis ensina razão, lealdade, disciplina e moralidade, demonstrando a prática das virtudes e a condenação dos pecados, caso a moralidade e os preceitos cristãos não fossem colocados em prática (COELHO, 2008, p. 351).

Voltando a nossa fonte, a *Crônica de D. João I*, um outro momento de tal obra em que

podemos encontrar a presença e jogos e justas é exatamente nas bodas do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, infanta inglesa. A dona foi trazida a Porto a mando de seu pai, João de Gante, onde foi recebida com grande festa e acompanhada de portugueses e ingleses ilustres. O monarca lusitano, quando chegou no dia seguinte, falou com a infanta na presença dos convidados e trocaram presentes. *“Depois que el Rey cameo, enviou a Ifamte suas joyas e ella a elle, amtres as quais lhe enviou ell Rey huū fermall douro em que hera posto hū galo, em ricas pedras e alljofar, maravilhosamente feito; e ella emviou a elle outro em que era hūa aguya bem obrada, cõ pedras de graõ valor”* (CDJ, II, cap. XCIII, p. 220-221).

O rei e D. Filipa tomaram as benções do bispo de Porto para o seu casamento e cartas foram enviadas pelo reino para as cidades e vilas para confirmar a intenção de casamento. O rei ordenou às pessoas de sua casa e aos oficiais da cidade de se encarregarem da festa. *“E com grão deligemçia e sentido tinhaõ todos em cuidado do que lhe ell Rey emcomemdaraa, hūs fazer praças e desempachar as ruas por huu aviaõ damdar as gemtes, e outros de fazer joguos e trebelhos e matinadas de noute”* (CDJ, II, cap. XCV, p. 223). Toda a cidade estava ocupada com a festa.

E a quimta feira foraõ as gemtes da çidade juntas em desvairados bamdos de joguos e damças per todallas partes e praças, com muitos trebelhos que prazeres que fazião. Aas principaes ruas per huu esta festa avia de ser todas heraõ semeadas de desvairadas verduras e cheiros. E ell Rey sayo daqueles paços em çima de huū cavalo bramquo, em panos douro reallmente vestido; e a Rainha [em] outro tal, muy nobrememente guoarnida. **Levavaõ nas cabeças coroas douro ricamente obradas de pedras dalljofare de grade preço, não imdo arredados huū do outro, mas ambos a iguoall. Hos moços dos cavalos levavaõ aas mais honradas pessoas que hy heraõ e todos a pee muy bem coregidos. E ho Arçebispo levava a Rainha da redea. Diamte hiaõ pipas e trombetas e doutros estormentos que se não podiaõ ouvyr. Donas filhas dalguo e isso mesmo da cidade camtavaõ imdo detrás, como he custume de vodas** (CDJ, II, cap. XCV, p. 223).

O cronista continua a narrar sobre a quantidade de pessoas na cerimônia, eram tantas que não cabiam na Sé. Ao findar, retornaram de onde haviam partido e um banquete os aguardava. *“As mesas estavaõ ja muito guoarnidas de todo o que lhe compria; não somente homde os noyvos aviaõ destar, mas aquellas huu era ordenado de comerem bispos e outras homrradas pessoas de fidalgos e burgueses do luguar e donas e domzelas do paço e da çidade”* (CDJ, II, cap. XCV, p. 224). A festa continuou com uma grande quantidade de iguarias e manjares e enquanto se comia *“fazião joguos a vista de todos, homẽs que o bem sabiaõ fazer, asy de mēsas e salto reall e outras cousas de sabor; as quais acabadas, alcaramse todos e começaraõ de damçar”* (CDJ, II, ca. XCV, p. 224). Da mesma maneira, Fernão Lopes afirma

que “*per quinze dias ante e depois duraram festas e justas reaes, por homrra desta voda como dizemos; e não somente ã aquell lugar, mas em todallas vilas e cidades do Reino, segundo que cada huū hera, foraõ feitas gramdes alegrias e trebelhos*” (CDJ, II, ca. XCV, p. 224).

A narração de como se deu o casamento e os acontecimentos antes e depois das bodas é bastante longa se comparada a outros eventos presentes em ambas as partes da *Crônica de D. João I*. Não é contada de forma romantizada, pois este era um meio e momento em que os casamentos eram feitos por meio de acordos políticos. A nobreza se interessava por boas uniões entre pessoas dos mesmos segmentos sociais para garantir herdeiros, grande dote e conservação do patrimônio. Brincadeiras, justas, canto, dança festas e jogos eram a maneira pela qual a nobreza interagiu e divertia-se, tendo em vista que a caça não era a única forma de recreação. As festas incluíam banquetes, sejam grandes ou pequenos, pois eram consoantes com as necessidades de os nobres demonstrarem suas grandes somas financeiras e a importância dada ao acontecimento que se celebrava.

Notadamente, o espaço público também executou um papel de importância durante a cerimônia. As ruas foram decoradas com verduras e exalavam bons cheiros; os caminhos até a Sé de Porto tornaram-se palco da encenação das bodas. Os habitantes eram espectadores que celebravam a passagem do seu rei eleito e da virtuosa rainha de origem inglesa que Portugal teria a partir de então. A descrição da marcha até a catedral muito se assemelha a uma procissão, com a presença não só dos monarcas, mas dos membros dos clérigos através do Arcebispo e a presença dos fidalgos e fidalgas que entoavam cânticos ao som de trombetas. Na narração de Fernão Lopes a respeito das bodas de D. João I e D. Filipa de Lencastre, o espaço é vivido com mais intensidade, e a cidade movimentou-se na cerimônia do casamento.

Ademais, novamente o aspecto das vestimentas com tecidos nobres e detalhes especiais em ouro foi uma característica mostrada perante todos da cidade. A corte e a coroa eram os centros de formação da nobreza, o espelho no qual esmeravam-se. Nesse sentido, as festas, banquetes e jogos tinham a função política e social de proporcionar ao senhor a possibilidade de manifestar todo a sua ostentação e luxo diante de seus vassalos/súditos (GUENÉE, 2002, p. 275). Um tipo de comunicação meramente humana manifestava-se por meio das cerimônias e festas. Na hora da comemoração, a linguagem de todos era a mesma através do divertimento (LE GOFF, 1998, p. 207).

Além disso, o casamento era a única possibilidade de uma “vida sexual cristã” aceita

pela Igreja. Assim, este também era encarado como uma fórmula de controle social das pulsões, tal como é apresentado pelo Fernão Lopes em um trecho da crônica em que D. João I decide casar várias moças de sua casa com homens que ele mesmo, o rei, escolheu. “*El Rei com bom desejo e cuidado das molheres de suua casa, e asy de as guardar de feeia queda, em que muitas sã empacho por seu mao siso vem a cair, como dacrecentar em ellas, posto que pouco tempo ouvese em casa da Rainha amdasem*” (CDJ, II, cap. CXXXVIII, p. 300).

A partir da citação, nota-se que o capítulo iniciou a ser contado por conta da preocupação de D. João I com as moças, para que não caíssem em desgraça. E não uma inquietação que o monarca possuía para que os seus vassallos conseguissem bons casamentos. O rei também pareceu importar-se com quais eram as moças que frequentavam a casa da rainha D. Filipa e as virtudes que possuíam. Provavelmente, além do interesse que a sociedade tinha em relação à castidade feminina, têm-se a importância da fidelidade. O adultério feminino era mais condenável, passível de pena e divórcio pela Igreja do que o masculino. Quanto mais alta a posição da dama, mais escandalosa seria a notícia do adultério (MATTOSO, 2004 p. 35).

As bodas reais realizaram-se no ano de 1387. Ambos já adultos, D. João I com aproximadamente 30 anos e D. Filipa com 27. A união foi muito proveitosa, pois era a consolidação das alianças entre o reino de Portugal e Inglaterra. A rainha era descendente das linhagens dos Plantagenetas e dos Lencastre e tinha um relevante papel de senhora de liderança na Inglaterra, por ser a mais velha de todos os seus irmãos. Conhecia bem a cultura cortesã, sabia ler, escrever e segundo conta a *Crônica de D. João I*, era uma rainha piedosa e exemplar. Os filhos que tiveram juntos ficaram conhecidos posteriormente como *Ínclita Geração* (COELHO, 2010, p. 468-469).

Por fim, um tipo outro de ritual presente na fonte analisada são as entradas. A presença e aparecimento do monarca em lugares ao longo do reino transformava o exercício da governança em poder representativo, e que por consequência, fortalecia a imagem do líder. Em um contexto de guerra com Castela e de vacância de trono, muito comum foi a itinerância de D. João, ainda regedor e defensor de Portugal, pelas cidades e vilas do reino. O Mestre de Avis foi constantemente confrontado com a necessidade de realizar uma política voltada para a resistência, na intenção de conquistar cada vez mais apoios das vilas, cidades e castelos que apoiavam a causa castelhana. Fernão Lopes nos demonstra um D. João que constantemente movimentava-se ao longo do reino no sentido de buscar apoio e recuperar território e fortalezas que haviam sido retirados de seu domínio. Assim, a partir reuniões de conselho e cortes, e nas campanhas militares, passou boa parte dos primeiros anos de seu reinado em viagens ao longo

do reino português.

Rita Costa Gomes estudou a itinerância régia na forma de uma política espacial administrativa. “*Uma monarquia que não se desloca, que não viaja, enfraquece seu poder e legitimação nas regiões mais longínquas dos centros citadinos*” (GOMES, 1995, p. 242). Entre as localidades que os reis portugueses mais visitaram estão os principais centros urbanos do reino, exceto algumas zonas com poucos habitantes. As principais zonas eram: Lisboa, Santarém, Évora, Coimbra, Rio Maior, Torres Vedras, Óbidos, Alenquer, Bombarral, Montemor-o-Velho e entre outras (GOMES, 1995, p. 250). Portanto, a itinerância era uma característica estruturante da sociedade de corte e dos reis medievais.

A presença do monarca vai impactar de forma diferente as localidades. A deslocação do rei, conjuntamente às pessoas do séquito de sua casa, representava um evento importante na vida do monarca e dos habitantes das cidades e vilas que o recebiam. A chegada do monarca imprimia sobre a comunidade local uma pressão por organização e recepção. Tornava a relação entre a coroa e o povo mais estreitas, criando as entradas. Tal cerimônia corresponde às pessoas da comitiva real sendo recebidas nos portões de uma cidade com muitas festas e alegria pelos habitantes do lugar. Era uma característica dos reinos de Portugal e Castela, por vezes referendadas pelos cronistas com grande descrição ou rapidamente falando que o rei foi recebido e celebrado (GOMES, 1995, p. 317-318).

Na maioria das narrativas que nos deixaram relatos das experiências das entradas, as mesmas não são nomeadas da maneira em que aqui denotamos. Não existe o uso do substantivo e sim de diferentes tempos verbais de “entrar” ou de outros verbos que são sinônimos: “*Como el rey chegou a çidade do Porto e foy recebido dos do loguar*” (CDJ, II, cap. VIII, p. 19); “*Como o Meestre chegou a Coimbra, e foi rreçebido de todollos da çidade*” (CDJ, I, cap. CLXXXI, p. 389). Desta forma, cerimônia tem por intenção celebrar uma vitória ou fazer homenagem, com rituais de exibição de estandartes e passagem sob arcos e portas (ALVES, 1986, p. 13).

Ao momento de aproximação de um rei, as cidades e vilas se desdobravam em preparativos de festas nas quais o rei era recebido com muitas alegrias e cerimônias honrosas. Assim, quando a corte e seu monarca deslocavam-se a algum lugar novo, a itinerância normalmente significava a doação de privilégios locais como carta de forais, direitos de mercado como: comercialização e pesagem, anistia de pequenos delitos ou dívidas e entre outros. Essa hospitalidade e suas consequentes festividades normalmente duravam vários dias e apresentavam uma importante participação municipal por meio do recebimento nos portões

da cidades, danças, folias e touradas (ALVES, 1986, p. 15).

Na fonte que é foco dessa pesquisa, algumas entradas de D. João são citadas. A principal destas é a de Coimbra, quando o filho de D. Pedro vai à cidade para as Cortes que o elegem rei de Portugal. A reunião durou cerca de um mês e deveria decidir sobre as questões da guerra e de onde mover despesas para a necessidades referentes a mesma. Em contrapartida, o ponto principal era a elevação de D. João a rei por parte dos deputados dos concelhos que estavam interessados pela sua entronização. O Mestre chegou dia 3 de março de 1385 e foi festivamente recebido (SOUSA, 1990, p. 291).

Os da çidade fezeromsse prestes pera hir rreçeber o Meestre, a clerezia em proçissom, e os leigos com seus jogos e trebelhos, e desi os fidallos e Comçelhos, que hi eram, todos juntamente de bestas como melhor podiam. E em sse corregemdo huūs e os outros começaram **muitos cachopos** de sair fora da çidade sem lho mamdamdo nēguem, pello caminho hu viinham o Meestre, com cavalinhos de canas que cada huū fazia, e nas mãos canaveas com pemdoões, corremdo todos e braadamdo: **Portugall! Portugall! por elRei dom Joham! Em boa hora venha o nosso Rei! e assi foram per mui gramde espaço acerca dhuūa legoa. [...] Quamdo o Meestre chegou acerca dela, e vio estar a proçissom, deçosse ell e todollos outros das bestas; e humildosamente ficou os geolhos em terra, e beyjou a cruz, e veosse de pee com a proçissom; e entrou pella çidade com gram festa e prazer que com ell aviã** (CDJ, I, cap. CLXXXI, p. 390).

Coimbra o recebe em procissão, o que mais uma vez demonstra a importância e usualidade da prática. Assim, como de costume vinha a clerezia, fidalgos e cidadãos, fazendo jogos e brincadeiras. Percebe-se que D. João vinha até a cidade de “besta” e não de cavalo, como era de costume. Besta, além da significação na forma de uma arma e de uma criatura como uma fera, também significa “animal de carga ou de montaria” (MACHADO FILHO, 2013, p.76). Quando chegou na porta da cidade, muitas crianças saíram correndo com plantas nas mãos chamando e clamando D. João por rei de Portugal. D. João, ao deparar-se com a situação, desceu da besta (que podia ser um cavalo, um jumento), ficou de joelho, em seguida deu um beijo na cruz - o que demonstra um ato de resiliência na fé cristã). Por fim, voltou a ficar de pé e entrou pela cidade de Coimbra juntamente com a procissão em festa.

A descrição da entrada de D. João na cidade, para as cortes que definiriam como futuro monárquico de Portugal, não é de forma alguma inocente por parte do cronista. Existe uma semelhança com o episódio em que Jesus Cristo adentra a cidade de Jerusalém. O episódio é retratado nos quatro evangelhos sinópticos e no Evangelho segundo São João como “*Entrada messiânica em Jerusalém*”, o que já um anúncio das pretensões de construção de metáforas

messiânicas em volta de D. João. Na versão bíblica:

No dia seguinte, **a grande multidão que viera para a festa, sabendo que Jesus vinha a Jerusalém, tomou ramos de palmeira e saiu ao seu encontro, clamando: “Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor e rei de Israel!”** Jesus, encontrando um **jumentinho, montou nele, como está escrito: “Não temas, filha de Sião! Eis que vem o teu rei montando num jumentinho”**. Os discípulos, a princípio, não compreenderam isso; mas quando Jesus foi glorificado, lembraram-se de que essas coisas estavam escritas a seu respeito e que tinham sido realizadas (Bíblia de Jerusalém, João, 12, 12-16).

Existem semelhanças no que diz respeito ao uso de plantas para receber ambas as figuras, no animal escolhido e nos clamores de rei no momento da entrada. O episódio de Jesus contado pelo apóstolo João faz alusão a uma antiga profecia de que o novo rei de Jerusalém viria montado em um jumento e seria justo, vitorioso, anunciador da paz às nações e possuidor de um domínio que iria de mar a mar, do rio às extremidades da terra (Bíblia de Jerusalém, Zacarias, 9, 9-10). Este é mais um dos exemplos em que a messianidade relativa a figura de D. João I passa a ser mais bem definida. É uma demonstração de como Fernão Lopes pensou a narrativa que lhe foi encomendada de maneira estratégica.

O rei foi ainda bem recebido com grandes entradas nas cidades de Porto (por duas vezes: logo após a sua eleição e na confirmação de seu casamento) e Lisboa (após a vitória em Aljubarrota). A festa era do rei e também de todos, já que no cerimonial da entrada se operacionalizava a propaganda régia. Era o momento “*em que o rei oculto se manifestava aos seus súbditos, na visibilidade do seu corpo e dos atributos do seu poder, assumia-se também como expressão de uma cultura urbana, no aparato e recursos mobilizados para os rituais da hospitalidade e da cortesia*” (COELHO, 2011, p. 166).

Uma outra notória entrada presente na Crônica de D. João I aconteceu logo após a sua eleição nas cortes de Coimbra, mas na cidade do Porto.

Todalas naaos que erã no rio, muito çedo pola menhaã, [foram] apendoadas <e> de bamdeiras e de estandardes, e postos muitos verdes ramos em certos loguares omde cada huũ emtemdia que lhe melhor podia parecer [...] As gemtes da cidade, carecêtes de todo nojo, com novas e milhores vestiduras que cada huũ tinha, ferviaõ amdando per toda parte, triguamdose de se correger tam bem que naõ podesẽ ser prasmados. **As ruas por omde ele avia de hir ata os paços homde avia de pousar, heraõ estradas de ramos e flores e ervas de boõs cheiros** (CDJ, II, cap. VIII, p. 19).

Passou-se no mês de maio e as casas estavam todas com portas abertas enfeitadas com

louro e outras plantas. Nas janelas colocaram mantas, tecidos e nelas estavam belas damas com grande vontade de ver o novo rei para o qual prestaram lealdade. Em alguns outros lugares da cidade, “*avia bamdos de molheres que cantavaõ muitas cantigas, e cordas armadas treparẽ homeẽs que ho bem fazer sabiaõ*” (CDJ, II, cap. VIII, p. 20). Na porta em que o rei havia de entrar, muitos cidadãos estavam belamente vestidos com acessórios de ouro e prata. D. João I, assim que entrou e foi recebido, disse a todos que estava disposto a dar sua vida e corpo pela honra do reino e defesa dos seus habitantes. Por fim, andou muito devagar pela cidade por conta grande quantidade de pessoas que bradavam: “*Viva el Rey dom Joaõ. Viva*” (CDJ, II, cap. VIII, p. 21).

A Câmara de Porto declarou feriado para o dia e um dos vereadores, belamente vestido, entregou-lhe as insígnias da cidade dizendo: “*Señor. Tomay esta syna em vossas maõs e per ela nos poemos em voso poder e vos fazemos preito [e menage] de vos servir xom os corpos e averees, ataa despender as vidas por homrra do Reino e vosso serviço*” (CDJ, II, cap. VIII, p. 21). Com todos estes aspectos, podemos notar uma clara teatralização da cerimônia. Nas entradas apresentadas aqui, o elemento principal era o Mestre/Rei de Avis, que agora mostrava-se como uma figura diferenciada e mais importante do que quaisquer outros presentes.

Por outro lado, a relação com a beleza que é emanada a partir das vestimentas, dos cânticos, das plantas, dos cheiros nas casas e ruas eram itens presentes. Vale notar que com a Dinastia de Avis, têm-se a percepção que as entradas passam a ser uma cerimônia oficial, com uma clara preparação dos cidadãos para o momento da recepção. E o crescimento elaborativo deste cerimonial possui uma associação com a necessidade das cidades de afirmação. Note-se o fato de que, além de Lisboa e todos os espólios que a cidade ganha, as outras localidades que realizam uma festa para a chegada do rei são justamente Coimbra e Porto, cidades que possuíam força e preponderância no reino do Portugal medievo. Têm-se o rei acompanhado dos seus comandantes militares, na forma de chefe e protetor do povo.

Segundo Jacques Le Goff, os medievos eram pessoas que gesticulavam, usavam da teatralidade para inserir seus movimentos no espaço. “*O espaço é um objeto eminentemente cultural, variável consoante as sociedades, as culturas e as épocas – um espaço orientado, penetrado pela ideologia e pelos valores*” (LE GOFF, 1994, p. 147). E as cerimônias aqui retratadas são objetos utilizados como ferramentas de comunicação política, entre o monarca e os súditos. Na análise de Nieto Soria, as monarquias da Baixa Idade Média possuíam pequeno grau de centralização e maturação política em comparação com as estruturas encontradas nos Estados absolutistas de séculos posteriores. Porém, as cerimônias eram ferramentas simbólicas

para divulgar as intenções de poder a partir das festas litúrgicas ou não. O cerimonial justificava a ação régia e legimativa o monarca em frente aos habitantes de seu reino (NIETO SORIA, 1988, p. 9).

Batismo, bodas de casamento, procissões e demais celebrações fazem parte do ciclo da vida das mulheres e homens do medievo, sem levar em consideração a pompa de sua posição social. Eram a apropriação do espaço público, marcando o tempo do reino, pois ficava teatralizada a reunião dos diversos segmentos a partir da participação dos mesmos. Os ritos e cerimônias apontadas atualizavam a união do reino no espaço público. Ana Isabel Buescu nos leva a atentar ao fato de que ritos e cerimônias estão inscritos no tempo e num espaço definidos, demonstram a sua condição simbólica (BUESCU, 2010, p. 36). Ligam-se ainda, a uma memória e história que se deseja preservar, tal como tornam-se uma narrativa para as gerações seguintes. A prática da encenação dos poderes é um mecanismo próprio das monarquias que tem como objetivo apresentar-se como elemento aglutinador da identidade de um grupo (BUESCU, 2010, p. 38). E no caso específico da *Crônica de D. João I*, Fernão Lopes não concretiza a noção identitária somente a partir das festas. O cronista transforma a sua narrativa em providencialismo. É sobre isso que trataremos no tópico seguinte.

2. O MESSIANISMO JOANINO INSERIDO NO TEMPO E NO ESPAÇO: O EVANGELHO PORTUGUÊS

A crença judaica da Palestina pós-Cristo, por volta de 1 d.C. usava o termo “*makom*”, que significava “*lugar*” para nomear Deus. Segundo Max Jammer, filósofo e físico israelense, na teoria judaica, a provável substituição de Deus por terminologias que designavam lugar era comum (JAMMER, 2010, p. 55). A ideia de que Deus estava em todos os lugares, que é onipresente, tornou a associação com o espaço em algo recorrente. Em outros momentos dessa dissertação mostramos como Deus é o senhor do tempo e de todas as coisas⁴¹. Agora, a mitologia judaica nos demonstra como o espaço também foi relacionado a imagem do criador.

⁴¹ “Que o nome do Senhor seja louvado pois a ele pertencem a sabedoria e o poder. Ele modifica os tempos e estações, depõe e entroniza os reis, dá sabedoria aos sábios e ciência aos inteligentes” (Bíblia de Jerusalém, Daniel, 2, 20-21).

Justamente, pois para que exista uma interação entre o mundo espiritual e o mundo terreno, o espaço foi selecionado enquanto área comum. O espaço era onde se realizava a vida corpórea (JAMMER, 2010, p. 67).

A tradição religiosa claramente também influenciou teorias que vieram a posteriori. O milenarismo e o messianismo foram uma maneira de expressar a espera de melhores dias através da reutilização da filosofia cristã. Ambos possuem posição no tempo, no espaço e são outros dois conceitos que já trabalhamos em capítulos anteriores. Logo, neste último capítulo temos por intenção mostrar como as teorias da espera são associadas pertinentemente a uma construção espacial. E fazer isso levando em consideração a fonte que analisamos, a *Crônica de D. João I* escrita pelo cronista Fernão Lopes. Ao longo da segunda parte do capítulo também demonstraremos como as construções do escritor foram também convenientemente vinculadas com passagens bíblicas. Para isso, temos utilizado a *Bíblia de Jerusalém* como fonte secundária de análise comparativa. Nesta última sessão, ela continuará sendo chave para demonstrar nossas conjecturas.⁴²

Uma conjuntura que se apresenta por meio do messianismo, demonstra como tal fenômeno atua tanto no campo político quanto social. Fato este que nos traz uma visão ampliada sobre as relações de poder e a experiência religiosa do momento. Quando estes fenômenos se fazem presentes na crônica de Lopes é pela razão que estão carregados de uma historicidade latente e que lhes faz parte. E essa carga histórica está presente, pois uma caracterização messiânica e providencialista lida com uma dimensão temporal, seja através de uma nostalgia de tempos que já se foram ou de uma espera futura.

Dessa forma, as crenças messiânicas costumam se desenvolver em cenários de crise. Na Península Ibérica, as expectativas em relação à monarcas com grandes atributos se fizeram presentes ao longo da história e são anteriores aos séculos XIV e XV, focos desta análise. É o caso do monarca Afonso Henriques, conhecido pelos mouros como *El-Bortukali* (“O português”) e *Ibn-Arrik* (“filho de Henrique”). Este tornou-se o primeiro rei de Portugal e foram criadas em volta de tal monarca, analogias relacionadas com milagres proféticos. Segundo as crônicas régias escritas – estas encomendadas pela Dinastia de Avis – sobre tal figura histórica, o caráter milagroso da batalha está presente na aparição de Jesus Cristo ao rei cavaleiro, lhe

⁴² Existe uma versão da *Bíblia Medieval Portuguesa* publicada em dois volumes por Serafim da Silva Neto em 1958 pelo Instituto Nacional do Livro. A versão é resumida e não conseguimos ter acesso aos volumes. Usamos a Bíblia de Jerusalém por esta ser considerada uma das maiores versões para estudo já que se trata de uma tradução dos originais bíblicos em hebraico, aramaico e grego.

garantindo a vitória sobre o inimigo mouro e assim, a unificação do reino de Portugal (MENDONÇA, 2010, p.22).

Posteriormente, um dos demais exemplos notados é o de D. Sebastião, que na tentativa de reviver os feitos realizados por Afonso Henriques, acaba iniciando um novo movimento cruzadístico em pleno século XVI. Por consequência, desaparece na Batalha de Alcácer-Quibir e em volta do mesmo são construídas as expectativas profético-messiânicas de seu retorno. Após sua morte, o reino português perde a sua independência e assim dá-se início ao período conhecido como União Ibérica (1580-1640). O Sebastianismo é o movimento centrado na espera pelo retorno de tal rei, D. Sebastião. Foi o último monarca da Dinastia de Avis e as esperas surgiram após seu desaparecimento e da consequente não identificação do seu corpo no território da batalha, ocorrida em 4 de agosto de 1578.

Em cada momento de crise ou de mudança de um padrão de governabilidade, reapareceram em Portugal, discursos repletos de promessas de salvação, redenção e que contrastavam com um presente de dificuldades. Aspectos como linearidade do tempo e imaginário político criaram o terreno para que a chegada do monarca salvador representasse a inauguração de um novo momento de prosperidade e justiça entre os homens, onde a construção de um reinado divino seria a pauta de um novo grupo político ou dinastia. Trata-se de uma manifestação judaico-cristã que trouxe para o Ocidente uma espécie de liderança associada com o sagrado e com a chegada de novos tempos.

Para Ana Paula Torres Megiani, “*o povo português assimilou profundamente, durante a Baixa Idade Média, todas as influências religiosas ou literárias ligadas a essa crença, e mesclou-as de maneira que incorporasse esses conteúdos à sua própria história*” (MEGIANI, 2003, p. 77). A imagem régia portuguesa até tal momento não esteve necessariamente ligada a atributos como unção régia, semidivino ou taumatúrgico, como já sabemos através de outros estudos históricos já realizados sobre o contexto europeu (Marc Bloch, Ernest Kantorowicz, José Nieto Soria). Mas foram associados a salvadores e messias. E essas diferentes imagens régias refletiam atributos da cavalaria e de guerra justa/santa e foram reunidas ao longo dos séculos em que Portugal legitimava-se como uma monarquia na Europa (MEGIANI, 2003, p. 92).

É como se houvesse um invólucro de imaginário político em volta dos monarcas portugueses. Essa base providencialista presente nos relatos de história portuguesa se relaciona profundamente com o imbricamento das três matrizes religiosas presentes no reino: cristã,

judaica e moura. Além destas, as teorias que circulavam a época na Europa através do abade Beda e a crença que fazia dos portugueses e do reino em si escolhidos por Deus. E tais fenômenos funcionaram como elementos distintivos para a construção do discurso político e até mesmo da historiografia portuguesa desde a fundação de Portugal, como hoje conhecemos. Pouco a pouco, o profetismo político tornou-se uma das características latentes das narrativas portuguesas.

Ademais, a vontade e necessidade do surgimento de figuras políticas e líderes ligados ao messianismo demonstram uma vontade de transformação do mundo em que se vive. A dimensão temporal da maioria das manifestações envolve a espera de um messias para mudar a ordem das coisas e a entrada de um grande milênio. Logo, fazem alusão a um tempo linear, com um desfecho final que estaria envolto em um novo momento de bonanças e felicidades. Na *Crônica de D. João I*, situação a qual já denotamos, a escrita de Fernão Lopes possui tempos diversos e uma efetivação no presente. O messias, encarado na pessoa de D. João I, já se manifestou e o seu reinado já teve início. O *Evangelho Português* é a anunciação de suas características messiânicas narradas por Fernão Lopes.

Assim como Jesus Cristo é apresentado na Bíblia como um ser histórico com atributos de Messias a partir das versões dos Evangelhos dos apóstolos no Novo Testamento; o mesmo faz o cronista em relação ao novo monarca português. Nas analogias e metáforas cristãs que lidam com o messianismo e o milenarismo, o novo é sempre um retorno a um estado original perdido na queda do Paraíso. Assim, Lopes cria uma espécie de novo evangelho cristão e anuncia o reino de Portugal como destino, local ideal para viver sobre a hoste de um novo monarca messiânico com os seus seguidores também possuidores de grandes atributos. Desta forma, a poderosa associação com a Bíblia e com as teorias advindas da teologia medieval que estavam em circulação na época balizaram a mais complexa analogia de Fernão Lopes, o *Evangelho Português*.

Ao utilizar a Bíblia como parâmetro e apresentando o monarca D. João I como grande redentor de Portugal, iniciador de uma nova era de justiça e felicidade, criou-se a noção de que um novo capítulo da Cristandade havia sido inaugurado, agora em Portugal – equiparado à Nova Jerusalém prometida no *Apocalipse de São João*. O *Evangelho Português* do Mestre de Avis apresentado por Fernão Lopes, prega uma sociedade mais justa na qual os humildes serão protegidos pelo rei, o qual garantirá a salvação aos portugueses (ZIERER, 2004, p.173). Além disso, os sinais providenciais e messiânicos presentes possuíam a intenção de mostrar uma

espécie de legitimação e ascenso divinos para o novo poder que emanava a partir de Avis e que criava um ambiente favorável para a consolidação dinástica no domínio do coletivo e do imaginário (REBELO, 1983, p. 57).

Claramente, a metáfora de Fernão Lopes relaciona-se com a intenção demonstrada pelos Evangelhos presentes na Bíblia (Segundo São Lucas, Marcos, Mateus e João). Tais textos são narrativas do cristianismo primitivo que contam a história e tem a função de passar a mensagem e os ensinamentos de Jesus Cristo. Além disso, possuem o objetivo de convidar pessoas à crença cristã, na intenção de que se tornem fiéis seguidores. Assim, nas metáforas do evangelho português está a comparação de D. João com Jesus, cuja mensagem e reino devem ser repassados; e de Nuno Álvares Pereira com Pedro, discípulo que foi escolhido por Cristo para cuidar do seu rebanho.

A história na versão de Lopes é construída com muitíssimo cuidado e é muito bem conduzida. A narrativa do evangelho, tal como uma analogia político-religiosa, é inserida logo após o fim do Cerco de Lisboa com todo sofrimento da população urbana e antes da *Sétima Idade*, que culmina com a eleição nas Cortes de Coimbra. A impressão deixada por Fernão Lopes ao ter uma narrativa direcionada é a de que já existia um clima entre a população de baixos e altos segmentos para que D. João I se tornasse o novo rei de Portugal. E de que esse processo aconteceu de uma maneira lenta e gestual, através do apoio militar de grupos nobres dado à causa dos verdadeiros portugueses e das agitações cidadinas através do povo miúdo.

Primeiramente, com o objetivo de prover um motivo para as narrativas messiânicas que em breve apresentaria, Fernão Lopes inicia o capítulo a falar daqueles que lutaram ao lado do Mestre de Avis. Pois,

sse o escorregamento dos grandes tempo, gasta a fama dos excellentes príncipes, muito mais longa hidade, **soterra os nomes das outras pessoas**, dentro do moimento com elles. E porque em começo de seus boões feitos, o Meestre ouve fidalgos e çidadaãos que o bem e lealmente servirom, poemdo os corpos e vidas, por homrra do rreino, **imjuria nos parece que lhe foi feita, leixallos cahir em perpetuu esquecimento** (CDJ, I, cap. CLIX, p. 338-339).

A crônica histórica foi uma das primeiras demonstrações da preocupação para com a cultura do tempo linear e da memória. O reino português foi um dos que se tornou exemplo ao elevar a crônica para o posto de obra do circuito cortesão e popular (no intuito de que fosse lida em voz alta), a partir da contratação de cronistas régios. A memória, dessa forma, também serve aos que seguiram o Mestre de Avis, pois o tempo também faria destes, vítimas do esquecimento.

Dessa forma, a crônica faz ode à memória, pois além de ser uma narrativa escrita para celebrar os feitos de uma nova monarquia, ela criou um texto envolto de símbolos, imaginário, sonhos, profecias, messianismo e providencialismo. E todos estes aspectos combinados faziam um forte apelo de veracidade ao mundo envolto em uma cultura cristã, como era o caso da Idade Média.

Esta preservação do passado se deu (e ainda se dá, mas não somente) por meio da escrita e todo um projeto tomou forma a partir da ação de “*idealizar o presente e o futuro através da releitura do passado*” (FRANÇA, 2006, p. 219). Vale ressaltar que a memória é um atributo do tempo e do espaço, marca momentos, lugares e histórias que podem ser constantemente passados e reinterpretados. E no caso específico tratado aqui, também lidamos com uma memória que possui uma caracterização régia e urbana. O rei D. João I, através do cerimonial e da narrativa que envolveu o imaginário político, construiu todo um programa de memorização em que ele era o centro e que possuía ressonância para com a comunidade de vassallos e súditos.

Assim, o relato do Evangelho Português inicia-se com a exaltação da cidade de Lisboa, “*pois ella foi madre e cabeça*” (CDJ, I, cap. CLIX, p. 339) dos feitos que os cidadãos “*poemdo os corpos e vidas, por homrra do rreino*” (CDJ, I, cap. CLIX, p. 339). Uma caracterização importante é a de que a narrativa sobre o evangelho se insere logo antes da citação dos nomes de fidalgos e lugares que apoiaram D. João na defesa do reino. Tal situação demonstra como que a analogia com a história bíblica possuía também uma faceta relacionada com o espaço.

Lopes insere em seguida, na sua versão do Evangelho, Nuno Álvares Pereira, cujos bons serviços, glória e louvor, “*numca foi eclipsi nem perdeo seu lume*”. Nuno, segundo a perspectiva do cronista,

assi como o Filho de Deos depois da morte que tomou por salvar a humanall linhagem, **mamdou pello mumdo os seus Apostollos preegar o evangelho a toda creatura**; por a qual rrazom som postos em começo da ladainha, nomeando primeiro sam Pedro; assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos gaanharom, emviou NunAllvarez e seus companheiros pregar pello reino ho **evangelho portuguees; o quall era que todos cressem e tevessem firme ho Papo Urbano seer verdadeiro pastor da igreja, [fora de cuja hobediencia nehu salvarse podia;**] e com isto teer naquela creença, que seus padres sempre tenerom, convem a saber: gastar os beës e quamto aviam por deffender o rreino de seus emmiigos; e como por mamter esta ffee espargerom seu sangue ataa morte (CDJ, I, cap. CLIX, p. 340).

Percebe-se que a anunciação do que é caracterizado como “evangelho portuguees” é identificado a partir da comparação de Nuno Álvares Pereira para com os apóstolos, assim como os restantes dos seus companheiros que haviam apoiado o Mestre de Avis. Esse evangelho

acontece quando todos crêem no Papa Urbano como o firme e verdadeiro pastor da Igreja. Fora desta crença não poderia haver salvação. Ou seja, o que Fernão Lopes quer transmitir com a mensagem do *Evangelho Português* é a de que se lutas contra Portugal, não terás como vencer. Não há salvação para aqueles que lutam contra tal reino ibérico.

A identificação do Papa Urbano VI (1378-1389) de ser o “*verdadeiro pastor da igreja*” é resultante do enfrentamento presente na Cristandade medieval, do Cisma do Ocidente. Tal pontífice, no momento, era o residente em Roma. Em Avignon, tinha-se o que era chamado na época e também por Fernão Lopes de Antipapa, o falso papa. Este foi Clemente VII (1378 - 1394). E associação com aquele que seria o verdadeiro papa denota, a D. João e o novo grupo político que o seguia, uma relação com o sagrado. Mas que não os colocava em um patamar acima da Igreja tradicional.

Já foi tratado anteriormente neste trabalho que na *Crónica de D. João I*, este conflito está exposto a partir da repartição de apoios de Portugal e Castela para com o papado. A oposição declara-se com o apoio das populações dos “*verdadeiros portugueses*” com Urbano VI, o devido papa residente em Roma e no caso de Castela, para com o patriarca de Avignon, na França. Quando se iniciam os primeiros levantes nas ruas da cidade que foi o epicentro do movimento de 1383-1385, Fernão Lopes conta que as pessoas bradavam nas ruas como forma de justificar seus atos: *Justiça que mamda fazer nosso Senhor ho Papa Urbano sexto, neeste treedor çismatico Castellaão, porque nom tiinha com a samta Igreja* (CDJ, I, cap. XII, p. 30).

O cronista, por meio de artifícios retóricos presentes em sua escrita, traz para o conflito entre Portugal e Castela um estatuto religioso de guerra justa. Para Santo Agostinho, a guerra era justa, pois era uma extensão das primazias do que era governar. O Bispo de Hipona justifica o uso de armas e cavaleiros para os impérios e reinos quando este for o último recurso para a conquista de legitimidade, lutar contra a injustiça e inimigos externos (SANTO AGOSTINHO apud WOLKMER, 2001, p. 21). Diante de tais aspectos demonstrados a partir da fonte, António Saraiva expõe que o *Evangelho Português* é como uma “*metáfora audaciosa, quase uma blasfêmia*” (SARAIVA, 1998, p.171) e que este seria permeado por duas caracterizações essenciais, uma religiosa e outra não religiosa que se beneficia da primeira. Segundo o pesquisador português, é a característica ligada à religião que permite o cronista “*usar a expressão “evangelho”: a fidelidade ao papa legítimo implicava a adesão à verdadeira fé, pois o antipapa era, para todos efeitos, um herege. O efeito visado é evidentemente, associar as duas causas, a do papa e a da defesa do Reino*” (SARAIVA, 1998, p. 171).

Luís Rebelo denota que Fernão Lopes põe em prática, a partir do Evangelho Português, uma “*conciliação político-teológica*” (REBELO, 1983, p. 88) que é, antes de tudo, consequência da ordenação anterior do discurso presente na crônica. O discurso que é criado para a legitimidade do acesso ao poder da casa de Avis, alicerça a nova monarquia. E o cronista Fernão Lopes fez isso através de um “*sincretismo em que concilia a filosofia política e a teoria religiosa*” (REBELO, 1983, p. 87).

Posteriormente Fernão Lopes reutiliza a figura de Nuno Álvares Pereira para fazer a comparação definitiva com os seguidores de Jesus Cristo. O cronista denota que

podemos bẽ dizer e apropriar, que assi como o nosso salvador Jhesu Christo, sobre Pedro fundou a sua egreja damdolhe poderio que aquell que legasse e assolvesse na terra, seria legado e assolto nos ceos, assi o Mestre que sobre a bomdade e esforço de Nuno Allvarez fundou a deffemssom daquella comarca, lhe deu livre e isemto poder, que ell podesse poer alcaides; e tomar e quitar menageês; e dar beês moviis e de rraiz; e poer temças e tirallas; e todallas outras cousas, assi perfeitamente como o Meestre dellas husar poderia [...] Outros homrrados diçipullos se chegarom depois a NunAllvarez pera lhe ajudar a pregar este evangelho portuguees, cuja perseverança fez a elles e a seu linhagem sobir em grande homrra e acreçemtamento (CDJ, I, cap. CLIX, p. 342).

Percebe-se a clara associação de D. João I a Jesus Cristo e do seu maior comandante militar com São Pedro. Associado à imagem do monarca estava ainda a nobreza secundogênita, com seu maior representante em Nuno Álvares Pereira. Este é representado como uma figura de uma nobreza ideal, cuja ligação primordial seria com o reino e com o monarca. Em oposição estava a nobreza tradicional, acusada de apoiar o reino de Castela na invasão a Portugal.

A sugestiva comparação de Nuno Álvares Pereira com Pedro demonstra a missão que o primeiro tinha de pregar o evangelho de D. João na forma de comandante militar, como vassalo e seguidor. Pedro recebeu de Jesus tarefa parecida: “*Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as portas do Hades nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus*” (Bíblia de Jerusalém, Evangelho Segundo São Mateus, 16, 18-19). Desta forma, na intenção de aproximar as histórias bíblicas com a nova dinastia, as expectativas messiânicas constroem-se e a monarquia passa a ter um diálogo inteligível, mais próximo com toda a população cristã portuguesa.

Porém, todo o poderio legado a Nuno Álvares Pereira torna-se um perigo à monarquia. O nome do nobre está envolvido na fundação da casa de Bragança, a terceira dinastia

portuguesa. Tal casa, posteriormente real, adquiriu forças e posses por meio de seus fundadores, D. Afonso (filho de D. João I com D. Inês Pires Esteves) casado com D. Beatriz, filha do Condestável do reino Nuno Álvares Pereira, ele mesmo já filho de um padre Prior da Ordem do Hospital.

Tal situação ocorreu por conta do comandante militar de D. João I, Nuno Álvares Pereira. Após os espólios de guerra conseguidos com o fim dos conflitos, seus poderes tanto políticos quanto financeiros passam a rivalizar com o poder real. Nas Cortes, chegou a ser denominado de “*rei sem reino*” (COELHO, 1965, p.128). Foi conde de Ourém, conde de Barcelos, conde de Arraiolos e conde de Neiva, com uma acumulação de património e poderio jamais vistos em Portugal. O retorno da riqueza para a casa real foi solucionado por meio da política de casamentos. O genro do comandante militar, D. Afonso, foi nomeado conde de Barcelos e recuperou parte do património à casa real. Por consequência, deu início à casa de Bragança, terceira dinastia portuguesa e descendente da Dinastia de Avis por via colateral.

Vale ressaltar que o verdadeiro mérito de Fernão Lopes ao ter criado o *Evangelho Português* foi o consequente fortalecimento da imagem do rei e uma maior evidência do epíteto, “*Rei da Boa Memória*” para o monarca D. João I. Tal nomenclatura deve-se principalmente ao fato de que o Mestre de Avis, chefe do movimento e rei eleito, mantém-se fiel aos homens que o colocaram no trono (COELHO, 1965, p.127). Durante os cinquenta anos do reinado de D. João I (1385-1433) reuniram-se vinte e sete vezes as Cortes do reino, de dois em dois anos em média. Isso são mais vezes que em todos os reinados dos séculos XIV e XV (COELHO, 1965, p.146).

Ainda, a obra de Fernão Lopes deixa posto a quem se dedica a lê-la uma noção de que o rei em questão, D. João I, o Mestre da Ordem de Avis apresentava-se como um monarca inteiramente poderoso, com ares de um governante absoluto - se é que esta terminologia é correta. Em contrapartida, a figura do rei medieval evoluiu e mudou durante o longo período em curso. Este, na realidade era limitado pela lei e dualizava com outros poderes em voga na sociedade da época, como os grandes senhores feudais e o poder papal (LE GOFF, 2002, p. 400).

Vale ressaltar que o governo de D. João I foi marcado pelo aumento de impostos, grande inflação, fracasso inicial dos feitos econômicos intencionados em Ceuta, guerras prolongadas contra Castela e várias reclamações dos pequenos contra os abusos dos grandes. A tão conhecida “*Revolução de Avis*”, termo pelo qual é conhecido o período histórico em questão,

na realidade não representou a era tão prometida aos verdadeiros portugueses nas analogias do abade calabrês Joaquim de Fiore e do anglo-saxão Beda. Ficou relegada, na prática, somente no plano do imaginário.

É importante ter em conta também que as alegorias compostas por Fernão Lopes, principalmente nos capítulos sobre o *Evangelho Português* e a *Sétima Idade*, não perpassam somente as noções que envolvem providencialismo e esperas messiânicas. Para legitimar a figura do Mestre de Avis, foi necessária a associação de sua figura com as camadas populares. D. João I havia se tornado o pai da “*arraia-miúda*”, grande defensor da cidade de Lisboa, que se encontrava “viúva” e clamava por um novo representante.

Por fim, é notório perceber que na já mencionada metáfora da viuvez em relação à cidade que procura um novo marido (esposo este que possui atributos de Messias de Lisboa); nesta metáfora reside uma forte caracterização espacial e temporal. Existe um claro horizonte de expectativas em uma construção de cunho messiânico. O esperado colocará fim ao castigo do tempo em um determinado lugar. Na era messiânica o tempo está paralisado. Com a efetivação de um novo reino existe somente a eternidade e as bonanças advindas dela. Analisamos e trabalhamos, antes de tudo, com representações culturais, com uma interpretação particular do que é o tempo histórico. Existia, nas páginas de Fernão Lopes, uma clara promessa de dias melhores em um espaço idealizado, o reino português.

O espaço de experiência era o local e o passado ao qual o cronista escreveu. E tal tempo, que havia ficado para trás, deveria realizar-se diferentemente no porvir. E é por tal razão que podemos afirmar que os movimentos messiânicos e providenciais oferecem a todos, independentemente do segmento social ao qual são provenientes, uma localização no tempo e no espaço. Seja essa espera uma vontade de situação futura ou uma concepção otimista de presente. Tais movimentos anunciam a inauguração de uma nova era e um determinado lugar privilegiado para uma convivência repleta de felicidades com a efetivação de um reino divino.

Marc Augé, antropólogo francês, define que um lugar é encarado como histórico a partir do momento em que os seus habitantes passam a reconhecer marcos e memórias que seus antepassados construíram simbolicamente (AUGÉ, 1994, p. 53). Logo, o messianismo também está associado à historicidade do espaço, pois as expectativas futuras são criadas a partir da reinvenção e interpretação que busca o aprimoramento social com base nas vivências do passado e do presente em dado lugar.

Em seguida, Augé nos aponta a noção de lugar antropológico, onde os habitantes não

fazem a história, mas vivem a história (AUGÉ, 1994, p. 53). O lugar antropológico desponta da noção de identidade, onde há uma profunda relação entre os moradores e os espaços do dia-a-dia. Toda cidade e sua população, que não possuem uma criação recente, reivindicam a sua história. Pois um espaço social é repleto de monumentos, prédios, praças, ruas e caminhos que representam atividade, vivência, cerimonialidade e memória. Claramente os momentos e fatos mudam de acordo com as eras e percepção de cada um, mas a noção de identidade ela é antes de tudo uma ideia. Uma abstração existente entre um território e aqueles que o habitam (AUGÉ, 1994, p.53).

Na obra de Fernão Lopes, escrita sob encomenda feita pela Dinastia de Avis, existe uma noção latente de identidade não classificada como tal pelo cronista. Da mesma forma que a palavra memória não é claramente usada, sempre é descrita de outra maneira como “*renembrancha*” ou de fazer com que os nomes não caíssem no “*perpertuu esquecimento*”, a noção de identidade é definida pelo cronista de outra forma, de “*mumdanal afeição*”.

Gramde licêça deu a afeição a muitos, que teverõ carrego dordenar estórias, mormente dos senhores em cuja merçee e terra viviam, e hu foram nados seus antigo avoos, seemdo lhe muito favoraves no rrecomtamento de seus feitos; e tal favoreza como esta naçe de mumdanall afeioçom, a quall nom he, salvo conformidade dalguũa cousa ao entemdimento do homẽ. Assi que a terra em que os homẽes per lomgo costume e tempo foram criados, gera huũa tal conformidade amtre o seu emtemdimento e ella, que avemdo de julgar alguũa sua cousa, assi em louvor como per contrairo, numca per elles he dereitamente rrecomtada (CDJ, I, Prologo, p.1).

Fernão Lopes denota a afeição mundana como uma admiração a terra em que os homens foram criados por longo tempo e costume. Essa tal afeição criaria uma conformidade em contar histórias sobre tal lugar de origem. Assim, a memória é constitutiva da identidade. Além de possuir a função de ser um elemento histórico dos ritos, símbolos, cerimônias e comemorações, a memória dá a identidade o caráter de fator político. E torna-se político porque é parte de um grupo, de um reino e de pessoas que compartilham narrativas e experiências que em algum momento foram comuns, apesar de diferentes versões e pontos de vista. Assim, a identidade está baseada no tempo e no espaço. Um rei e as histórias circunscritas a ele envolvem todos os habitantes.

A *Crônica de D. João I* aponta sinais da afirmação de identidade portuguesa na intenção de configurar um passado recente que crie balizas para um futuro próximo (FREITAS, 2014, p. 440). A identidade presente na Idade Média está voltada para o monarca e os rituais de cerimônia, os simbolismos presentes no providencialismo, as conjecturas de tempo e espaço

são postulados políticos elaborados pelo rei e aqueles que servem. Mas que possuem uma intenção maior de conquistar os súditos e a população. Nesse sentido, o discurso ao qual Fernão Lopes presta um serviço está impregnado de pretensões dinásticas legitimadoras. E a memória, o tempo, o espaço, ritos e cerimônias são ferramentas que fazem parte de um todo constituidor de identidades.

À guisa de conclusão, a população portuguesa a qual Fernão Lopes fala, desde o povo miúdo ao nobre que se legitima conjuntamente com a nova casa real, faz-nos perceber que os contemporâneos da crônica encaravam a história como destino. A história e a memória tornaram-se fatores de identidade porque estas levantaram reis, criaram novas dinastias e deixaram crenças providencialistas presentes no imaginário português e brasileiro até os dias atuais⁴³. A sociedade portuguesa alimentou sua identidade através de um profundo imaginário político que possui raízes culturais. Situação essa que o tempo e o espaço criaram as condições necessárias para que perdurasse nas páginas da História.

⁴³ Existe no estado do Maranhão um caso de extrema expressão e refere-se ao Sebastianismo, movimento centrado na espera pelo retorno do rei D. Sebastião; último monarca da Dinastia de Avis em Portugal, que surgiu após seu desaparecimento e não identificação do seu corpo no território da batalha, ocorrida em 4 de Agosto de 1578. A partir de tais construções messiânicas em volta de sua figura e com a expansão marítima nasce a *Lenda do Encantado* no município de Cururupu, em especial na Ilha dos Lençóis. Acredita-se que D. Sebastião, na forma de um touro com uma estrela branca nas têmporas, corre nas noites de lua cheia. Segundo o mito, quando o monarca desencantar ocorrerá o afundamento da capital São Luís e nas praias de areias alvas, emergirá a corte de Queluz, uma nova Jerusalém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções de tempo, espaço e como os homens e mulheres deixam suas marcas e as utilizam sempre foram o plano de fundo da História. Assim, a monarquia portuguesa e os homens de letras que as circundavam tiveram a clarividência de perceber o quanto o mito político com intercâmbios religiosos era uma poderosa arma do fortalecimento da figura régia. Entretanto, a estruturação da figura régia e dos discursos que a envolvem apresentam peculiaridades que não dispensam as categorias temporais e espaciais de uma investigação mais profunda. Portugal e as crônicas régias de Fernão Lopes tornaram-se o centro de nossas análises numa intenção de compreender como ambas categorias tomaram a cena e tornaram-se protagonistas de uma maneira específica de escrever a história: a que intencionava construir identidade e a memória de todo um reino.

Tendo foco os fatos históricos, apontamos que em Portugal há muito já se passava por recessões que afetavam a Europa em escala continental. Crises agrícolas e pestes abateram-se sobre o território e criaram situações de aumento da massa de desprivilegiados e fome. Agravou-se a situação da falta de mão de obra, as tensões entre os segmentos sociais presentes na Idade Média e desfavoráveis eram as ofertas de emprego. Essas convulsões tomaram espaço nos séculos XIV e XV e ceifaram cerca de um terço da população do continente. Especificamente, em Portugal as populações subalternas passaram a demonstrar o seu grau de descontentamento com a situação a partir de “uniões” nos principais centros urbanos do reino. D. Fernando teve seu reinado (1367-1383) inserido neste processo. Envolveu-se ainda em um conflito bélico existente entre os reinos de França e Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos, para defender os interesses portugueses de livre trânsito e comércio do Atlântico. Também efetivou guerras contra Castela, sem conseguir sair vencedor delas.

A dinastia iniciada por Afonso I, a de Borgonha, encontrou seu fim em 1383 com a morte do monarca D. Fernando e ausência de herdeiros masculinos legítimos ao trono. D. Fernando possuía somente uma filha, D. Beatriz prometida em casamento ao rei de Castela, D. Juan I por meio do *Tratado de Salvaterra dos Magos*. As cláusulas do mesmo propunham que numa situação de vacância de trono, D. Leonor Teles, rainha de Portugal, deveria assumir o trono em regime de regência até que o herdeiro de D. Beatriz e D. Juan I nascesse para ser o futuro rei de Portugal. Porém, tal situação não foi efetivada e cumprida.

Assim, no reino de Portugal, o cronista Fernão Lopes colocou na sua pauta a escrita das crônicas dos reis portugueses durante a primeira metade do século XV. O guarda-mor da Torre do Tombo e antigo Escrivão da Puridade deveria deixar para a história os grandes feitos das casas monárquicas, narradas em grandes conquistas, decisões e atos heroicos. Assim sendo, Lopes escreveu três crônicas: *Crônica de D. Pedro*, *Crônica de D. Fernando* e *Crônica de D. João I*, primeira e segunda parte, mostrando o fim da dinastia de Borgonha a ascensão da dinastia Avisina.

Tal fato somente tornou-se possível por conta da plenitude que a história passou a tomar nos finais da Idade Média no reino de Portugal. Podemos observar uma relativa laicização das estruturas governativas com a inserção de homens letrados - não mais sendo uma exclusividade dos clérigos - em cargos que exerciam funções na casa régia e em demais áreas de órgãos consultivos. A escrita e por consequência, a historiografia, ganharam fôlego porque o monarca passou a ser o principal patrocinador da narração e da memória dos feitos e fatos. A intenção era consolidar a afirmação política dos monarcas e recompensar os homens e mulheres dos mais diversos segmentos sociais a partir da valorização da imagem do reino e de seus habitantes (FRANÇA, 2006).

Neste trabalho, investigamos a terceira obra escrita por Fernão Lopes e que trata exatamente da afirmação de um projeto político de poder que emanava a partir da figura de D. João, Mestre de Avis e irmão bastardo do rei que havia falecido sem deixar herdeiros, D. Fernando. A historiografia já luta para construir uma imagem não tão negativa para o reinado fernandino. Historiadores como José Mattoso e Armindo de Sousa apresentam que os anos de governo de D. Fernando foram muito prejudicados pela conjuntura presente em toda a Europa. Colocou em prática medidas que demonstram um latente interesse por causas presentes em todo o reino e também importantes para a monarquia como a edificação das muralhas de algumas cidades, leis protetoras dos mercados do reino, fundação da Companhia das Naus e entre outras realizações (MATTOSO; SOUSA, 1997, p. 413-414).

Após sua morte, iniciaram-se os movimentos de 1383 que desembocaram em conflitos bélicos contra o reino de Castela por conta da disputa pelo trono da monarquia portuguesa. De um lado, encontravam-se as intenções do rei de Castela, D. Juan I em invadir o reino de Portugal e deixá-lo sob o seu comando aclamando sua esposa e rainha no trono, D. Beatriz. De outro, D. Leonor Teles, que havia se tornado regente do reino após a morte do seu marido e rei. A história da preponderância da figura joanina entre a população de Lisboa, sua escalada como Regedor

e Defensor do reino em 1383 e posterior eleição a rei nas Cortes de Coimbra em 1385 é contada na *Crónica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes por ordem de D. Duarte em 1434.

Ditos os fatos, a proposta deste trabalho foi analisar a última crônica lopesina como uma fonte histórica que emanou construções de tempo e de espaço. Estas construções funcionavam como ferramentas para a consolidação de um discurso político que galgava a afirmação régia e a edificação de uma identidade nacional. A obra de Fernão Lopes, estava inserida em um exato tempo do decorrer histórico; transmitiu e influenciou as representações da temporalidade, sentimento de pertencimento e as interpretações dos acontecimentos. Portanto, não é a linearidade dos eventos que interessaram nesta análise, e sim temporalidade, espaço e respectivos acontecimentos; objetivando perceber como estavam refletidos na *Crônica de D. João I*. Quando Lopes lidou com tais categorias históricas, erigiu memórias e narrativas específicas que por muito influenciaram a historiografia e a identidade portuguesa que tentava-se colocar em pauta naquele Portugal de final do século XIV e início do XV.

Com efeito, inferimos que o tempo medieval é orientado para um fim, com uma busca recorrente para alcançar a eternidade. É o tempo vivido de um presente como a reconfiguração de acontecimentos cristãos bíblicos passados, pautado na esperança da chegada futura de um messias que poria fim a um tempo de sofrimento, instaurando uma nova ordem. Concomitantemente, a Idade Média é a consolidação da conquista de um tempo que é social. Este reflete os anseios, discursos e práticas das classes dominantes. O controle das demais classes era um elemento importante e se pautava sobre o tempo. Ainda, era caracterizado na forma de tempo de vida dos indivíduos e suas ações na vida terrena; pautadas na busca pelo eterno.

Assim, foi possível perceber que temporalidade e espaço são duas dimensões da sociedade, em que os acontecimentos se encontram encaixados. Logo, a escrita da história e dos grandes feitos de reis e príncipes faz parte dessa percepção de tempo e lugar. Existe uma identidade que constrói o tempo histórico (RICOEUR, 2010, p. 10). O castelo, a vila, a Igreja, a propriedade senhorial, a cidade, o campo e os mosteiros eram composições de um lugar de governança, de um reino e permitiam experimentar a unidade cristã ocidental. Logo, a percepção do tempo inseriu as pessoas (desde os vilãos e camponeses até os senhores e monarcas) na lógica da busca pela eternidade. Enquanto que o espaço era o lugar em que as ações deveriam ser colocadas em prática, onde efetivavam-se as identidades.

Nessa dissertação, conviemos analisar tempo juntamente com espaço. Assim, percebemos que as mulheres e homens da época não pensavam em número de anos e horas que organizavam suas tarefas diárias, e por isso detectamos uma série de temporalidades que andavam associadas ao longo da narrativa. Uma necessidade de Fernão Lopes primeiramente de expor um tempo linear e histórico que associava-se ao seu tempo vivido e que era diferente do tempo da narrativa. Este último incluído em um tempo social que representava os anseios e vontades dos segmentos sociais dominantes. Além de modalidade de um tempo físico e de calendário - que fazem aparição através da percepção da passagem dos dias e das estações, marcadas em datas específicas -, percebemos um tempo político ligado a figura do rei e que legitimava-se conjuntamente à uma imagem propagada por uma aura messiânica e escatológica. Era, essencialmente, um tempo urbano e de consolidação monárquica.

Ainda, Fernão Lopes criou na escrita da *Crónica de D. João I* uma dupla de metáforas, a “*Sétima Idade*” e o “*Evangelho Português*”. Estas denotavam que uma nova era de felicidade, plenitude e bonanças iniciava-se com a chegada de D. João I ao posto de rei. A *Sétima Idade* é o momento em que novos homens passam a exercer influência em Portugal, sendo comparados com os apóstolos que seguiam Jesus Cristo. O “*Evangelho Português*” aponta, segundo Lopes, que um novo capítulo da história da cristandade iniciou-se em Portugal, através da propagação da mensagem do novo rei e da luta contra as forças dos infiéis. Tais categorizações que utilizavam do messianismo, do discurso que anunciava um retorno de uma espécie de paraíso perdido encarado na figura de um novo rei, mostraram como o cronista utilizou as conotações de passado, presente e futuro na sua escrita. O passado não era um tempo digno de esquecimento e o presente aglutinava-se ao porvir na intenção de mostrar como o novo monarca já havia chegado para trazer um momento novo e de bonanças. Foi a força do presente da Dinastia de Avis que deu a Lopes a iniciativa de construir uma narrativa galgada no tempo.

Em segundo lugar, o espaço das obras do cronista Fernão Lopes fazia-se presente por meio das representações dos eventos e dos ambientes nos quais os mesmos ocorriam. A cidade de Lisboa, porém, era a grande protagonista da *Crônica de D. João I* no aspecto espacial da narrativa. O cronista apresentou-a como uma viúva que clamava por um novo representante, que se configurava na pessoa de D. João. Porém, percebemos que Lisboa não era a única preterida na narrativa e que demais cidades, vilas e aldeias como Santarém, Porto, Coimbra, Tomar, Almada, Lumiar, Évora, Guarda, Sintra e etc, também desempenharam papéis nos momentos de angariar apoio e dos conflitos militares. Ainda, o espaço é formado por um misto de objetos (SANTOS, 2012, p. 42) e destacamos as construções no espaço físico tal como

elementos da historicidade presente em Fernão Lopes através das funções executadas pelo paço, castelo, mosteiro, praça, rua, rio, câmara, fronteira, igreja, catedral e entre outros. Chegamos a análise de que o espaço é resultado da compreensão e percepção de seus habitantes; é o depósito final da narrativa dos eventos (SANTOS, 2012, p. 144).

Por fim, ambas as categorias históricas aos quais nos concentramos só podem ser separadas por meio da abstração. Desta forma, exploramos como tempo e espaço combinados se expressavam na dinâmica da sociedade medieval e encontramos as cerimônias e ritos como resposta. Ambos faziam parte da cultura religiosa e régia dos homens e mulheres da Idade Média. Eram um aspecto da vida teatralizada e dos gestos de cidades, vilas e aldeias. As celebrações efetivavam uma relação de confiança e reciprocidade entre os habitantes de uma comunidade - de diversos segmentos sociais - o clero e o monarca. Ocupavam o tempo e o espaço com eficácia ao trazerem aspectos do imaginário à tona em busca do entretenimento dos envolvidos. Assim, batismos, entradas, casamentos, exéquias régias, bodas e cerimônias litúrgicas representam uma faceta essencial da dramatização da vida e dos acontecimentos políticos tão presentes na Idade Média (NIETO SORIA, 2009, p. 53). As representações públicas demonstravam a intenção de um ideal de sociedade que integrava todos através do espetáculo, do cerimonial.

Em Fernão Lopes, a cerimonialidade e os ritos ajudaram a construir as bases de uma memória e identidade específicas. Colocaram em pauta, através do tempo e espaço - conjuntamente a todas as demais balizas de análise que mencionamos ao longo desta dissertação - uma história que intencionava a afirmação de um projeto dinástico que se apresentava por meio do discurso régio encomendado ao cronista. Ao examinarmos os problemas relativos a tais categorias, por tantas vezes deixadas de lado pelos historiadores, aprendemos profundamente sobre os homens e mulheres de uma dada época e local. E por isto, visualizamos a necessidade de investigar os acontecimentos e a intenção de quem escreve sobre os mesmos. Desta forma, mostramos aqui como ambas categorias foram ferramentas de um discurso político gestado. Concluimos, assim, que temporalidade e espaço são possibilidades de análise infundáveis, ao qual o conhecimento histórico muito ainda precisa utilizar na forma de objetos de investigação. Para que novas formas de escrita e elaborações de perspectivas de pesquisa possam enriquecer cada vez mais o ofício dos historiadores e historiadoras.

REFERÊNCIAS

FONTES

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ed. de Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 2 vols, 1990.

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Sete volumes. Lisboa: Escriptorio, 1897-1898. Disponível em: <http://purl.pt/416>. Acessado em: setembro de 2015.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1995.

OBRAS GERAIS

ACCORSI JÚNIOR, P. **Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

ALVES, Ana Maria. **As entradas régias portuguesas: uma visão de conjunto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

ARAÚJO, Renata. **Lisboa: Cidade e Espetáculo na Época dos descobrimentos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo, 2006.

BEIRANTE, Maria Ângela. **As estruturas sociais em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

COELHO, António Borges. **A Revolução de 1383**. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

- COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho. D. João I: o da boa memória. In.: **História dos reis de Portugal**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2010, p. 443-490.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I: o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Temas e debates, 2008.
- D'HAUCOURT, Geniève. **A vida na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: Uma história do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DUBY, Georges. **As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- _____. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. **O tempo novo e origem dos novos tempos – A construção do tempo e da temporalidade nos primórdios da Dinastia de Avis (1370-1440)**. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de. **O Estado em Portugal**. Lisboa: Aletheia Editores, 2011.
- GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: DIFEL, 1995.
- GONÇALVES, Iria. **Um olhar sobre a cidade medieval**. Cascais: Patrimonia Historica, 1996.
- GOUREVITCH, Aaron. **As categorias da cultura medieval**. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- KANTOROWICZ, Ernest H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RIO, 2006.
- KRUS, Luís. **A construção do passado medieval. Texto inéditos e publicados**. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2013.

- _____. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. **Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013b.
- _____. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e Discurso Ficcional**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- LÓPEZ, Roberto S. **A cidade medieval. Entrevista conduzida por Marino Berengo**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação a história da filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MATTOSO, José. **Cidades e História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- MEGANI, Ana Paula Torres. **O Jovem Rei Encantado: Expectativas do Messianismo. Régio em Portugal, Século XIII a XVI**. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.
- MENDONÇA, Manuela. Afonso Henriques, o Conquistador (1143.1185). In: MENDONÇA, Manuela (org). **História dos Reis de Portugal: Da fundação à perda de independência**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2010, p. 441-490.
- MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1968.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: texto e contexto**. Coimbra: Livraria e Editora Minerva, 1988.
- MORENO, Humberto Baquero. **Os itinerários de el-rei Dom João I**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla**. Madrid: EUEMA, 1988.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro. **Lisboa: a cidade de Fernão Lopes**. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média. Ensaio de história económica e social**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

REBELO, Luís de Sousa. **A concepção do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Volumes I e II. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. **Confissões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SARAIVA, António José. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SCHMITT, Jean-Claude. **Corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: ensaios de antropologia medieval**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

_____. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Carlos Guardado. **Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano**. Lisboa: Colibri, 2010.

SOUSA, Armindo de. **As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)**. Volume 1. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado moderno**. Lisboa: Gradiva, 1986.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa: Um Estudo de mitologia política (1383-1415)**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

VIEIRA, Ana Carolina D. **“Como he doce cousa reinar”: a construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

WHITROW, G. J. **O tempo na História. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias**. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1993.

WOLF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. **Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à Época de D. João I.** Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: A “literatura” medieval.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

OBRAS TEÓRICAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papyrus, 1994.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BARROS, José D’Assunção. **O tempo dos historiadores.** Petrópolis: Vozes, 2013.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: Teoria e Prática.** São Paulo: Alameda, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de Teoria e Metodologia.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. **A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridades: História, Teoria e Pesquisa.** Campinas: Papyrus, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Introdução. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JAMMER, Max. **Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço na física**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013a.

POMIAN, Krzysztof. **Tempo/Temporalidade**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993.

REIS, José Carlos. **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina: EDUEL, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa. Tomo 1: a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Tempo e narrativa. Tomo 3: o tempo narrado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ERLANDE-BRANDENBURG, Alain. Catedral. In.: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 173-184.

DESROCHE, Henri. **Dicionário de messianismos e milenarismos**. São Bernardo Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

GUENEÉ, Bernard. Corte. In.: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 269-281.

LE GOFF, Jacques. Cidade. IN.: LE GOFF, Jacques et. SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 219-236.

_____. Rei. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 395 – 414.

_____. Tempo. In.: LE GOFF, Jaques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LOYN, Henry. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Disponível em: <http://lelivros.website/book/download-dicionario-da-idade-media-h-r-loyn-em-epub-mobi-e-pdf/> . Acessado em 18 de janeiro de 2016.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Dicionário etimológico do Português Arcaico**. Salvador: EdUFBA, 2013.

MONTANARI, Massimo. Alimentação. In.: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 35-46.

PESEZ, Jean-Marie. Castelo. IN.: LE GOFF, Jacques et. SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 153-172.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.). **Dicionário da História de Lisboa**. Lisboa: Carlos Quintas e Associados – Consultores, Lda, 1994.

SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. IN.: LE GOFF, Jacques et. SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 591-605.

_____. Ritos. In.: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 415-430.

SILVA, Joaquim Carvalho. **Dicionário da língua portuguesa medieval**. Londrina: EDUEL, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Tempo. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 390-393.

TÖPFER, Bernhard. Escatologia e Milenarismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 353-366.

ZINK, Michel. Literatura. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 79-93.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança de corte no Portugal dos Filipes. **Penélope: Fazer e Desfazer a história**. Lisboa, n. 13, p. 71-93, 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes ; GIANEZ . A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. **Fênix (UFU. Online)**, v. 3, p. 01, 2006.

BARROS, José D'Assunção. Revisitando uma polêmica: a noção de determinismo no materialismo histórico (uma exposição das alternativas teóricas). **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 43, p. 121-135, 2012.

BUESCU, Ana Isabel. Festas régias e comunicação política no Portugal Moderno (1521-1572). **Comunicação e política**, Número 10, 2010, p. 35-55.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. NOVAIS, Fernando A.; DA SILVA, Rogerio F (orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, 297-328.

COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho. Festividades – a convivalidade. In.: MATTOSO, José (dir.). **História da Vida privada em Portugal**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 144-169.

COSER, Miriam. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português. **Especiaria (UESC)**, v. 10, p. 703-727, 2007.

DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. In.: NOVAIS, Fernando A.; DA SILVA, Rogerio F (orgs.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 330-340.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi et. LUCAS, Tania Regina de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O que é o autor?** Disponível em: <http://acervo.novacartografiasocial.com.br:8088/xmlui/bitstream/handle/738738/1772/FOUC>

AULT,%20Michel.%20O%20que%20%E9%20o%20autor.pdf?sequence=1 Acessado em 10 de março de 2017

FREITAS, Judith Gomes. In.: FONSECA, Luís Adão da (coord.). **Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVIII)**. Um olhar peninsular sobre uma região histórica. Porto: Fronteira do Caos, 2014, pp. 437-443.

GASPAR, Jorge. A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. **Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981**, Tomo 1. Madrid: Universidade Complutense, 1985.

GOMES FILHO, Robson. Da “terra sem mal” ao “paraíso perdido”: perspectivas teórico-metodológicas acerca do messianismo/milenarismo. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Volume 4, Número 1, janeiro de 2013.

GOUREVITCH, Aaron J. O tempo como problema de História Cultural. IN.: RICOEUR, Paul (org.). **As culturas e o tempo: estudos reunidos pela Unesco**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 263-283.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis?. In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). **Facetas do Império na História - conceitos e métodos**. 1ed .Brasília: Editora Hucitec, 2008, v. 1, p. 199-211.

MACEIRAS, Olga Casal. La construcción de la imagen pública del poder através del protocolo y el cerimonial. **Referencias históricas. História e comunicación social**, vol. 18, outubro de 2013, p. 761-775.

MEDEIROS, Filipa. A Lisboa cronística. Espaço e sociologia urbana nas crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando, de Fernão Lopes. IN.: KRUS, Luís et al. **Lisboa Medieval: os rostos da cidade**. Lisboa: Livros Horizontes, 2007.

MICHELAN, Kátia Brasilino. Cronistas Medievais: ajuntadores de histórias. **História Social (UNICAMP)**, v. 17, p. 263-284, 2009.

MOITA, Irisalva. A imagem e a vidade da cidade. In: “Lisboa quinhentista: A imagem e a vida da cidade.” **Câmara Municipal de Lisboa**. Lisboa: Editora do Museu da Cidade, 1983, p. 9-22.

NIETO SORIA, José Manuel. A "Apología y propaganda de la realeza en los cancioneros castellanos del siglo XV. Diseño literario de un modelo político", **En la España Medieval**, 11 (1988), 185-221.

NIETO SORIA, José Manuel. Ceremonia y pompa para una monarquía: Los Trastámara de Castilla. **Cuadernos del Cemyr**, nº 17, dezembro de 2009, p. 51-72.

NIETO SORIA, José Manuel. Tiempos y lugares de la "realeza sagrada" en la Castilla de los siglos XII al XV. **Coloquio internacional Representación del espacio y del tiempo en la España de los siglos IX-XIII. La construcción de las legitimidades cristianas**. Casa de Velásquez, Madrid, 26-27 de abril de 2001.

RICOEUR, Paul. **A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal**. Tradução comentada de Carlos João Correia. Disponível em: <http://metafisica.no.sapo.pt/ricoeur.html>. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones Estudios de Historia y Sociedad**. Zamora, Volume XIII, Número 51, verão de 1992.

RUST, Leandro Duarte. Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média. **Revista Fênix**, Volume 5, Ano 5, 2008, p. 01-19.

TORRES, Cláudio. O Garb-al-Andaluz. IN.: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal: antes de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

TREVISAN, Mariana Bonat. A cidade 'genderizada': Lisboa e o contexto de afirmação política da dinastia de Avis no século XV. **Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande**, v. 3, p. 213-226, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos. O pensamento político medieval: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. **Crítica Jurídica**, Curitiba, v. 19, p. 15-31, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN.: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. O Messianismo na Legitimação Simbólica de D. João I (1383-85/1433). **Politeia: História e Sociedade**, Volume 6, Número 1, 2006.